



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

PAULA VIEIRA PARREIRAS GOMES

**A HISTÓRIA DO HAITI NA PERSPECTIVA DOS MIGRANTES
HAITIANOS EM SANTA CATARINA: UMA PROPOSTA PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA**

Florianópolis
2023

PAULA VIEIRA PARREIRAS GOMES

**A HISTÓRIA DO HAITI NA PERSPECTIVA DOS MIGRANTES
HAITIANOS EM SANTA CATARINA: UMA PROPOSTA PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Prohístória da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica Martins da Silva.

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gomes, Paula Vieira Parreiras

A História do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História / Paula Vieira Parreiras Gomes ; orientadora, Mônica Martins da Silva, 2023.

178 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Ensino de História. 3. Migração Haitiana. 4. Memória. 5. Oficinas. I. Silva, Mônica Martins da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III. Título.

Paula Vieira Parreiras Gomes

A História do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 14 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Mônica Martins da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Maristela Abadia Guimarães
Instituto Federal do Mato Grosso

Profa. Dra. Adriana Angelita da Conceição
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann
Coordenador do ProfHistória/UFSC

Profa. Dra. Mônica Martins da Silva
Orientadora

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Começo esta seção de agradecimentos expressando a minha mais sincera gratidão a participação dos migrantes haitianos nesta pesquisa. Penso que não se trata de uma contribuição ou mesmo participação. Cada memória, cada troca nas entrevistas, cada minuto dedicado por eles a falar de si (e de tantos outros), no fim foram determinantes para a realização e existência desta pesquisa, os considero, portanto, coautores desta obra. Seus relatos e experiências pessoais foram muito valiosos para a minha pesquisa, suas histórias por trás dos pseudônimos aqui trazidos, me afetaram de uma forma única e de certa maneira foram o gás que me moveu a terminar a escrita. Além disso, gostaria de expressar minha admiração por suas batalhas, pela coragem, resistências e todas as contribuições que dão a este país em sua jornada migratória, *mèsi anpil!*

Agradeço aos meus amigos que durante os anos de escrita foram alicerce firme que me manteve de pé, sem os quais não teria conseguido, Raphaela Peixoto, Larissa Neves, Cris Eberhardt, Daniela, Lucas e João Sol e aquelas que mesmo de longe foram suporte, saudade e torceram por mim, Mariana Andrade, Marina Cintra e Simara.

Obrigada em especial à minha família, ao meu companheiro, amor da vida, carinho absurdo, Diego Amorim, sem ele e todos seus cuidados nada disso seria possível. Todo amor e agradecimento a minha mãe, Hortência e meu pai Clécio, obrigada por acreditarem em mim, por me incentivarem e me nutrirem de amor. Ao meu irmão, Rodrigo, que sempre será parte da minha caminhada seja em qual mar resolva navegar. Vocês todos são combustível dos meus sonhos.

Agradeço com imenso carinho aos meus alunos, seres que me fazem professora, que me ensinam todos os dias e com os quais me realizo naquilo que escolhi fazer. Aos alunos de cada escola que já passei nesta imprevisível vida de professora substituta, no fim das contas vocês são o objetivo, resultado, alvo razão.

Deixo, por fim, meu imenso agradecimento com muito carinho aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação Profhistória, em especial a minha orientadora, professora Mônica Martins da Silva, pela gentileza, pela caminhada e pela orientação cuidadosa.

RESUMO

Os migrantes haitianos que chegam em Santa Catarina, integrando-se ao seu cotidiano e ocupando diferentes postos de trabalho e escolas, enfrentam dificuldades para adaptar-se, dado o preconceito que resulta da soma de duas questões latentes em nossa sociedade, o estranhamento com os estrangeiros, especialmente os não-brancos e o racismo. Esse tema é objeto de análise desta pesquisa desenvolvida no âmbito do Profhistória da Universidade Federal de Santa Catarina que apresenta uma proposta metodológica para o ensino de História do Haiti por meio das narrativas de cinco migrantes haitianos. Para a construção desta proposta didática foi utilizada a metodologia da História Oral que orientou a produção de entrevistas com migrantes haitianos, em uma série de encontros e espaços de diálogo que produziram narrativas diaspóricas capazes de nos aproximar destes sujeitos, seus saberes, suas trajetórias e experiências. Foi por meio destas memórias que foram construídas uma série de três oficinas: “Haiti Migrante”; “Conhecer Haiti” e “Brasil e Haiti: Histórias e Conexões”. As oficinas empenham-se em trazer para o espaço escolar novas narrativas sobre o país caribenho, produzindo um outro referencial de negritude através do protagonismo negro, presente na história haitiana. Desse modo, visa contribuir para uma educação de compromisso antirracista e para a desconstrução de visões estereotipadas e estigmatizadas acerca dos haitianos e sua história. Ao relacionar as narrativas migrantes com uma série de outras fontes históricas como documentos, imagens, fotografias, notícia de jornal, história em quadrinho, propõe-se um Ensino de História pautado na investigação, na pesquisa e na reflexão. As oficinas foram direcionadas especialmente a professores, mas também podem ser acessadas por estudantes, pesquisadores e demais pessoas interessadas na História do Haiti, por meio de um website intitulado Ensinar Haiti, no qual é possível acessar a proposta pedagógica e as atividades didáticas que compõe a dimensão propositiva desse trabalho.

Palavras-chave: Ensino de História; História do Haiti; Migração; Diáspora; Memória.

ABSTRACT

Haitian migrants who arrive in Santa Catarina, integrating into their daily lives and occupying different jobs and schools, face difficulties in adapting, given the prejudice that results from the sum of two latent issues in our society, estrangement with the foreigners, especially non-whites, and racism. This theme is the object of analysis in this research developed within the scope of Profhistória at the Federal University of Santa Catarina, which presents a methodological proposal for teaching Haitian History through the narratives of five haitian migrants. For the construction of this didactic proposal, the methodology of Oral History was used, which guided the production of interviews with haitian migrants, in a series of meetings and spaces for dialogue that produced diasporic narratives capable of bringing us closer to these subjects, their knowledge, their trajectories and experiences. It was through these memories that a series of three educational workshops were constructed: "Haiti Migrants"; "Knowing Haiti" and "Brazil and Haiti: Histories and Connections". The workshops strive to bring new narratives about the Caribbean country to the school space, producing another reference of blackness through black protagonism, present in Haitian history. In this way, it aims to contribute to an education with an anti-racist commitment and to the deconstruction of stereotyped and stigmatized views about Haitians and their history. By relating migrant narratives with a series of other historical sources such as documents, images, photographs, newspaper reports, comics, it is proposed a Teaching of History based on investigation, research and reflection. The workshops were aimed especially at teachers, but they can also be accessed by students, researchers and other people interested in the History of Haiti, through a website entitled Ensinar Haiti, where it is possible to access the pedagogical proposal and the didactic activities that make up the propositional dimension of this work.

Keywords: History Teaching; History of Haiti; Migration; Diaspora; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página inicial do site	110
Figura 2: Oficina 1 “Memória Migrante”	110
Figura 3: Página sobre a pesquisa	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

ERER - Educação para as relações étnico-raciais

IHSI - Instituto Haitiano de Estatística e Informática

MHAVE - Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti

ONU - Organização das Nações Unidas

PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. HAITI NA HISTÓRIA: ROMPENDO COM O SILÊNCIO	10
1.1 O HAITI NA HISTÓRIA	11
1.2 DE HISPANIOLA AO HAITI: CONHECER PARA VALORIZAR	12
1.3 “SER DIÁSPORA”, OS SENTIDOS DA DIÁSPORA HAITIANA	19
2. HAITI NO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: O DESAFIO DE CONFRONTAR NARRATIVAS POR MEIO DA MEMÓRIA DOS MIGRANTES HAITIANOS	24
2.1 REPENSANDO O CURRÍCULO: SABERES OUTROS, IDENTIDADE E DIVERSIDADE	27
2.2 EXPERIÊNCIAS TRANSATLÂNTICAS – ENCONTROS E CONEXÕES DA HISTÓRIA DO HAITI COM A HISTÓRIA DO BRASIL	32
2.3 O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) ..	40
2.4 ENEGRECER O ENSINO DE HISTÓRIA: ROMPENDO A MARGINALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO	44
3. NARRATIVAS MIGRANTES E O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI	55
3.1 CONSTRUIR NARRATIVAS OUTRAS POR MEIO DAS MEMÓRIAS DA DIASPÓRICAS	57
3.2 DAS ENTREVISTAS À CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO HAITI	62
3.3 SUJEITOS MIGRANTES	72
3.3.1 “ <i>Eu gosto muito de estudar, eu poderia estudar a vida inteira</i> ”	72
3.3.2 “ <i>Vive livre ou morre</i> ”	73
3.3.3 “ <i>A gente não precisa do outro pra nos dar noção de identidade</i> ”	74
3.3.4 “ <i>Foi muito difícil falar o português</i> ”	75
3.3.5 “ <i>Tem bem poucos haitianos que tem amizades com brasileiros</i> ”	76
3.4 MÔNADAS MIGRANTES	77
4. OFICINAS PARA ENSINAR HAITI	103
4.1 CONSTRUÇÃO DO SITE COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI ...	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICE A	128
APÊNDICE B	167

INTRODUÇÃO

Minha experiência acadêmica foi profundamente marcada pelo tempo e energia divididos entre a sala de aula e os corredores da universidade, onde participava das atividades do curso de História e das ações do movimento estudantil. Foi naqueles corredores entre os anos de 2013 e 2018 que pude notar a presença de diferentes pessoas circulando pela Universidade Federal de Santa Catarina, das salas de aula às filas do restaurante universitário. Fazia parte do Centro Acadêmico Livre de História e estávamos construindo uma atividade sobre a ocupação militar e o papel do Brasil na MINUSTAH. Em um dos dias que antecederia o evento, enquanto distribuíamos panfletos chamando para a atividade, lembro-me de entregar um desses a um grupo de estudantes haitianos. Trocamos algumas poucas palavras, eles tinham recém-chegado ao Brasil e faziam graduação-sanduiche através do Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti (Graduação)¹ que tinham como objetivo contribuir para a formação de haitianos nas universidades brasileiras. À noite, a palestra encheu o auditório e nenhum migrante presente. Aquela ausência foi sentida, ao menos por mim, falávamos deles e de sua realidade sem a presença e a experiência deles próprios. Reproduzíamos nesta prática aquilo que a autora Spivak (2012) critica na produção de conhecimento quando os sujeitos subalternos, isto é, “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante” (SPIVAK, 2012, p.13-14), são representados pelos discursos ocidentais apenas por meio das representações do colonizador. Nos reunimos por cerca de duas horas, escutamos atentamente as explicações dos palestrantes que falavam da ocupação militar encabeçada pelo Brasil à frente das tropas da Missão das Nações Unidas para a estabilização Haiti (MINUSTAH), as diversas manifestações populares recentes e o cenário político do Haiti, profundamente marcado pelo seu passado de luta e resistência. Nesta mesma atividade nos foi indicado, para os que quisessem se aprofundar nas origens históricas

¹ O Pró-Haiti foi um programa da CAPES em parceria com o Ministério da Educação (MEC) implementado nas universidades públicas brasileiras entre 2011 e 2016, com o intuito facilitar o ingresso de migrantes haitianos no ensino superior brasileiro, com a finalidade de fortalecer a educação superior haitiana no contexto pós-terremoto que abalou o Haiti em 2010.

da realidade haitiana, a leitura do livro “Os Jacobinos Negros” de Cyril Lionel Robert James. Ressalto este livro pois ele me atravessou de diversas formas, sobretudo pela indignação com o desconhecimento que eu e meus pares tínhamos sobre a história haitiana. E este silêncio seguiu, durante toda a graduação sem nunca ter ouvido falar dos eventos em São Domingos, sobre L’Ouverture, Dessalines². A partir desta minha inquietação, ao longo de minha graduação desenvolvi estudos individuais sobre o Haiti e decidi, como atividade de conclusão de curso, pesquisar sobre a história deste país. De início, minha ideia era pensar o ensino da história haitiana nas escolas e analisar o que havia de produção didática, mas naquele momento não foi possível concretizá-la. Propus, então, analisar o surto de cólera que ocorrera no ano de 2010, no Haiti, enquanto o país seguia ocupado pelas tropas da ONU. A minha inquietação com o silenciamento da história haitiana, no entanto, seguiu. Ao me tornar professora em caráter temporário da rede básica do município de Florianópolis em 2019, dediquei meus esforços a trabalhar com a história haitiana: procurei bibliografia, materiais didáticos, filmes e percebi que embora o trabalho com tema da história haitiana, especialmente relacionado ao evento de sua independência, seja uma orientação presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o 8º ano do Ensino Fundamental II, há uma grande dificuldade para trabalhá-lo em sala de aula, por diversas razões. Os materiais disponíveis são limitados; as narrativas sobre o Haiti contidas nestes materiais, muitas vezes reforçam estereótipos e estigmas de que se trata um país pretensamente amaldiçoado, caótico e miserável.

É verdade que os diferentes processos de independência da América-Latina são abordados nos livros didáticos, contudo a história haitiana, além de ser resumida à Revolução Haitiana, ainda que tão singular e de tamanha importância, muitas vezes acaba por ocupar um pequeno espaço, um “box” ou um “saiba mais” nessas publicações. Ao longo da minha experiência de docência, fui percebendo esse lugar de “não-evento” (TROUILLOT, 1995) que ocupava a história haitiana, buscando, ainda que muito limitada pelo trabalho precário de professora substituta, alternativas para abordar esta história que encontrei dentro da sala de aula, um caminho possível e potente. Durante meus poucos anos como professora, tive alguns alunos haitianos, fruto do processo de imigração crescente de haitianos para o Brasil, e esta presença

² No primeiro dia de janeiro de 1804 é proclamada por Dessalines a Independência do Haiti. Após treze anos de lutas, conflitos e rebeliões trabalhadores escravizados liderados por Toussaint L’Ouverture conseguem derrotar o domínio colonial francês, colocando fim na colônia de São Domingos, no evento histórico que ficou conhecido como Revolução Haitiana.

nas minhas aulas me levaram à reflexão sobre a possibilidade de abordar a história haitiana na perspectiva dos sujeitos haitianos migrantes, como uma estratégia para produzir uma superação da visão limitada que temos sobre o Haiti, valorizando o protagonismo, a agência e a participação deles na história, produzindo uma ideia positiva sobre o país caribenho.

Ao ingressar no PROFHISTÓRIA no ano de 2020, me interessei por pesquisar as razões que levariam à essa invisibilidade e em pensar alternativas e caminhos para a construção de práticas pedagógicas para o ensino da história haitiana que partissem do sujeito haitiano e sua vivência, sabendo que nosso (des)conhecimento sobre o Haiti tem história e motivação. É inegável que, apesar do que Morel (2017, p.16) chama de “camada de silêncio e desconhecimento” sobre a revolução haitiana no Brasil, existe uma grande relação entre nossa história (tanto do Brasil como das Independências da América Latina) e a história do Haiti. Morel (2017) defende a hipótese de que os impactos da Revolução do Haiti sejam, na história do Brasil Colônia, maiores que os da Revolução Francesa. O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (1995) afirma que o silêncio sobre o passado haitiano é eloquente e está relacionado a uma disputa de poder e produção de uma memória histórica (TROUILLOT, 1995). Assim, silenciar e invisibilizar a história haitiana contribui para a perpetuação de estigmas, xenofobia e racismo.

Ao trabalhar com a história haitiana, não podemos esquecer que estamos falando de sujeitos que estão presentes em nosso cotidiano, que ocupam um lugar na sociedade atravessados pela experiência, que, ao migrar, trazem consigo suas memórias marcadas por este deslocamento. Assim, trazer para o espaço escolar esses sujeitos históricos, a partir de suas memórias, de sua consciência histórica e de suas trajetórias, é fundamental para não incorrer no erro de apagar seus saberes significativos que podem contribuir para desenvolver um outro olhar dos estudantes não haitianos, fazendo-os enxergar aqueles que sofreram com a exclusão, escutá-los, e compreendê-los como detentores e produtores de conhecimento. É possível, a partir do contato com essas experiências e narrativas, compreender, desse outro patamar, como se realiza o viver migrante. Este processo é formado por pessoas, com memórias, histórias e experiências que podem contribuir para a produção de um conhecimento histórico crítico.

Comumente, propaga-se uma imagem do Brasil como um país hospitaleiro, acolhedor e aberto a todos os migrantes, imagem essa reforçada pela ideia de que

somos uma nação composta por uma identidade miscigenada, pensada e impulsionada a partir do processo de branqueamento racial, que possibilitaria uma democracia racial³. No entanto, a prática é que muitos dos sujeitos que migram para o país, independente das motivações, acabam sofrendo em diversas ocasiões por conta de estigmas, preconceitos raciais e de atos xenófobos. Tais ações muitas vezes baseiam-se em ideias disseminadas de que os migrantes trazem consigo a violência, o desemprego e contribuem para o aprofundamento das desigualdades. Mas não é qualquer migrante que é visto a partir destas lentes. Esta realidade está profundamente relacionada aos estigmas resultantes dos processos históricos de colonização do Brasil, que deixa uma herança racista e escravocrata de preconceito contra a população negra. Logo, migrantes transnacionais que sejam negros ou pobres sofrem mais com o racismo e a xenofobia. Historicamente no Brasil as políticas migratórias estiveram fortemente a serviço da política do branqueamento (SEYFERTH, 1986, 1991; SCHWARCZ, 1993; DOMINGUES, 2002) sendo construída uma imagem de que determinados grupos migratórios estariam de acordo com nossa construção identitária e nossas aspirações enquanto nação, ao passo que outros não.

Segundo o político abolicionista Joaquim Nabuco, nosso país deveria tornar-se uma nação, “onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo”. (NABUCO, 1883, p. 252 apud SKIDMORE, 1976, p.40). Esse discurso faz parte das ideias produzidas pelos intelectuais brasileiros que defendiam a migração “branca” proveniente da Europa, desde meados do século XIX. Tais narrativas, além de reproduzir diversas das camadas discursivas construídas historicamente no Brasil em relação à migração, vão trazer à discussão a questão racial como elemento central para compreender a inserção destes sujeitos em nossa sociedade.

O trabalho com o tema da migração haitiana, um fenômeno recente no Brasil, pode contribuir com uma outra narrativa migratória, além de tornar explícita as questões históricas existentes entre nosso país e sujeitos migrantes negros. A mobilidade transnacional dos haitianos é uma realidade abordada por diversos estudos atuais

³ A ideia de uma identidade miscigenada e de uma suposta democracia racial no Brasil parte da conclusão de que sendo este um país de raças híbridas, não poderia haver racismo. Tais ideias se baseiam em uma perspectiva da formação identitária brasileira que pressupõe uma mescla das três raças (branca, indígena e negra), fator que estabeleceria uma convivência supostamente harmoniosa entre as populações que compõem as diferentes matrizes.

como os de Audebert (2012) e Handerson (2015; 2018), os quais demonstram que, por ser parte da cultura e da história desse povo, é entendida como um movimento diaspórico, para além de um fenômeno territorial. É deste conceito que partimos para compreender a chegada de milhares de haitianos, a maior parte do maior fluxo migratório recente da História do Brasil. Tal crescimento encontra motivação nas recorrentes crises políticas, somadas a catástrofes naturais, em especial o terremoto em 2010 que impactou fortemente o Haiti.

Devido ao difícil acesso aos países centrais do capitalismo, como os países da Europa e os Estados Unidos, muitos migrantes fizeram do Brasil o seu destino, e por vezes rota para uma posterior tentativa de migração para os países desejados. A maior parte dos migrantes haitianos adentram o Brasil pela Amazônia Brasileira, especialmente na região do Estado do Acre e outras fronteiras, como as de Roraima, Mato Grosso e Amapá (DE MORAES, 2013). Grande parte, ainda, continua a migrar para outras regiões do país, como Santa Catarina. Nesse estado, um grande número destes migrantes chega principalmente através de viagens em grupo, organizadas em ônibus fretados, ainda na região fronteira ou por meio de empresas agropecuárias, da construção civil, metalúrgicas ou de prestação de serviços terceirizados do Centro-Sul que recrutam trabalhadores (MAMED; 2016). Ao chegar em Santa Catarina, integrando-se ao seu cotidiano, ocupando diferentes postos de trabalho e escolas, enfrentam dificuldades de adaptação, dado o preconceito que resulta da soma de duas questões latentes em nossa sociedade: o estranhamento com os estrangeiros, especialmente os não-brancos, e o racismo. Este tema é objeto de análise desta pesquisa desenvolvida no âmbito do Profhistória da Universidade Federal de Santa Catarina, que propõe o trabalho da história haitiana por meio das memórias e trajetórias de seus migrantes em Santa Catarina, contribuindo para uma educação antirracista no ensino de História.

Entendemos ser possível que, por meio destas memórias, contribuamos para a desconstrução de estereótipos, indo além das descrições simplistas hegemônicas neocoloniais, imperialistas e racistas que frequentemente encontramos nos relatos literários e históricos acerca do Haiti. Nota-se, ainda, o crescimento da preocupação com a construção das narrativas históricas que se materializa na busca por confrontar, remodelar e recriar antigas narrativas que antes ou excluía, ou subjugavam as mulheres, os LGBTQIA+, os negros e os povos subalternizados da história, muitas vezes roubando o protagonismo destes sujeitos históricos. Neste contexto, segue

sendo necessário superar as ausências promovidas em torno da história haitiana nos cursos de graduação, em especial no campo dos estudos latino-americanos, e no ensino de história da educação básica. Ademais, é preciso pensar em propostas no sentido da formação deste tema para os professores, refletir sobre a sua presença na historiografia, nos currículos e nos livros didáticos e as possibilidades de trabalho com o tema no ensino de história.

Neste trabalho, entendemos que as entrevistas realizadas com os migrantes nos possibilitou compreender esses sujeitos, seus saberes e suas experiências, e tornou possível pensar estratégias para romper com a “camada de silêncio e desconhecimento” (MOREL, 2017) sobre o Haiti; e, ao construirmos novas narrativas sobre a história haitiana, trazendo para o espaço escolar um outro referencial de negritude, através do protagonismo negro presente na história haitiana com o objetivo de contribuir para uma educação para as relações étnico-raciais. Diante destes desafios impostos, esta pesquisa busca confrontar as narrativas tradicionais (ou até mesmo a ausência delas) sobre o Haiti no Brasil presentes na historiografia e no ensino de história que promovem determinado olhar acerca dos haitianos, tanto no passado, como no presente, e que ganham ainda mais relevância quando esses sujeitos assumem o lugar de migrantes. Nesta pesquisa analisamos as narrativas trazidas pelos migrantes por meio dos encontros realizados e promovemos um olhar sobre essas memórias, buscando conhecer como esses sujeitos narram a sua própria história, sua experiência migrante e suas vivências no Haiti e no Brasil, produzindo uma proposta de ensino de história, por meio de oficinas que trazem uma nova abordagem da história haitiana, contribuindo para a reformulação das narrativas existentes.

Tais oficinas corroboram com o compromisso em construir uma proposta baseada nos princípios antirracistas, reconhecendo e valorizando o longo caminho marcado por lutas e disputas travadas por entidades e movimentos sociais, como o movimento negro, que levaram a aprovação da lei 10.639/03, tornando obrigatório o Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio em nosso país, posteriormente complementada pelas “Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira” (2004). No bojo destas legislações vale também evocar as contribuições da lei posterior, 11.645/08, que acrescenta o tema do Ensino

de História dos povos indígenas, promovendo o combate à exclusão e invisibilidade por meio do ensino da história desses povos.

As mudanças provocadas por essas legislações, somadas ao aumento da democratização do acesso à Educação Pública, através da política de cotas, entre outras conquistas para a população negra nas últimas décadas, trouxe ao espaço da escola questões que envolvem: o trabalho com a noção de igualdade e diferença; questões sensíveis como a xenofobia e o racismo; preconceitos raciais e de gênero; a luta contra a LGBTfobia; e a defesa dos direitos humanos como um princípio universal. Segue latente a questão, que apontam Candau e Oliveira (2010), sobre os desafios que a aplicação de uma lei como a 10.639/2003, que traz como fundamentação teórica e epistemológica princípios não-eurocêtricos, impõe em uma realidade em que os enfoques teóricos e epistemológicos seguem sendo pautados pela experiência da colonialidade e acabam por fundamentar as ações pedagógicas racistas que persistem na caracterização do espaço escolar. Para começar a responder tal necessidade, é imperativo refletir sobre os caminhos e as possibilidades de construção e produção de conhecimentos que tragam para dentro da escola os sujeitos historicamente silenciados, assunto que vem sendo amplamente debatido no campo do ensino de História, por meio de propostas pedagógicas decoloniais. Pensamos que um caminho fértil para concretizar isto seja a partir de uma ação que valorize os sujeitos, dentre eles os negros, suas experiências, memórias e narrativas tomadas como fontes históricas, produtoras de conhecimento histórico, que colocam em xeque a narrativa hegemônica.

Como referenciais teórico-metodológicos, considera-se as contribuições feitas pelos estudos decoloniais, que contribuem para a problematização e questionamento de conteúdos atravessados por visões eurocêtricas, que hierarquizam conhecimentos e saberes e determinam uma forma única e homogênea de compreender o mundo, apagando outras e diferentes formas de (re)existência, outras experiências, sujeitos, racionalidades e temporalidades ao reproduzir o fenômeno da colonialidade dos seres, dos saberes, do poder e da natureza. Os estudos de Quijano (2000; 2010), Boaventura de Sousa Santos (2010) e Catherine Walsh (2009) dentre outros, contribuíram para a noção de que a construção de conhecimento pode ser pautada em experiências de vida dos sujeitos historicamente “subalternizados”. Na perspectiva da descolonização dos currículos e na incorporação de outras culturas, seres e saberes historicamente apagados na educação brasileira, é fundamental perceber como os setores marginalizados são silenciados ou aparecem de forma

estereotipada, o que acaba por perpetuar uma visão deformada e impossibilitada acerca do seu passado e presente através da construção de estereótipos e de uma visão exótica sobre os migrantes haitianos que serve para desconectar seus saberes da compreensão de uma vida social mais ampla.

No primeiro capítulo, intitulado “*Haiti na História: rompendo com o silêncio*” trazemos uma breve revisão bibliográfica acerca da história do Haiti, desde o período anterior à colonização, passando pelos eventos em torno da revolução haitiana, chegando até os embates atuais que envolvem conflitos de interesses em busca da recolonização do país, os desastres naturais e os conflitos políticos contemporâneos. Este resgate histórico é fundamental para compreender as motivações da relevante migração haitiana, abordada também neste capítulo não somente como desdobramento dos eventos ocorridos na ilha caribenha, mas também entendidos sob a ótica da secular diáspora haitiana. Processo este que gerou um deslocamento massivo de haitianos para vários países da América Latina, em especial para o Brasil, e traz consigo discussões sobre mobilidade, multiterritorialismo e migração próprios do povo haitiano.

Já no capítulo 2, “*Haiti no Ensino de História no Brasil: o desafio de confrontar narrativas por meio da memória dos migrantes haitianos*”, abordamos o potencial da história do Haiti e sua relação com a educação para as relações étnico-raciais, sua inserção (ou ausência) no currículo orientado pela BNCC, e também sua importância para o campo do ensino de História no Brasil. Fazemos isto direcionando nosso olhar para a compreensão do fenômeno da diáspora haitiana em nosso país e a contribuição destes sujeitos diaspóricos para um maior interesse pela história do Haiti no Brasil. Buscamos neste capítulo confrontar as diversas narrativas existentes sobre o país caribenho e analisar o processo de silenciamento sobre a história haitiana, que vai na contramão dos interesses de uma educação orientada por princípios antirracistas, apresentando o trabalho com a história haitiana como um tema potente para a implementação das Lei 10.639/03 e 11.645/08.

No terceiro capítulo, “*Narrativas Migrantes e o Ensino de História do Haiti*”, apresentamos as discussões historiográficas acerca da memória e da construção das identidades, temas complexos e transdisciplinares que foram fundamentais para a construção das oficinas, ao levar em consideração as memórias e o viver migrante e diaspórico dos haitianos. Apresentamos também as escolhas metodológicas que orientaram este trabalho e permitiram uma aproximação com os saberes e com os

sujeitos capazes de narrar suas próprias experiências. Evidenciamos ainda os métodos da história oral referenciados nos estudos de Verena Alberti (2013) e Santhiago e Magalhães (2015), pelo seu caráter interdisciplinar, ao agregar grande valor metodológico aos estudos que se debruçam sobre a experiência das migrações e das diásporas ao propor a análise destas por meio de suas lembranças e esquecimentos.

Tivemos como objetivo acessar as memórias dos migrantes haitianos de maneira que fossem plurais e para tal, buscamos que fossem plurais também os entrevistados. Delimitamos a escolha dos entrevistados guiadas pelos objetivos aqui propostos, entendendo que esta escolha não deveria responder a critérios quantitativos, mas de vivências e experiências que fossem significativas para a produção de narrativas que permitissem construir uma proposta para o ensino da história haitiana e para a educação para as relações étnico-raciais.

Diante disto, buscamos entrevistar cinco migrantes que fossem diversos, mulheres e homens, de diferentes faixas etárias e diferentes escolaridades. As entrevistas foram estruturadas de forma que as questões fossem amplas para que pudessem estimular a fala dos migrantes. Divididas em três eixos temáticos, estruturamos questões apresentadas aos migrantes sobre a vida no Haiti, a experiência de migração e a vida no Brasil. Após realizados os encontros com os entrevistados, começamos um processo de transcrição e análise das entrevistas para tecer o conjunto de mônadas apresentadas no capítulo 3. Nestas mônadas, emergem questões relevantes como as semelhanças e as diferenças entre a vida no Haiti e a vida no Brasil; as memórias escolares e da história haitiana que esses sujeitos têm; e as experiências da vida migrante quanto a experiências com o racismo e a xenofobia em Santa Catarina, elementos que foram abordados nas oficinas presentes no capítulo 4, intitulado “Oficinas Para Ensinar Haiti”.

A partir desse movimento da construção de propostas pedagógicas em formato de oficinas para o ensino da história haitiana desenvolvemos um *site*⁴ também como produto e desdobramento da pesquisa, a fim de proporcionar uma ferramenta em formato de acervo digital que pode ser utilizado como suporte didático disponível para os professores e estudantes, auxiliando no ensino e aprendizagem da temática sobre a história haitiana contribuindo com a educação para as relações étnico-raciais.

⁴ Link para o site “Ensinar Haiti” :<<https://sites.google.com/view/ensinarhaiti>>

1. HAITI NA HISTÓRIA: ROMPENDO COM O SILÊNCIO

CANÇÃO POR HAITI

Da Ásia, da Europa ou da América
 Da Oceania ou da África
 Todos os olhos estão abertos sobre minha ilha
 Meu país com um destino tão frágil
 Haiti é uma flor silvestre
 Cor da noite, cor dos sonhos,
 Sua figura é angelical e suave
 E sua voz, uma melodia patética.
 Haiti, não chore
 Eu sei que a angústia te rasga
 Você, que na sombra do mundo
 Sonhos vivos e sonhos estranhos
 Haiti, enxugue suas lágrimas
 Por favor, refaça sua maquiagem
 Para você, nada é nunca fácil
 Mas um dia você será a mais bela.
 Existem outros países como você Quisqueya
 Que tem seu passado e sua história,
 Você que segura a tocha da coragem
 No entanto, você é a rosa desbotada
 Não se esqueça de suas glórias faraônicas ...
 E sua fantástica Cidadela
 Apesar de todos aqueles que te oprimem ...
 Um dia você renascerá de suas cinzas⁵

Este capítulo traz um breve resumo da História Haitiana, abordando as narrativas e silenciamentos sobre a mesma e enfatizando de que modo este tema vem se consolidando ao longo do tempo. Ao resgatar parte da historiografia sobre o país, especialmente utilizando autores haitianos e caribenhos, pretendemos localizar historicamente o fenômeno de migração, suas motivações e consequências.

Abordamos também a história do Haiti e suas potencialidades diante de uma educação que busca promover a igualdade racial, pautada em leis que orientam as relações étnico-raciais. Dessa forma, compreendemos que o estudo desse tema se torna fundamental para a construção de uma educação antirracista, embasada em princípios éticos e legais. Em seguida, enfocamos na história da diáspora haitiana no

⁵A letra da canção foi traduzida pelo antropólogo Joseph Handerson e encontra-se disponível em suas redes sociais. HANDERSON, Joseph. O Haiti, esse país que tem sido o palco de diversos acontecimentos que marcam a história da humanidade, no dia 14 de agosto de 2021, vivenciou outro terremoto[...]. Porto Alegre, 16 de ago. 2021. Facebook: 1225187162. Disponível em: /profile.php?id=1225187162. Acesso em: 01 nov. 2021.

Brasil e a contribuição dos sujeitos da diáspora para um maior interesse pela história do Haiti no Brasil.

1.1 O HAITI NA HISTÓRIA

A canção trazida na epígrafe deste capítulo interpretada pelos cantores haitianos Ansy Dérose e Yole Dérose chama-se “Canção para o Haiti”. Sua letra foi traduzida para o português pelo antropólogo Joseph Handerson e é uma música bastante popular no país caribenho. Na análise de sua letra percebemos que os cantores falam da angústia e das dores de um país que vive “na sombra do mundo”, embora seja sua rica história de luta e resistência que produz “sonhos vivos” e convida seus patriotas a enxugar suas lágrimas, refazer sua maquiagem e ao “relembrar seu passado e sua história”, “renascer como fênix das cinzas”. A canção nos convida a pensar profundamente este país de um “destino frágil”, mas que segura em suas mãos a “tocha da coragem”, possibilitando discutir sua complexidade tão presente em sua cultura, história e território.

O Haiti seria então um país que sobrevive aos sucessivos eventos que configuram um sistemático assédio movido pelos países colonialistas ocidentais, que resultam em um presente trágico. No entanto, o país caribenho carrega uma memória de um passado épico que produz uma dualidade sobre a história haitiana, constantemente evocando duas imagens: do heroísmo e da tragédia. A primeira é a imagem gestada a partir da heroica independência, fruto da histórica revolução negra, que resulta em uma nação de ex-escravizados contra o império francês, da primeira república a abolir a escravidão, do protagonismo dos negros e negras contra o colonialismo. A segunda surge da construção cotidiana de uma narrativa de horror, criada pelo “olho de quem vê” (SCARAMAL, 2006, p.54) que constrói uma imagem de extrema pobreza, de asco, de repulsa, de um país miserável, violento, que amarga o carma das “maldições” em forma de catástrofes ambientais e naturais como punição, que expelle seu povo através de uma diáspora forçada, que vive em instabilidade política pela incapacidade de se governar. O Haiti, então, seria a terra de um povo inferior, amaldiçoado, incapaz de conservar qualquer traço de civilização que teriam herdado dos franceses.

É necessário um movimento de conhecer, valorizar e reconstruir as narrativas acerca do país caribenho para que a gente possa romper os estigmas, o preconceito racial e as visões distorcidas sobre sua história e seu povo. Trata-se, portanto, de romper com a visão estigmatizada sobre "a nação mais pobre do Hemisfério Ocidental", e possibilitar o contato com a história de uma nação com uma cultura multifacetada que desempenha um papel importante no cenário mundial e possui um profundo vínculo com nossa história. Por isso, é necessário enfatizar que o campo do ensino de História deve também estar a serviço desta reparação para com o Haiti ao recuperar a memória e agência dos povos haitianos. Acreditamos, portanto, que podemos, a partir da memória dos migrantes da diáspora haitiana, construir uma nova narrativa que ofereça lições valiosas sobre o passado e o presente do Haiti relacionados a memória, a diáspora, a migração, a localidade e a globalidade com o objetivo de superar o estereótipo neocolonial, imperialista e racista, bem como os discursos simplistas sobre o Haiti e a cultura Haitiana.

1.2 DE HISPANIOLA AO HAITI: CONHECER PARA VALORIZAR

A atual República do Haiti é um país localizado na parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, a segunda maior da região das Grandes Antilhas, no Caribe, América Central. Os povos originários da ilha caribenha de *Quisqueya* eram compostos por duas etnias: os indígenas *Arawak* (ou taínos) e os *chémes* (SCARAMAL, 2006).

A maior parte da historiografia sobre o Haiti conta sua história a partir da chegada dos espanhóis ignorando a história dos povos pré-colombianos. Há uma narrativa de que, com a chegada dos espanhóis na expedição de 1492, comandadas por Colombo, em menos de meio século, entre 300 e 500 mil indígenas haveriam sido extintos após serem submetidos à escravidão nas minas de ouro ou vítimas de massacres e epidemias (JAMES, 2010; ANDRADE, 2019). O mito da extinção dos taínos teria surgido ao serem declarados extintos logo após 1565 quando um censo revelou a presença de apenas 200 indígenas na ilha de Hispaniola. Em função do pesado trabalho na extração de ouro nas minas e nas plantações e canaviais, a população indígena teria sofrido um rápido declínio. Os registros do censo e os relatos históricos tinham um objetivo claro: afirmar não haver mais índios no Caribe.

Poucos historiadores analisaram profunda e criticamente os registros desse censo, muito embora índios continuassem a aparecer em relatórios, testamentos e certidões de casamento e nascimento durante todo o período colonial, e posteriormente. Sobrevivemos porque muitos dos nossos ancestrais se refugiaram nas montanhas (...) depois de 1533, quando os indígenas escravizados foram “alforriados” pela monarquia espanhola, qualquer espanhol que relutasse em libertar seus escravos taínos simplesmente os reclassificava como africanos. Em todo esse período, espanhóis do Caribe se casavam com mulheres taínas. E os filhos deles, também não seriam taínos? (ESTEVEZ, 2019)

Esta narrativa contribui para o apagamento dos povos pré-colombianos caribenhos no ensino de história e se apoia numa visão colonial que invisibiliza resistências, permanências da cultura indígena e decreta a partir do contato com o europeu o fim destas civilizações.

Em 1505, é introduzido na ilha o cultivo da cana-de-açúcar. Além do trabalho dos indígenas escravizados, centenas de navios negreiros traziam pessoas africanas escravizadas para trabalharem no plantio. Na medida em que os colonos espanhóis, frente ao esgotamento das minas de ouro, abandonam a ilha rumo à América do Sul, os franceses ocupam a ilha de Tortuga, ao norte do Haiti. Em 1697, a Espanha reconheceu a soberania francesa do território que, após um século, recebe o nome de Haiti (MOREL, 2017).

Fruto do cultivo da cana-de-açúcar, um dos produtos mais valiosos da época, o Haiti se tornou uma das colônias mais ricas do mundo. Riqueza essa que se baseava no brutal trabalho escravo de mais de 500 mil africanos. O Haiti se tornou um país majoritariamente negro, que no momento da Revolução Francesa (1789), tinha sua população de escravizados dez vezes maior do que a de brancos e de homens livres e que enfrentando as tropas francesas produziu a primeira revolução de independência vitoriosa de escravizados no mundo (JAMES, 2010; MOREL, 2017), um caso singular e excepcional que resultou em uma verdadeira “descolonização real e global do poder.” (QUIJANO, 2000, p.134)

Michel-Rolph Trouillot, antropólogo haitiano, caracteriza este processo revolucionário como um dos eventos mais marcantes entre os processos de independência que modificaram os cenários políticos e sociais das Américas. Por outro lado, o pesquisador haitiano demonstra em seus estudos que esta visão foi várias vezes confrontada, sendo imputado a este evento um lugar de “não evento”. Segundo o autor, visto que um processo político desta magnitude não se encaixava nas categorias e na lógica ontológica do colonialismo, logo, ele assumiria o lugar do

improvável, do impensável e sobretudo do inconcebível. Essa lógica de mundo, dos homens iluministas europeus, que reservava aos negros um lugar de submissão, de incapacidade de agência, de inferioridade foi duramente questionada pelos eventos em São Domingos. A Revolução no Haiti era um “fato impensável” vista pelas lentes do pensamento ocidental e seus eventos ocorridos entre 1791 e 1804 colocavam em xeque as premissas ontológicas iluministas, mesmo as mais radicais, sendo algo inimaginável até mesmo para a extrema esquerda política Francesa do século XIX. (TROUILLOT, 1995, p.135)

Nesse sentido, a Revolução Haitiana era impensável como evento justamente por questionar todo o quadro referencial do pensamento ocidental e colonial acerca de temas como o racismo, colonialismo, escravidão e liberdade. Apesar de inconcebível, este evento marca a história das relações coloniais na América Latina e seus ecos são sentidos em diferentes partes do Atlântico, impactando, à época, o fragmentado império escravista europeu.

A Revolução do Haiti quebrou a economia agrícola da mais rica colônia francesa do Caribe, gerando momentaneamente, portanto, uma valorização do preço de produtos como cana-de-açúcar e café no mercado internacional, favorecendo durante certo período as regiões produtoras concorrentes. (MOREL, 2017, p.21)

Sentindo o impacto econômico e político dos eventos do Caribe, o sistema colonial tratou de mover suas peças no sentido de punir a antiga colônia francesa, fazendo com que a história do Haiti seguisse sendo marcada, nas seguintes décadas, por intervenções coloniais das potências estrangeiras além de sofrer com as agudas contradições e disputas internas que resultaram, ambos os processos, em uma sociedade desigual. A sociedade haitiana experimentava uma profunda crise política e econômica, fruto do isolamento diplomático e comercial imposto pelas grandes potências da época, a exemplo da Inglaterra e da França. Somente em 1838, a França reconhece a independência da colônia de São Domingos, sobre a base da aceitação de uma “dívida” de 150 milhões de francos (PHILLIPS, 2008; SEGUY, 2014).

O ônus de ter enfrentado o sistema colonial e acabado com a escravidão cobrava caro ao Haiti. As diferentes camadas sociais lutavam entre si pelo controle político e pela garantia de seus interesses de classe, interesses esses irreconciliáveis que geraram inúmeras guerras civis ao longo da história do Haiti independente. Todos

queriam garantir um maior espaço no controle do aparato político e disputavam entre si, latifundiários, comerciantes, militares, representantes dos interesses do Norte e do Sul, minando a estruturação do Estado e impondo um cenário de desestabilização política.

Era necessário construir uma base sobre a qual se manteria o Estado nacional, mas o conflito de interesses e a ganância política das elites impedia que este objetivo fosse alcançado. A revolução antiescravista, que libertou os escravos trouxe consigo não só a liberdade dos negros escravizados, mas também uma modificação estrutural no sistema agrário, como comentado por Gérard Pierre-Charles,

De fato, a revolução nacional libertadora, ao destruir a escravidão colonial, havia modificado a estrutura agrária. As grandes plantações coloniais açucareiras haviam sido exploradas até então com capitais e tecnologia provenientes da França do século XVIII, não está em pleno processo de expansão capitalista. As plantações se arruinaram ao passarem ao poder dos novos amos mulatos e negros. (PIERRE-CHARLES, 1990, p.182)

Esta nova classe dominante, composta por negros e mulatos, se beneficiava da nova estrutura produtiva, porém sem possuir tecnologia e capitais para o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Pierre-Charles (1990) o trabalho escravo havia sido substituído pela servidão aos moldes feudais, onde a produção camponesa era arcaica e de baixíssima produtividade. Não há somente uma mudança nas relações de produção, é neste período que o principal produto cultivado no Haiti deixa de ser a cana-de-açúcar para tornar-se o café. A extração do café, uma atividade centralmente de coleta, gera uma nova burguesia, em sua grande maioria de mulatos, que ao opor-se a burguesia latifundiária negra, vai dedicar-se ao setor mercantil, comercializando este produto com o mercado internacional. Este setor vai também organizar-se politicamente para garantir o aumento dos lucros de sua atividade econômica ocupando espaços de decisões e poder na Nação.

Este conflito que diversas vezes ganha contornos de uma disputa antagônica entre negros e mulatos, pautados pelo “fator de cor” (PIERRE-CHARLES, 1990, p.182) é na verdade determinado pelos interesses políticos e econômicos de diferentes frações da nova burguesia haitiana. Esta divisão vai ser aproveitada e alimentada ao longo da história do Haiti pelas diferentes potências imperialistas que davam apoio político e financeiro a determinado setor conforme seu próprio interesse econômico.

Diante do isolamento econômico e aproveitando mais uma vez a disputa interna entre negros e mulatos, a elite descendente dos colonizadores construiu para o Haiti um projeto de reaproximação com a França. É para se reaproximar da antiga metrópole que a elite haitiana aceita pagar o preço pelo reconhecimento de sua independência, a fim de romper o isolamento econômico, afundando o país em uma profunda dívida para com sua antiga metrópole. A dívida exterior tinha crescido tanto que superava a capacidade da nação haitiana de pagá-la. Em 1903, somava mais de 33 milhões de dólares. Em dezembro de 1904 já eram mais de 40 milhões de dívida, dos quais, 26 milhões eram de ouro. Considerando que a arrecadação anual do Estado não superava 12 milhões de dólares, podemos concluir que o peso que dívida exterior representava sobre o erário haitiano era muito superior do que o país poderia suprir.

O pagamento da dívida pela emancipação aprofundou o Haiti num empobrecimento ainda mais duro fazendo com que o país, que já sofria com a falta de tecnologia e recursos fruto de anos de exploração, agora recorresse aos bancos privados franceses pedindo empréstimos com taxas de juros exorbitantes (CASTOR, 2016). O Haiti, ao retomar as relações econômicas com a França, possibilita à antiga metrópole a retomada da predominância comercial e o controle dos portos haitianos, regulamentando a produção cafeeira, dominando também a atividade financeira dos bancos, sendo responsável pelo Banco Nacional e o Banco Central do Haiti

Ao longo do século XX o Haiti enfrentou não apenas a questão do impacto do pagamento da dívida externa, mas também uma crônica instabilidade política. Durante o século XX, mais de 22 presidentes governaram o país, sendo que 14 deles foram depostos devido a disputas institucionais ou insurreições populares. Esse período coincidiu com a ascensão de novas potências mundiais e o desenvolvimento do capitalismo industrial baseado no livre comércio, o que colocou uma grande pressão sobre as nações latino-americanas, exigindo a abertura de seus mercados. A respeito dos interesses das grandes potências que emergiam e o papel das colônias para o acúmulo de capital destas nações Andrade comenta que

As pressões do mercado mundial em formação no século XIX, em particular através das ingerências que França, Inglaterra e EUA jamais cessaram de produzir. Eram a antessala do imperialismo no século XX com desdobramentos internos através das associações que se estabeleciam entre membros da burguesia haitiana e seus sócios estrangeiros, o que também produzia refrações internas no país sob a forma de conflitos políticos, econômicos e sociais. (ANDRADE, 2016: 177).

No contexto das primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos da América cresciam como potência expansionista e sua dominação sobre a América Latina e o Caribe se concretizava. A primeira política para o Haiti e a República Dominicana tratava da tentativa de anexação, movida principalmente pelo interesse de possuir sobre o seu domínio territorial o canal do Panamá, importante escoador de mercadorias. É no começo do século XX que os Estados Unidos vão aumentar o seu poder de influência no Haiti ao adquirir da França o controle do Banco Nacional do Haiti. Controlando então a principal instituição financeira e em pouco tempo controlando as alfândegas, os estadunidenses ocupavam uma posição-chave de dominação no Haiti, visto que nesse período a alfândega era praticamente a única fonte de renda do Estado nacional. A dívida pública foi um importante objeto de subordinação do Haiti às potências imperialistas quando quase a totalidade da receita interna servia para pagar os títulos e empréstimos externos. A posição ocupada pelos EUA no controle da alfândega servia, sobretudo, para garantir o pagamento das dívidas. Os interesses estadunidenses na região eram tanto geopolíticos como econômicos e cada vez mais chocavam-se com os seus adversários comerciais, principalmente Inglaterra e França, que também possuíam negócios na região.

A América Latina, e em particular a zona do Caribe, ocuparam um seletor lugar dentro da estratégia de conquista americana. Com suas terras tropicais e férteis, sua densa população, os EUA tratavam o Caribe como o “mediterrâneo americano”, praticamente como um quintal de suas terras. Seria inevitável que mais cedo ou mais tarde os Estados Unidos para garantir o aumento do seu capital, regulamentasse a vida nas repúblicas do Caribe (CASTOR, 2016).

As disputas de mercado entre os países imperialistas, no final do século XIX, aprofundaram as ambições estadunidenses no Caribe e na América Latina. A partir do início do século XX o Haiti se tornara uma neocolônia estadunidense ao passo que os Estados Unidos conseguem derrotar França e Alemanha e seus projetos de dominação econômica no território caribenho. O Haiti tornou-se então um país dominado e dependente tendo negado seu direito à soberania política e econômica, tal situação de crise perdurou no país durante os anos de 1990 tendo como resultado uma intervenção militar dos EUA e missões organizadas pela ONU entre 1991-2004.

A mais recente iniciativa foi a intervenção feita a partir de abril de 2004 após a ONU criar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) por meio da Resolução 1542. Na época, o Brasil foi eleito para liderar essa missão,

tendo assumido o comando militar da MINUSTAH de junho de 2004 até outubro de 2017. Esta ocupação militar, por vezes dita humanitária e diplomática, foi um evento que produziu marcas profundas, tanto na história recente haitiana como em nosso país. Existem relatos de autoritarismo, repressão ao povo local, aprofundamento de conflitos políticos e sociais. No Brasil, a experiência no Haiti serviu para preencher o currículo dos militares, aumentando seu prestígio e concedendo maior protagonismo político. A ocupação militar da ONU (2004-2017), liderada pelo Brasil, se justificava reforçando o discurso de que o Haiti seria um país miserável, que necessitava de uma “ajuda humanitária” externa e que servisse também para “combater o caos” (ANDRADE, 2019).

Considerando a história de diáspora dos povos haitianos, que já migravam para várias regiões do mundo, a incorporação do Brasil no roteiro migratório destas pessoas começa a ganhar importância após os efeitos do terremoto, que em 2010 matou mais de 300 mil haitianos e deixou 1,5 milhão deles desabrigados. Este evento causa o maior fluxo imigratório da história haitiana que vai resultar em um crescente fluxo de haitianos buscando refúgio, legal ou ilegalmente em vários países da América Central e da América do Sul, especialmente no Brasil. Conforme relatório do Observatório das migrações internacionais (OBMigra) se considerarmos apenas os migrantes registrados oficialmente e que permanecem no país por mais de um ano, são cerca de 106 mil haitianos no Brasil entre 2010 e 2018, que representa 21% do total de migrantes estrangeiros do período (CAVALCANTI et al, 2019). Ao chegarem, estes haitianos encontram muitas dificuldades para adaptar-se tendo de lidar com o preconceito racial de parte da sociedade brasileira que resulta da soma de duas questões latentes em nossa sociedade, a estranheza com os estrangeiros (em especial com os não-brancos) e o racismo (MOREL, 2017). São incontáveis os exemplos de violência xenofóbica e racista para com os migrantes haitianos advindos tanto da população brasileira como dos aparatos repressivos do Estado.

Em todo o mundo são aproximadamente entre 4 e 5 milhões de haitianos que vivem hoje fora de seu país, número que representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em cerca de 10 milhões de pessoas, como aponta o Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI). A maior parte destes haitianos da diáspora vivem em países como Estados Unidos, Canadá e França, segundo os dados do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE).

A migração haitiana não pode ser analisada dissociada do cenário histórico e geopolítico intervencionista do domínio neocolonial, e principalmente diante do constante interesse na dominação econômica estadunidense no Caribe, no início do século XX. No entanto, como veremos, deve ser analisada também sob a ótica da secular diáspora haitiana, processo este responsável pelo deslocamento massivo de haitianos para diversas partes do mundo, em especial nas Américas (AUDEBERT, 2012) o que vai configurar uma singular noção de mobilidade, multiterritorialismo e migração próprio do povo haitiano.

1.3 “SER DIÁSPORA”, OS SENTIDOS DA DIÁSPORA HAITIANA

Os debates em torno do termo “diáspora” foram objeto de várias pesquisas que se debruçaram sobre as experiências diaspóricas especialmente dos judeus, gregos e armênios. É relativamente recente a generalização do uso deste termo, que tem se tornado cada vez mais comum na linguagem cotidiana. Etimologicamente a palavra *diáspora* tem origem na língua grega e é compreendida como a dispersão dos povos movida tanto por motivos religiosos, como por motivos políticos. O termo surgiu para designar a dispersão dos judeus na Antiguidade, dispersão essa que continuou a ocorrer ao longo dos tempos e se verifica ainda atualmente. Podemos perceber que a palavra sofreu uma importante expansão etimológica ao abranger qualquer deslocamento de um grupo de pessoas saindo de seu lugar de origem (habitado por eles ou tradicionalmente habitado por seus ancestrais). Tanto na sociologia, na literatura ou no campo da história, a academia tem utilizado a diáspora para se referir a dispersão de povos pelos territórios. No verbete disponível no Dicionário de Migrações, diáspora aparece como termo que se refere tanto a trabalhadores migrantes que continuam possuindo alguma ligação com seu país de origem, quanto para referir-se a comunidades ligadas por laços religiosos, étnicos e linguísticos transfronteiriços. (RAMÍREZ, 2017, p. 2018)

Dentre a vasta gama de trabalhos que buscam categorizar o termo diáspora na tentativa de defini-lo destacam-se os trabalhos de Safran (1991), Cohen (1997) e Schnapper (2001) entre outros. O estadunidense William Safran (1991) define o termo “diáspora” como uma dispersão geográfica que tenha início em uma terra natal

(*homeland*) e que a comunidade de expatriados em movimento se desloque para duas ou mais regiões estrangeiras; que este grupo mantenha uma memória coletiva, um olhar mítico e idealista sobre a terra natal e compartilhem de uma mesma perspectiva preservação ou restauração da terra natal, sua segurança e prosperidade como parte de um compromisso étnico-comunitário (SAFRAN, 1991, p. 83-84).

Embora seja importante conceituar historicamente as definições do termo, os significados das diásporas têm conteúdos distintos para cada cultura e, para a compreensão de sua especificidade, é preciso buscar as raízes históricas e etnográficas relativas ao grupo do qual falamos. Audebert (2012) ao estudar a forma como se estrutura a enorme rede migratória haitiana em várias nações do mundo vai contribuir para entendermos a complexidade da experiência diaspórica haitiana ao propor a superação da visão, de um lado segmentada, do conceito de emigração/imigração e, de outro lado, simplista ao reduzir esta questão a uma abordagem geográfica de dispersão espacial. Nesta diáspora cumpre um papel fundamental a construção da identidade diaspórica que combina a dispersão em “territórios migrantes” e a manutenção de laços duráveis unindo a população haitiana em escala mundial por meio de um expressivo sentimento de pertencimento nacional entrelaçando relações que se estruturam local e transnacionalmente (AUDEBERT, p.11, 2012). Podemos então afirmar a existência de uma cultura própria das nações diaspóricas, por meio da construção de uma memória coletiva, mantida e impulsionada através das práticas destes sujeitos transnacionais, em suas diversificadas comunidades sociais em diferentes territorialidades, nas suas relações mútuas e transnacionais. É necessário então compreender como estes sujeitos vão construir sua experiência diaspórica, de que maneira é construído o vínculo entre o país de origem de um determinado grupo social com o país de destino, os países transitórios e os mais variados territórios em que os migrantes vão recorrer durante seu projeto migratório. Diante da complexidade do processo migratório, já não se fala mais em uma ruptura permanente com o país de origem, mas sim da conformação de uma ligação entre o local de origem e o local de residência, de uma experiência para além das fronteiras nacionais que reafirma a identidade diaspórica.

Para compreender o processo de imigração haitiana precisamos a priori compreender que o processo de emigração, de saída de seu país de origem, é estabelecido historicamente pela população do Haiti como uma estratégia de sobrevivência diante de uma história marcada desde sua formação pelo colonialismo,

pela violência e desigualdade social, mas também como uma importante opção de mobilidade que marca a identidade e a relação dos haitianos com seu país. Logo, a noção de mobilidade e a migração é marca fundamental da sociedade haitiana. Estudos como o de Handerson (2015; 2017) nos auxiliam a compreender o modo como o termo diáspora expressa a experiência individual e coletiva no mundo social haitiano e sua a noção de mobilidade espacial e de (trans)nacionalidade, buscando explicar suas raízes históricas.

Diáspora é vista como uma categoria de interação. Ao mesmo tempo em que constrói as suas múltiplas identidades a partir de duas sociedades ou mais, ela não se desenraíza – no sentido próprio e forte do termo – do Haiti. Ela interconecta o universo haitiano com o de *aletranje*⁶, realizando sínteses culturais fecundas constituídas entre os diferentes espaços de mobilidade internacional e o Haiti. A mobilidade faz parte da vida cotidiana da pessoa diáspora: ela constitui e vive permanentemente em novos espaços sociais e culturais. (HANDERSON, 2015, p.65)

O termo *diáspora* se popularizou entre os haitianos em 1980, especialmente entre aqueles que viviam nos Estados Unidos, inseridos pelos padres católicos, como parte de um movimento de resistência à ditadura de Duvalier. A noção de uma “diáspora haitiana” foi mobilizada para articular, descrever uma experiência em comum e construir, fruto desta experiência, uma agenda política contra a ditadura que ocorria em seu país. Dentro do Haiti, o termo surge no contexto do fim da ditadura para caracterizar aqueles haitianos que retornavam de anos de exílio. A *diáspora* torna-se, *dyaspora*, ao se integrar a uma das línguas oficiais do país, o crioulo. O termo é utilizado no Haiti para caracterizar a ação de viver no exterior por um longo período, retornar ao Haiti e voltar a viver no exterior. A diáspora é associada à mobilidade transnacional dos haitianos e é vista como parte da trajetória, das possibilidades de experiências que podem ser vividas por eles com um compromisso de obtenção de sucesso tanto como indivíduo, mas também como coletivo, capaz de possibilitar ao haitiano uma *nova chegada* a seu país.

Os haitianos não usam a palavra créole *tounen*, significando retorno, para descrever a experiência da nova chegada da pessoa diáspora, mas sim a expressão *dyaspora rive*: diáspora chegou ou *dyaspora vini*: diáspora veio, do ponto de vista dos que ficaram. Os viajantes utilizam a expressão *dyaspora pral vizite Ayiti* (diáspora vai visitar o Haiti) ou *dyaspora ap desann Ayiti* (literalmente: diáspora vai descer para o Haiti). (HANDERSON 2015, p.60)

⁶ Fora do país.

Os haitianos na diáspora possuem uma noção de pertencimento à sua terra natal independentemente do lugar que vivem no exterior. Este sentimento define o que os autores transnacionalistas vão chamar de “nações sem fronteiras” (BASCH; GLICK-SCHILLER; SZANTON-BLANC, 1994). Trata-se da existência de um sentimento nacionalista independente da distância geográfica que é definida por Handerson (2015) como:

Além de uma experiência social, diáspora é uma questão também política. Essa configuração do sentimento de pertencimento leva-os a tomar posição política e se pronunciar em relação aos modos da governamentalidade do seu país, no sentido foucaultiano. Tal ideia está associada ao fato de os sujeitos intervirem na vida política do seu país – além da social e da econômica – mesmo estando fora do território nacional. (HANDERSON, 2015, p.59)

Os processos históricos que marcaram a construção desta noção de mobilidade e circulação podem ser divididos em três grandes momentos: um primeiro, ainda que de maneira forçada, é marcado ainda quando o país era uma colônia da França, pela imposição do tráfico transatlântico de meio milhão de escravizados africanos. Reflexo da revolução e logo após a concretização do processo de independência se aprofunda no Haiti uma cultura de migração e mobilidade, que já existia desde o século XVIII, quando parte significativa dos setores da elite e proprietários de terras, em especial os descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e dos mulatos enviavam seus filhos para estudar na França, especialmente em cursos de advocacia, medicina, literatura. (HANDERSON, 2017).

É no cenário mais recente do movimento de diáspora que podemos localizar o atual fenômeno de mobilidade haitiana que insere nosso país na rota da diáspora haitiana ao representar a entrada de milhares de migrantes haitianos por diferentes pontos de nossas fronteiras e sua dispersão para diferentes lugares de nosso território nacional impactando nossa sociedade e despertando, por meio da presença destes migrantes, um maior interesse pelo Haiti e sua história. A princípio, a visão que é criada, em especial pelos meios de comunicação, sobre esta imigração é de uma fuga massiva de haitianos, causada pelas consequências do terremoto de 2010, que dizimou parte da população daquele país, centralmente a população urbana da capital de Porto Príncipe. Esta visão se vinculava aos discursos que reafirmam um país miserável, amaldiçoado e que necessitava de ampla ajuda humanitária e intervenção política para se governar, demonstrando por meio destas narrativas nosso completo

desconhecimento da realidade destes migrantes e a pesada carga de preconceito racial que depositamos sobre eles e seus familiares.

A partir do ano de 2010, a migração haitiana tornou-se o maior fenômeno migratório no país, com a chegada de milhares de haitianos. Estima-se que atualmente haja mais de 50.000 haitianos residentes no Brasil, sendo o Estado de Santa Catarina um dos principais destinos de grande parte destes migrantes, com destaque para quatro municípios: Florianópolis, Chapecó, Itajaí, Joinville e Blumenau (MAGALHÃES; BAENINGER, 2017). Ao migrarem, os haitianos preservam uma memória coletiva diaspórica sobre sua a terra natal e de um passado, ainda que mítico, capaz de nos possibilitar construir uma narrativa histórica sobre o Haiti. Desde suas memórias podemos então construir novas narrativas sobre o Haiti e proporcionar novos olhares que permitam romper com os silêncios produzidos sobre a História Haitiana, desfazer os estereótipos e estigmas que existem em relação àquela nação e construir com os migrantes um relevante material capaz de auxiliar professores de história no ensino da história haitiana, dentro do contexto latino-americano, tão ausente nos nossos currículos.

Ademais, abordar a história dos haitianos e de sua migração para o Brasil no ensino de História, em especial em nosso Estado, permite o trabalho sobre o fenômeno da migração utilizando outra lente, para além das narrativas tradicionais sobre a imigração presentes na história catarinense, que privilegia a experiência europeia e branca. Abordar a temática das migrações a partir de corpos negros, portanto uma experiência marcada pela racialização, que extrapola a noção de migração, nos convida a pensar uma experiência territorial de uma mobilidade diaspórica própria, rompendo com o olhar que insiste em focar nos aspectos da miserabilidade dos negros que migram, nos permitindo construir uma narrativa fundada no reconhecimento do potencial e da agência destes sujeitos migrantes.

2. HAITI NO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: O DESAFIO DE CONFRONTAR NARRATIVAS POR MEIO DA MEMÓRIA DOS MIGRANTES HAITIANOS

O campo de pesquisa sobre ensino de história e temas relacionados a ele direta ou indiretamente vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas. É possível observar isso através do aumento de publicações sobre o tema e de expressivos encontros de pesquisadores que reúnem diversos eixos temáticos que se dedicam a investigar, repensar e produzir sobre o ensino de história no Brasil. No entanto, ao analisarmos estudos que vão abordar, entre outros aspectos, o espaço dedicado ao ensino da história latino-americana (DA CONCEIÇÃO, ZAMBONI, 2013; ROCHA, MAGALHÃES, GONTIJO, 2015; ANTONI, 2021) é possível notar que poucos trabalhos se dedicam à temática da América Central, como o Haiti, contribuindo para ausências sobre o tema.

Isto fica mais evidente ao investigar as mudanças curriculares e as concepções de aprendizagem nas atuais reformas educacionais brasileiras, especificamente com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História. Esta ausência pode ser compreendida se observada a partir do referencial teórico apresentado por Boaventura de Souza Santos (2010) que estabelece a existência de uma epistemologia que “eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento”. As formas de conhecimento das nações/povos colonizados são epistemologicamente marginalizadas pela ciência moderna, pretensamente dita universal, suprimindo todas as práticas sociais, saberes e experiências que a seus interesses contrariem, produzindo uma ecologia dos saberes onde

Cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorância. [...] Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está a ser aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece. A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. (SANTOS, 2010, p. 56).

Logo, uma racionalidade somente pode se afirmar totalizante e universal ao passo que silencia e invisibiliza outras formas de conhecimento, produzindo um verdadeiro epistemicídio de saberes ao desperdiçar, senão silenciar, um conjunto de

experiências sociais históricas que não se encaixam em sua totalidade, em sua lógica cognitiva e em seu tempo linear. O resultado disto é a produção de uma monocultura do saber que reforça a não-existência da experiência histórica latino-americana no ensino de história no Brasil.

A isso se contrapõem as “Epistemologias do Sul”, termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos (2010), e que busca ser alternativa ao paradigma epistemológico da ciência moderna buscando a revalorização das identidades e culturas que foram, durante séculos, de forma intencional, ignoradas pelo colonialismo ao produzir uma forma de conhecimento em que apenas uma única narrativa se impõe. Dessa forma, contribui para minar a construção de uma identidade latino-americana e caribenha, para perpetuar uma perspectiva histórica eurocentrada e nos impossibilitar de sermos autores/atores de nossa própria história.

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (SANTOS, 2010, p. 7).

Logo, as “Epistemologias do Sul” constituem-se como um projeto de denúncia a esta lógica colonial que sustentou uma pretensa soberania epistêmica da ciência moderna, pautando-se na exclusão, no silenciamento dos povos e culturas subalternizados e dominados pelo capitalismo e o colonialismo.

É consequência deste pensamento moderno ocidental o constante desenlace da nossa história com as demais experiências dos povos negros e indígenas da América Latina e do Caribe, que apesar do que Morel (2017, p.16) vai chamar de “camada de silêncio e desconhecimento” sobre a história haitiana no Brasil, produziu uma forte relação entre nossa história (tanto do Brasil, como das Independências da América Latina) e a história do Haiti. Morel defende a hipótese de que os impactos da Revolução do Haiti sejam, na história do Brasil Colônia, maiores que os da Revolução Francesa, propondo então uma outra perspectiva e a necessidade/possibilidade de produção de conhecimento que relacione essas duas experiências.

O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot afirma que o silêncio sobre o passado haitiano é eloquente e está relacionado a uma disputa de poder e produção de uma memória histórica (TROUILLOT, 1995). Este silenciamento é imposto a partir

de uma hegemonia dominante que determina que algumas narrativas são consideradas oficiais e universais, escondendo as suas reais intencionalidades.

Embora “impensável” e “inconcebível”, a Revolução Haitiana é um dos eventos épicos da história do ocidente. Há mais de 200 anos, a historiografia ocidental insiste em secundarizar, minimizar ou até mesmo silenciar por completo a grandiosidade deste acontecimento. Segundo pensadores críticos da colonialidade como Michel-Rolph Trouillot e Aníbal Quijano, assim é pensado este evento com um interesse evidente de minimizar o feito que resultou não apenas em uma quebra da economia de *plantation*, da colônia mais produtiva da época, não apenas por romper as amarras da dominação colonial, mas sobretudo por romper os próprios fundamentos do racismo, ao ser protagonizado por escravizados e minar a visão submissa e subalternizada que a colonialidade produziu sobre os negros, em que os qualifica como irracionais, incapazes de se governar, inferiores e desprovidos de agência. Sobre os limites do pensamento racional ocidental, Reinhardt vai afirmar que

(...) são definidos pelo discurso. Alguns podem chamar esses limites discursivos de cosmovisões. Outros os chamam de paradigmas ou senso comum. Mas seja qual for o nome que dermos a eles, são eles que determinam o que é certo e errado, verdadeiro e falso, pensável e impensável. Eles determinam o que é e o que não é, o que pode ser e o que não pode. E para a historiografia ocidental do século 19 e início do século 20, uma revolução negra era definitivamente algo que não poderia ser. (REINHARDT, 2005, p. 250, **tradução nossa**)

Portanto, o que determina que algo seja visto como impossível é uma determinada visão de mundo, uma ontologia que nesse caso se constrói baseada na ideia de que os negros seriam inferiores intelectualmente em relação aos brancos, que seriam incapazes da agência política e, portanto, sempre destinados ao controle e a subalternização, visão essa onde não se concebe, de maneira alguma, uma revolução negra. Não podendo negar o episódio, a realização do impossível, coube a historiografia de matriz ocidental invisibilizar, silenciar ou no máximo colocar este evento como coadjuvante, minimizar o seu significado ou apresentá-lo como parte e/ou desdobramento de seus grandes feitos, a exemplo da revolução francesa e os ideais iluministas (TROUILLOT, 1995). As narrativas hegemônicas, construídas desde a ótica dos vencedores têm insistido em omitir a complexidade da história haitiana, esvaziar o caráter revolucionário de sua independência e a relevância de seu significado histórico acabando por transformá-la em um “não-evento”. Trata-se, portanto, da produção de uma ausência intencional, que ao silenciar um evento oculta

determinadas experiências, mascarando os efeitos da colonialidade e de suas estruturas racializadas, encobrendo experiências marcadas pelas questões raciais, pela escravidão e outras violências coloniais perpetuando as relações de dominação Norte/Sul. Com este objetivo o “esquecimento” serve como uma forma de negação da capacidade de agência dos sujeitos não europeus e não-brancos reforçando as hierarquias impostas pelo sistema colonial.

Para Michel-Rolph Trouillot, as narrativas hegemônicas daqueles que viveram à época da Revolução Haitiana seguem influenciando grande parte da historiografia sobre o Haiti, em que muitas vezes a preocupação central parece ser encontrar as causas externas ou agentes individuais que levariam os créditos pela vitória do levante, contribuindo assim para o descrédito da capacidade de agência dos negros. A visão produzida pela modernidade sobre a revolução haitiana, que impactava profundamente suas bases ontológicas, moldou as formas como ela foi documentada, afetou a historiografia subsequente e produziu uma narrativa marcada pelos valores coloniais (TROUILLOT, 1995, p.102-104). Estas marcas vão encontrar seu lugar também dentro do ensino de história, onde muitas vezes supervalorizamos aspectos que se encontram dentro dos limites da ontologia ocidental, despendemos boa parte de nossos planejamentos e a organização de nossos conteúdos a serem trabalhados reforçando as experiências “que impactaram todo o mundo”, deixando evidente o caráter colonizador de nossos currículos, ao mesmo tempo que minimizamos, silenciemos e invisibilizamos experiências outras, permitindo a perpetuação de uma consciência sobre a história haitiana marcada pela estigmatização, xenofobia e racismo.

2.1 REPENSANDO O CURRÍCULO: SABERES OUTROS, IDENTIDADE E DIVERSIDADE

A educação não pode ser vista apenas do ponto de vista da reprodução social. Na sociedade capitalista ela produz uma série de contradições e é principalmente a partir da sua especificidade e natureza na promoção do ser humano que podemos pensá-la do ponto de vista de uma perspectiva crítica, intercultural e não colonial. Entendemos que a escola cumpre, em nossa sociedade, um papel duplo sendo por

um lado uma instituição que serve de instrumento para a reprodução das ideologias hegemônicas em determinada época, estando a serviço de seus interesses e por outro lado podendo, através de brechas, cumprir também um papel transformador de desconstrução dessas mesmas ideologias produzindo uma consciência histórica que forme seres mais bem capacitados para entender as contradições latentes desta sociedade e modificá-la.

A escola é uma importante instituição responsável pela sociabilidade dos seres humanos, onde também se produz identidades. Partimos das ideias defendidas por Hall, de que se percebe e se concebe as identidades culturais em torno das identidades locais e regionais, atravessadas, neste caso, pela experiência da migração. Assim como defende o autor, nos parece ser urgente a necessidade de pensarmos o processo de construção das identidades, como um processo vivo, que edifica culturas híbridas, nada permanentes (HALL, 2006, p.13).

[...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Portanto, Hall (2006) defende que o sujeito, que antes tinha sua identidade vista como única e estanque, agora é percebido como provido de uma identidade plural, mutável, passível de contradições. As identidades estão, então, em constante movimento, se modificam e se deslocam em distintas direções. Por serem fruto de uma construção dos sujeitos que se dá através dos processos sociais, elas não são inatas. Caso assim fosse, a identidade cultural não precisaria ser resgatada, evidenciada, reafirmada. A luta por uma afirmação identitária, pela reafirmação de “identidades outras” emerge sempre que há tensões sociais, e pode ser percebida em diferentes espaços e temporalidades, na medida em que os sujeitos buscam referenciais para sustentar suas ideias, valores e afirmações.

Defendemos um currículo que possua uma dimensão libertadora e crítica, entendendo o seu caráter político ao propor um diálogo com os estudantes, sua realidade e a comunidade escolar e suas experiências. Para suprir a necessidade de incluir as minorias culturais, no sentido do acolhimento, é fundamental uma transformação na cultura escolar, principalmente na maneira em que ela se estrutura. Se toda a cultura escolar não se preocupa efetivamente com a questão das

diversidades, presentes no ambiente escolar, um currículo multicultural se torna inconcebível (SACRISTÁN, 1995).

Ao silenciar a multiplicidade, as escolas seguem sendo um local homogeneizador e padronizador, descaracterizando a potencialidade do processo de ensino e aprendizagem em acolher os diversos saberes, visões de mundo e experiências. A escola, enquanto espaço de integração social onde estão presentes diversas experiências, necessita pensar um currículo que permita acolher os saberes prévios e a realidade dos educandos e da comunidade que considere também as vivências dos agentes “externos” à escola. Em uma sociedade marcada pela lógica do mercado, os saberes são hierarquizados, havendo uma propensão ao menosprezo da cultura e dos saberes populares e uma valorização dos saberes das camadas dominantes da sociedade. Devemos nos provocar a pensar sobre essas diversidades e desenvolver uma postura de não hierarquizar as diferenças na sociedade e na cultura escolar. Se consideramos a diferença como parte da existência humana, então o ambiente escolar, sobretudo o público, sendo um local de socialização, torna-se a instituição na qual a diversidade se encontra, se relaciona e se realiza. Consideramos que

As narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não o são (SILVA, 1995, p. 195).

Um currículo para a formação plena e humana dos sujeitos deveria ser orientado no sentido de permitir acesso aos bens culturais e ao conhecimento. Sendo o mundo diverso, diversos são os saberes, as culturas, as visões e experiências. É inconcebível um currículo que não acolha essas diversidades e diferenças e esteja a serviço dela (LIMA, 2006).

Devemos nos questionar quais histórias e narrativas temos abordado no Ensino de História sobre as questões raciais, os migrantes, movimentos populares e do campo, os indígenas e todas as lutas dos setores subalternizados. São narrativas que perpetuam estereótipos ao falar dos sujeitos e suas trajetórias ou permitem uma visão emancipatória, dando espaço para as agências destes grupos sociais? Quais grupos sociais possuem o privilégio de se representar e quais são representados nos

currículos, a partir de uma visão externa? Diante desta reflexão as respostas certamente nos levarão a necessidade de uma mudança radical para cumprir com o exercício de uma pedagogia para as diversidades e as diferenças, onde seja valorizada a nossa diversidade étnico-racial e as diferentes identidades presentes na escola e na sociedade para que estas sejam reconhecidas e venham cada vez mais fazer parte estruturante nos currículos e nas práticas escolares.

A manutenção e reprodução desta hierarquização racial ocorre tanto no Ensino da História como em outras disciplinas escolares, e isto se dá por meio de currículos que seguem reforçando estereótipos negativos com relação aos povos não-brancos e não contemplam a diversidade cultural e racial brasileira de forma positiva, reforçando aquilo que Chimamanda Adichie (2019) denomina como “história única”.

Apesar das conquistas arrancadas pelos movimentos negros no âmbito educacional, a narrativa colonial ainda é reproduzida no Ensino de História desde a educação básica e perpassa os currículos dos cursos de graduação, de pós-graduação e a formação continuada dos professores.

No que diz respeito ao Ensino de História, nos parece fundamental invocar sua relevância na constituição do pertencimento étnico-racial, seja por meio da seleção e organização dos conteúdos, seja a partir da construção de novas narrativas para abordar os acontecimentos históricos, a partir da agência destes sujeitos e reforçando uma visão positivada de suas experiências. Na contramão desta potência, o eurocentrismo e o colonialismo que ainda estruturam boa parte do nosso currículo, da historiografia, formação de professores, políticas educacionais e de todo conjunto da sociedade contribuem de forma significativa para a manutenção do racismo, conservação da subalternização e inferiorização dos grupos racializados.

Ao seguir reproduzindo práticas pedagógicas eurocentradas, o Ensino de História pode contribuir para a naturalização de um padrão branco centrado por parte dos estudantes, dificultando assim, a identificação de crianças e jovens negros com a sua cor. Logo, romper com práticas fundamentadas a partir de narrativas colonizadas, eurocentrada e universalizantes, que atrelam as vivências negras apenas à escravização e suas consequências é fundamental para a construção efetiva nas aulas de História de um caminho para o exercício do pertencimento étnico-racial por parte dos sujeitos racializados.

Ao tangenciar ou secundarizar as discussões sobre a diversidade étnico-racial brasileira, o Ensino de História pode contribuir para a manutenção da invisibilidade

das questões raciais que constituem a nossa sociedade e perpetuar uma educação alicerçada na inferiorização dos povos racializados, uma das práticas que fundam o processo colonial das Américas. Diante disso, se impõe a urgência na revisão de práticas pedagógicas, no sentido de construir práticas antirracistas, na revisão das narrativas e na superação dos conteúdos eurocêntricos em nosso processo de ensino-aprendizagem onde seja possibilitado aos estudantes um encontro com sua História e sua identidade, a partir de abordagens acerca da diversidade cultural e étnica brasileira de forma positiva.

Nesse sentido, os aportes do pensamento decolonial tem gerado importantes discussões teórico-metodológicas no campo do Ensino de História, que partem da problematização acerca da estruturalização racista da sociedade brasileira e da urgência no reconhecimento de diversas formas de ser, pensar e produzir conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. Os conceitos abordados por esta corrente, a “colonialidade do saber” e “racismo epistêmico” auxiliam na compreensão teórica de vários processos silenciadores, violentos e concretos que atravessam os mais diversos níveis da vida social, inclusive, o espaço escolar. Para refletirmos sobre como a “colonialidade do saber” opera no ensino de História levamos em consideração as reflexões do grupo “Modernidade/Colonialidade” que analisa e problematiza a constituição da modernidade europeia, racista e colonial nas Américas. A modernidade europeia seria alicerçada no extermínio das várias epistemologias, dentre elas negras e indígenas nos processos de colonização dos saberes, dos seres e dos territórios iniciados no século XVI, produzindo assim uma espécie de “racismo epistêmico” silenciando outras epistemologias não-ocidentais.

Ao pensar práticas outras, que rompam com a colonialidade do ser e do saber o ensino de História pode ser um meio fundamental para que os alunos se reconheçam, compreendam as relações humanas através do tempo, e formem neste processo uma consciência histórica enquanto sujeitos, articulando o passado, o presente e o futuro e compreendendo sua agência na realidade que o cerca.

Nessa perspectiva o Ensino de História ainda precisa superar o desafio de ensinar a história da África, dos Afro-brasileiros não restringindo-se apenas ao processo de escravização transatlântica como narrativa histórica, mas tratar de sua efetiva participação na composição da história humana. É urgente que confrontemos e rompamos com as 'histórias únicas' que retratam os sujeitos negros como subservientes, subordinados e tragicamente oprimidos. Devemos passar a contar e

ensinar outras histórias, baseadas em diferentes narrativas e vozes, onde homens, mulheres e crianças negras são os protagonistas e agentes históricos. Através disso, devemos possibilitar a conexão de crianças e jovens estudantes negros com a negritude e todo o seu potencial de ação, a fim de promover o resgate de suas identidades e da humanidade que historicamente foi subjugada nas representações sociais e nas narrativas hegemônicas devido ao processo de colonização

2.2 EXPERIÊNCIAS TRANSATLÂNTICAS – ENCONTROS E CONEXÕES DA HISTÓRIA DO HAITI COM A HISTÓRIA DO BRASIL

Como então relacionar a História do Haiti, primeiro país a abolir a escravidão, com a história do Brasil, último país a fazê-lo⁷? Os caminhos que a historiografia brasileira traçou até aqui constroem antagonismos e tratam as experiências como opostas pelo vértice, produzindo um distanciamento que justificaria a ausência deste tema em nossas aulas de história. Seriam então experiências opostas onde haveria a narrativa de um modelo haitiano, de uma revolução que se desenrolaria na independência da antiga colônia e na abolição das relações escravistas, conduzida pelos setores oprimidos, em especial dos negros escravizados e um modelo à brasileira, feito pelos de cima, onde tanto a independência como a abolição teria sido alcançada sem participação popular (MOREL, 2017).

A medida em que a História no Brasil foi se construindo como disciplina, ancorada no paradigma tradicional e eurocêntrico, a narrativa da história viria a centrar-se no século XIX, na construção de uma pretensa História Nacional, construindo uma noção de pátria, com seus heróis, em geral homens brancos, da elite, invisibilizando e colocando à margem outros agentes sociais, como os negros, indígenas, as mulheres, LGBTQI+, pobres e outros grupos subalternizados.

Vivemos no ano anterior (2022) o contexto do bicentenário da Independência do Brasil e nos parece interessante pensar o processo de Independência sob olhares decoloniais, numa perspectiva de educação pautadas por princípios antirracistas e

⁷ A escravidão haitiana foi abolida em 1793, se tornando a primeira abolição do continente americano, já a abolição brasileira somente foi decretada em 1888, sendo, por sua vez, a última.

contra hegemônicos que venha a problematizar não somente o que representou a Independência do Brasil para os grupos subalternizados como compreender suas agências, resistências e contribuições para o processo, rompendo com a invisibilização, herança do colonialismo, que coloca estes grupos como passivos nas mudanças políticas e sociais da nossa História. Por muito tempo foi majoritária na historiografia brasileira duas interpretações sobre o processo de Independência no Brasil: uma como foco nos comerciantes e agentes mercantis do atlântico (e sua luta por autonomia política e econômica) e outra com foco nos grandes proprietários de terra e de escravos e seus interesses na manutenção do latifúndio, da escravidão e da monocultura. Ambas as visões, no entanto, partem da interpretação da chamada crise do sistema colonial que diante das mudanças estruturais no cenário político e econômico do mundo onde a ênfase dada era nas mudanças nas estruturas econômicas e nas relações de trabalho e produção (RIBEIRO, 2002). Tais narrativas sobre a independência colocam os negros, cativos, livres ou libertos como passivos na situação, que assistiram a tudo inertes, apagando as disputas sociais que refletiam as discussões sobre os rumos da nascente nação, bem como secundarizava as tensões raciais e de classe, visão que vai prevalecer até as décadas de 1980.

É recente a preocupação de parte dos historiadores com a complexidade do processo de ruptura política entre Brasil e Portugal, e em especial este ano tal assunto ganhou centralidade. As pesquisas avançaram e os historiadores e historiadoras passaram a incorporar outras dimensões daquele processo, a exemplo das dimensões política, social, econômica, cultural e temporal e territorial. Neste caminho existem estudos que vem buscando revelar as influências do processo revolucionário do Haiti no Brasil, buscando aproximar e relacionar o caso do Brasil com a América Espanhola, e abordar as agências dos mais variados movimentos sociais assim como a participação dos diferentes sujeitos envolvidos. Neste sentido, João José Reis vai falar sobre esse momento conturbado abordando que

O revigoramento da escravidão, e seu eventual declínio, não se deu de forma tranquila, dependente sempre da visão e dos desígnios das tradicionais classes dominantes brasileira. Estas ganharam a independência do país, impuseram seu estilo na formação do Estado nacional, conciliaram discursos liberais e civilizatórios com a manutenção da escravidão. Mas não foi esta a única visão de Brasil disponível na época. Além de não estarem sempre unidas, além dos desafios levantados por dissidências regionais amiúde com apelo popular, de enfrentar periodicamente a contestação do povo livre do campo e da cidade, sobretudo no conflagrado período regencial, as elites brasileiras e os escravistas de um modo geral tiveram de enfrentar a

resistência dos cativos em cada lugar em que a escravidão floresceu. Esta resistência sugere que o projeto vencedor de um país escravocrata não foi desfrutado sem a contestação dos principais perdedores. (REIS, 2000, p.3)

O estudo da História do Haiti e sua conexão com a história do Brasil pode ajudar a refletir criticamente sobre a resistência negra, o processo de fim da escravidão e a Independência brasileira ao desvelar os diferentes valores, experiências e as ideias sociopolíticas que circulavam para além das fronteiras territoriais e conectavam os anseios e os pensamentos entre negros haitianos e brasileiros. Podemos por meio desta relação reconstruir narrativas que investiguem e analisem as experiências dos mais diversos indivíduos durante essa conjuntura de transformação, trazendo à baila a participação dos negros, escravizados e libertos que construíram movimentações políticas e sociais que de diversas formas resistiram, negociaram e aprofundaram as transformações que passavam sobretudo pelo fim da escravidão.

É no conjunto de manifestações políticas e sociais ocorridas no período anterior à Independência do Brasil que vamos perceber a influência da experiência haitiana nos discursos e nas ações dos homens negros livres e no medo e temor das elites proprietárias e suas representações políticas (GOMES, 2012; MOURA, 1988). De fato, a revolução de São Domingos impactara sobretudo a camada de homens negros livres e libertos, que manifestavam interesse e apreço pela experiência haitiana

Abordando as repercussões sobre o Haiti e as apropriações sobre o evento da revolução haitiana pelos grupos subalternizados no Brasil, Flávio dos Santos Gomes (2012), argumenta a existência de fontes que evidenciam as diferentes apropriações e ressignificações sobre os ideais de liberdade provenientes do Haiti. Para os negros no Brasil, o que se falava sobre o Haiti e sua experiência revolucionária circulava por meio de noticiários, denúncias e no temor que circulava entre seus senhores, as elites e seus representantes políticos, mas também fazia parte de um conjunto de experiências transatlânticas partilhadas, ainda que produzindo significados locais.

No Brasil, a materialização deste evento histórico tem antes de tudo uma consequência concreta, ao se converter por um lado em um considerável aumento da produção da cana-de-açúcar no país e, portanto, na intensificação do tráfico de africanos para suprir a demanda das metrópoles europeias “prejudicadas” pelos eventos na ilha caribenha, a produção de cana-de-açúcar passa então a se recuperar de uma forma significativa, após um período de crise, aproveitando que o mercado internacional se tornava menos competitivo com a saída do Haiti do mercado de

produção (REIS, 2005; MOREL, 2017). Ademais, a experiência caribenha de enfrentamento e vitória dos negros haitianos contra o sistema colonial vai também contribuir com o aparecimento de um termo surgido no Brasil em torno de 1831, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro, alcunhado àqueles considerados republicanos, antirracistas e/ou abolicionistas, o haitianismo (MOREL, 2017).

O termo “haitianismo” foi muito utilizado em geral pela imprensa e pelos parlamentares com o sentido de desqualificar e acusar aqueles que tivessem qualquer postura favorável a aspectos da Revolução Haitiana e suas consequências. Não por acaso, os locais onde tal vocábulo foi mais utilizado foram as províncias que mais se beneficiaram com o fim da dominação colonial em São Domingos que impactou a produção agrícola e o crescimento da produção e lucro dos proprietários de terras e escravos. Tais proprietários e seus representantes parlamentares espalhavam os rumores sobre o “haitianismo” com a evidente intenção de preventivamente reprimir quaisquer ideias e ações que se inspirassem no exemplo caribenho (MOREL, 2017).

No entanto, os ecos dos eventos caribenhos não se restringirão às elites. As referências à revolta dos escravizados no Haiti expressariam duas visões antagônicas que por um lado, produziria um temor de parte das elites, principalmente os senhores donos de escravos pelo seu caráter de ameaça ao sistema escravagista e por outro lado simbolizaria resistência, inspiração e esperança aos afrodescendentes escravizados e livres.

A primeira elaboração sobre as representações e repercussões sobre a Revolução Haitiana no Brasil foi a de Luiz Mott (1988), onde o historiador apresenta em um simpósio evidências e documentos que comprovavam sua tese de que os negros, sobretudo os negros livres, no Brasil estavam cientes e informados, em um constante contato com as vozes vindas do exterior relatando que apenas um ano após a declaração de independência ocorrida no Haiti, em 1805 negros livres, membros dos regimentos de milícias da cidade do Rio de Janeiro carregavam pelas ruas da cidade o retrato do comandante haitiano Jean Jaques Dessalines numa espécie de amuleto em forma de medalha, sobre qual as autoridades ao produzir denúncia contra os negros, se referiam como o Imperador dos negros da Ilha de São Domingos (CHALHOUB, 1988; GOMES, 2012).

Segundo Morel (2017) circulavam nos jornais como o Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro onde o nome do Haiti e sua fantástica experiência era referenciado tanto como um exemplo de defesa da liberdade e luta anticolonial quanto

como exemplo de combate à escravidão entre setores abolicionistas. O temor dos senhores e das autoridades no Brasil Colônia baseava-se no medo de que as revoltas escravas ocorridas nas principais capitanias coloniais se transformassem em rebeliões mais amplas e conectadas. A presença deste temor é relatada por Mott (1988) em uma revolta africana ocorrida em Salvador em 1814 e principalmente nos eventos revolucionários ocorridos em Recife no ano de 1817 onde o capitão de fragata José Maria Monteiro alerta aos seus pares que “o exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que ele só será bastante para aterrar os proprietários deste continente” (MOTT,1973,p.14) demonstrando o receio das autoridades para com os eventos ocorridos no Haiti e seus possíveis desdobramentos no contexto brasileiro.

Clóvis Moura (1988) vai abordar esse temor que amedrontava os brancos e mobilizava os senhores diante da possibilidade de uma luta vitoriosa dos escravizados no clássico *Rebeliões da Senzala* onde vai abordar o medo de um levante negro nos eventos da Inconfidência Mineira (1789), da Conjuração Baiana (1798) e na Revolução Pernambucana (1817).

Ainda que a experiência revolucionária de São Domingos não tenha sido objetivamente evocada nos eventos ocorridos durante a Conjuração Baiana (1798) seria um erro não reconhecer em seu discurso aspectos que conectavam os afrodescendentes livres de ambas as revoltas. Ao analisar a revolta baiana e a prática política das elites locais fica evidente o temor presente nos discursos das elites coloniais, de que ocorresse na colônia portuguesa o aprofundamento das tensões raciais que gerasse uma revolta de escravizados como a realizada no Haiti a poucos anos. Por outro lado, a insurgência negra em Salvador, pautada nos ideais republicanos e em uma noção racializada dos agentes seriam características do pensamento revolucionário transatlântico (SILVA, 2016).

A expressiva participação dos negros e o conteúdo abertamente abolicionista da Conjuração Baiana iria gerar inclusive uma desproporcional repressão ao confronto que nem mesmo chegou a sair do papel, por parte das elites e seus representantes políticos. Depois da conclusão do julgamento os quatro líderes negros da Conjuração Baiana Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga e João De Deus foram executados em novembro de 1799 e expostos em praça pública.

O historiador Luiz Geraldo Silva, em seu trabalho intitulado “*O Impacto da Revolução de São Domingos e os afrodescendentes livre do Brasil. Escravidão,*

liberdade, configuração social e perspectiva atlântica (1780-1825)”, analisa um documento histórico em que João Manuel Vieira da Fonseca se dirige ao príncipe regente Dom João solicitando a permissão para publicar as sentenças proferidas em relação a Conjuração Baiana e seus réus, tal documento como argumenta seria uma expressão da tensão onde os denominados líderes foram,

Acusados de “representar no interior de seu grupo social “as imaginárias vantagens e prosperidade de uma República Democrática, onde todos seriam iguais, onde os acessos, os lugares representativos seriam comuns, sem diferença de cor, nem de classe social”. Além de que, nesta “República Democrática”, “ocupariam ministérios, vivendo sobre uma abundância geral e contentamentos”. (**tradução nossa**, SILVA, 2016, p.228)

A propagação deste tipo de ideia vista como utópica, inimaginável e impensável do ponto de vista das elites da sociedade colonial demonstravam não somente seu descontentamento com qualquer ideia de igualdade social e racial como localizava a origem destes eventos no ‘exemplo infeliz e desgraçado do povo francês, sem contudo, ponderar as funestas consequências de sua indiscreta e mal entendida liberdade, a cujos impulsos foram sacrificados os patrimônios públicos e particulares com a ruína de toda a nação (...) a qual compreendia, na sua acepção imperial, a colônia de São Domingos” (SILVA, 2016, p.228).

Foi no início do século XIX que as informações sobre a Revolução de São Domingos passaram a circular com maior abundância na sociedade colonial brasileira e o já concluído processo revolucionário haitiano se tornaram assunto frequente entre os afrodescendentes livres no Brasil (SILVA, 2016). Um dos eventos históricos importantes onde encontramos diálogos com o pensamento e as ações ocorridas no Haiti foi a Revolução Pernambucana de 1817 (REIS, 2005; BERNARDES, 2011). Os eventos ocorridos em São Domingos encontram eco no contexto da revolta pernambucana de 1817, fato este que vai disseminar entre as classes dominantes pernambucanas um receio e temor de que ocorresse aqui no Brasil algo semelhante à ilha caribenha. Por ser o Haiti um símbolo da luta antiescravagista, anticolonial e uma afronta as teorias racistas, a dura repressão do governo imperial vai se dar na mesma medida do temor das elites brasileiras. A experiência de Salvador serviria de exemplo para as elites e a classe de senhores os fazendo iniciar um movimento de tomar aos poucos os rumos dos movimentos pela independência a fim de mudar o

seu caráter político e assegurar a garantia de seus privilégios. Queiroz analisando os eventos de 1817 vai afirmar que

Das reivindicações abolicionistas e radicais de Salvador, passa-se a uma carta dirigida aos senhores de escravos logo após a precária vitória em Recife. Nela, é colocado que os anseios de igualdade são inerentes à humanidade, no entanto, afirma-se a inviolabilidade da propriedade e a defesa de uma lenta, gradual e segura transição do trabalho escravo para o livre. (QUEIROZ, 2017, p.105)

Logo, havia um receio nas elites com uma mudança abrupta e radical a exemplo do Haiti e tal questão produziria um temor para com o engajamento da população negra e que a radicalização da luta pela independência produzisse aqui também uma república negra sem senhores. À época o comandante José Maria Monteiro reproduz em seu discurso um pouco deste conteúdo onde afirma que

o exemplo da ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente que ele só será bastante para aterrar os proprietários desse continente. Outro oficial da marinha dizia sobre a influência da experiência haitiana que ela “poderia resultar na expulsão de todos os brancos deste continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros (MOTT, 1988 apud QUEIROZ, 2017, p.106).

Ao revisar a historiografia acerca da conexão Haiti-Brasil foi possível perceber que uma centralidade na perspectiva de analisar o temor dos senhores e de seus representantes administrativos, baseando-se no “haitianismo”. Porém também foi possível notar que há recentes trabalhos que vão analisar essas influências, principalmente da Revolução Haitiana, a partir de um viés “positivado”. A principal contribuição para esta nova abordagem é o trabalho de Marcos Morel (2017) onde o historiador vai analisar a recepção dos eventos caribenhos a partir da história do Brasil, ressaltando o impacto do modelo político haitiano no pensamento e nas ações dos mais variados agentes históricos nacionais, transformando-se em “exemplo e referência, parcialmente positivos e com nuances” (MOREL, 2017, p. 27). Onde a adoção do ideário haitiano no Brasil como modelo social, o abolicionismo, as ideias de igualdade racial e de cidadania vai atingir setores de homens livres letrados e não letrados. Um outro exemplo importante da recepção da Revolução de São Domingos, abordando principalmente sua aceitação e positivação são os eventos ocorridos na província de Pernambuco (1824) em torno da resistência ao governo e às medidas do Imperador D. Pedro I também sofreram fortes influências dos ideais e das ações ocorridas no Haiti. Na chamada Confederação do Equador destacam-se as figuras de

Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza, preto livre, e de Emiliano Felipe Benício Mundurucu, “pardo”, major do Batalhão dos Bravos da Pátria (MOREL, 2017).

Os dois foram figuras importantes no processo de luta contra a constituição outorgada pelo Império do Brasil e exigiam um novo projeto republicano com a intenção de separar-se efetivamente do território brasileiro, constituindo nova república. Mundurucu em especial foi uma figura que teve sua vida ligada a luta contra a escravidão e o preconceito racial, nas primeiras décadas do século XIX, não apenas no Brasil, mas percorrendo outros territórios latino-americanos participando de vários processos de luta pela independência e libertação das colônias que ainda sobre encontrava-se sob a dominação europeia.

Em de abril a junho de 1824, o porto de Recife encontrava-se bloqueado por um inglês, mercenário de guerra, de nome John Taylor que em nome do Império atuava em represália a configuração de um governo regional baseado nos ideais federalistas que se opunha a centralização imperial no Brasil. Após ataque comandado pelo inglês à um prédio público, matando vários civis, a tropa comandada por Mundurucu se articula para revidar as forças navais do Império sob os versos cantados que diziam:

“Qual eu imito Cristóvão,
Esse Imortal Haitiano,
Eia! Imitai ao seu Povo,
Ó meu Povo Soberano.”

Os versos cima, epígrafe do livro de Morel (2017), fazem referência a emblemática figura da Independência do Haiti, um ex-escravizado que comprou sua alforria, viajou até os Estados Unidos onde ingressou no exército e em seguida retornando ao Haiti, inspirado pelas ideias políticas e sua experiência nas forças armadas, se torna general comandando as tropas do Cabo Haitiano. Após sucessivas vitórias no norte da ilha caribenha, Christophe (Cristóvão) se torna presidente e depois monarca, proclamando-se rei do Haiti com o nome de Henrique I (MOREL, 2017).

A história de Mundurucu evidencia as conexões entre o Brasil, a história do Haiti e as lutas pela independência na América Latina. Podemos concluir que a influência haitiana sobre os eventos no Brasil resultou em diversas consequências para o país onde além de inspirar e apontar estratégias para os negros livres que

lutavam contra a colônia, chegando até mesmo a influenciar positivamente parte dos letrados abolicionistas, imprimia um temor nas elites que na conjuntura de crise do sistema colonial temiam perder seus privilégios. Do haitianismo presente nas elites do Rio de Janeiro, amedrontada com a medalha que levava a imagem de Jean Jacques Dessalines nos peitos dos negros livres integrantes das milícias cariocas, as notícias nos jornais lusos brasileiros da época colonial, as referências aos heróis da revolução entre pretos e pardos nas terras brasileiras, a repressão a luta antiescravagista causado pelo medo das elites econômicas de que a luta anticolonial no Brasil produzisse um novo Haiti, foram entre outros, indícios que sugerem as mais variadas maneiras como a história Haitiana pode se relacionar a História do Brasil, e produzir no ensino de história uma ruptura com os silenciamentos até então presentes e nos permita construir uma relação com os migrantes haitianos menos pautada pelos estigmas produzidos pelo desconhecimento.

2.3 O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A educação básica em nosso país tem passado por profundas transformações, em especial acerca da discussão sobre a seleção de conteúdos e a forma de organização das disciplinas em um novo currículo. Vivemos o contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que vem a apontar a integração em todo Brasil de um currículo único. Em sua origem, a elaboração da BNCC foi marcada pelas disputas entre os conteúdos considerados tradicionais e as críticas aferidas ao viés eurocêntrico.

Diversas foram as divergências, disputas e transformações que marcaram estes mais de cem anos do campo do ensino de História e da consolidação desta disciplina no Brasil. O silenciamento, a opressão e a exclusão de diversos sujeitos é marca fundamental da própria constituição de nosso país, logo, vamos encontrar o reflexo dessa sociedade nas narrativas acerca da nossa história. A história do ensino de História no Brasil é marcada por um ensino eurocêntrico, em que prevalece o monopólio cultural próprio do Norte global, que produz um olhar enviesado, que privilegia algumas experiências em detrimento de outras e, no nosso caso, produz

apagamentos e estereótipos em especial sobre as populações negras, indígenas e latino-americanas.

Para confrontar as narrativas hegemônicas construídas sobre a nossa história torna-se imprescindível que o ensino da disciplina de história abarque a diversidade de experiências constituintes de nosso patrimônio histórico-cultural. Superar o eurocentrismo tem sido há alguns anos um tema levantado por especialistas do ensino de história. A preocupação com a construção de currículos que não sejam baseados em pressupostos eurocêntricos nos leva a pensar sobre quais histórias são privilegiadas e quais são silenciadas e apagadas. Contribuindo para a reflexão sobre a seleção dos conteúdos históricos Circe Bittencourt (2004) ressalta a importância da superação do eurocentrismo:

O já bastante criticado pressuposto eurocêntrico, que tem presidido a seleção dos conteúdos escolares, pode ser substituído por intermédio de uma reflexão mais aprofundada acerca do próprio conceito de história mundial ou da chamada história da civilização. A história do Brasil precisa necessariamente ser e estar integrada à história mundial para que seja entendida as articulações com a história em escala mais ampla e em sua participação nela. A História mundial não pode estar limitada ao conhecimento sobre a história do mundo, que na realidade é a história da Europa. Não se trata de negar a importância e o legado da Europa para a nossa história; trata-se antes, de não omitir outras histórias de nossa herança americanas e africanas. (BITTENCOURT, 2004, p. 159).

Assim como Bittencourt (2004), advogamos ser importante a disputa por um maior espaço e maior valorização da história do Brasil, articulando as realidades regionais e nacionais, e as integrando aos contextos globais, aqui incluímos ainda a necessidade de um outro olhar para a história da América Latina e do Caribe. Neste sentido, podemos pensar a história a partir das semelhanças e diferenças que aproximem as distintas experiências históricas, em seus diferentes espaços e temporalidades, com a nossa realidade, sem omitir ou hierarquizar outras histórias.

A versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi resultado de diversas revisões. No processo de elaboração, houve uma profunda discussão acerca da área de História em torno do componente curricular e seus objetivos que buscariam “viabilizar a compreensão e a problematização dos valores, dos saberes e dos fazeres de pessoas, em variadas espacialidades e temporalidades, em dimensões individual e coletiva” (BRASIL, 2015, p. 240). O documento atenta para estas questões ao complementar os objetivos apontando a necessidade de um

Desenvolvimento de conhecimentos necessários ao enfrentamento de processos históricos, enfatizando-se o estudo da História do Brasil e de indivíduos e coletividades que demarcaram mudanças e permanências nas conformações sociais, econômicas, culturais e políticas da trajetória brasileira, o que envolve, como sinalizado anteriormente, o estabelecimento de nexos com processos ocorridos em outras partes do mundo, marcadamente nas Áfricas, nas Américas e nos mundos europeus (BRASIL, 2015, p. 241).

Afirmando ter a pretensão de superar o conteudismo, a BNCC apresenta uma série de aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos ao longo da Educação Básica estruturadas em uma série de habilidades e competências a serem desenvolvidas no trabalho com os diferentes componentes curriculares. Na fundamentação teórica no documento, quanto a disciplina de História, aparece a preocupação com um ensino para a diversidade cultural, as múltiplas identidades e a preocupação com a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 reconhecendo a necessidade de compreender a “formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades” (BRASIL, 2017, p. 401). Logo, o estudo da história haitiana a partir de suas aproximações e diferenças com a história do Brasil está de acordo com as premissas e competências específicas apontadas na BNCC para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental como

EF08HI07 (Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais); EF08HI08 (Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas); EF08HI09 (Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo); EF08HI10 (Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações) (BRASIL, 2017, p. 425).

No entanto, a efetivação de um trabalho com a história haitiana, ainda que presente no quadro das habilidades propostas pela BNCC, encontra grandes obstáculos. Embora oriente explicitamente a abordagem da Revolução Haitiana (EF08HI10) em sala de aula, podemos evidentemente perceber que se indica um caminho para o trabalho que aponta como referência, os eventos da Revolução Francesa apresentando a revolução anticolonial como um desdobramento dela. Esta perspectiva, profundamente eurocêntrica, segue orientando as narrativas apresentadas, onde a história haitiana, quando presente, figura como evento secundário, marginal, exótico, pequeno em sua relevância para a nossa história.

Sendo a independência haitiana vista como um evento que somente ocorreu por conta da Revolução Francesa e de seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, reforça-se a visão distorcida da colonialidade onde povos não-civilizados, bárbaros, inferiores e despreparados só poderiam produzir agência, no sentido da garantia de seu poder, nos moldes do pensamento europeu através dos ideais superiores e civilizatórios advindos da Europa. Não se trata de substituir um etnocentrismo por outro, ao negar qualquer contribuição vinda da Europa, mas sim de perceber como essas narrativas que privilegiam o elemento europeu agem no sentido de silenciar os acontecimentos que por suas características próprias, desafiam, confrontam ou até mesmo negam as premissas de uma narrativa que vai privilegiar os fatos protagonizados pelo branco europeu.

Podemos, portanto, perceber que a existência destas habilidades como componentes do currículo, por si só, não são suficientes para reverter este lugar marginal que a história haitiana ocupa no ensino de história, que pode ser explicado como parte dos mecanismos enunciados por Santos (2010), que vão atuar na perpetuação do silenciamento e da invisibilização de certas experiências sociais, quase como não-eventos, em detrimento de alguns outros eventos, estes notadamente apresentados como eventos universais, diante de uma narrativa predominantemente eurocentrada.

Outra questão a se refletir é como a história haitiana figura no currículo de História apenas em torno da Revolução Haitiana, deixando de lado os conflitos atuais, a história presente e as motivações que levam os haitianos a migrar. Esta pesquisa pretende construir novas narrativas acerca do Haiti que permita um outro olhar para o tema, que traga outras histórias haitianas e contribua para combater as narrativas assentadas em estigmas e por meio das memórias de seus migrantes em diáspora fazer emergir elementos da contemporaneidade que nos auxiliem na compreensão do passado, combatendo determinadas visões e silenciamentos. Confrontar as narrativas hegemônicas produzidas até então se torna fundamental no sentido de repensar o currículo, a fim de promover práticas antirracistas no Ensino de História, que ensine para a diversidade étnico-racial através agência dos sujeitos haitianos.

É possível um ensino que estabeleça um diálogo entre seres e trajetórias outras, sem produzir hierarquias, compreendendo a constante transformação e interrelação entre as culturas, superando um olhar essencialista e ultrapassado sobre elas. No entanto, o que vemos na BNCC é uma orientação que apresenta pouca ênfase no

tocante às questões étnico-raciais, o que acaba por comprometer sua finalidade de organizar os objetivos de aprendizagens essenciais da Educação Básica no que se refere à temática dos estudos das relações étnico-raciais. Baseada numa lógica mercadológica e neoliberal, a BNCC tangencia, ou muitas vezes negligencia, questões fundamentais em nossa sociedade como a luta efetiva contra o racismo. É necessário romper com a marginalização que a educação étnico-racial possui nas orientações da BNCC e enegrecer o ensino de história e das demais disciplinas, ao aprofundar experiências pedagógicas que avancem no caminho de uma educação antirracista.

2.4 ENEGRECER O ENSINO DE HISTÓRIA: ROMPENDO A MARGINALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO

Como vimos, a educação no Brasil foi moldada ao longo do tempo de acordo com os interesses dos atores políticos e das classes sociais hegemônicas de cada período histórico no sentido de manter seus privilégios, que em nosso país vão ter um profundo peso na questão racial. Podemos, a partir deste cenário, perceber a relevância dos embates travados centralmente pelos movimentos sociais por uma educação pautada pela diversidade que vão resultar em políticas públicas, leis e diretrizes que defendam a produção de conhecimento de fato alicerçada no diálogo entre os diferentes sujeitos sociais, suas contribuições culturais e que prepare os cidadãos para que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. Medidas estas que vão ter um caráter de reparação histórica não apenas para avançar na inserção dos negros e negras na escola básica e nas demais etapas da educação pública, mas também no terreno do currículo, da produção historiográfica e das pesquisas em educação.

Diante de um ensino marcado por um caráter homogeneizador, tendendo à reprodução de uma visão colonizada, uma estética branca e uma cultura que, ao afirmar-se única reproduz um padrão europeu, o mito da “democracia racial” cumpre um papel central. O mito da democracia racial é uma ideologia sistematizada e propagada por uma série de intelectuais do início do século XIX, a exemplo de Gilberto Freyre que em seu livro mais conhecido *Casa Grande e Senzala* vai afirmar que

“Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se construiu mais harmoniosamente quanto às relações raciais” (FREYRE, p.160, 2003). Tais ideias tratavam a pluralidade cultural marcada pelo processo de miscigenação como resultado de uma pretensa convivência pacífica e harmoniosa entre os diferentes grupos étnico-raciais que constituem nossa nação. Logo, tal mito serve ao não reconhecimento do desigual acesso as oportunidades e a ascensão social ao difundir a ideia de que os negros não atingem os mesmos patamares que os brancos por falta de interesse ou motivação, ignorando as marcas do racismo e dos séculos de escravidão. Como destaca Munanga (2004), o mito da democracia racial serve também como um modelo de interpretação que se apoia em um pretenso pluralismo constitutivo da sociedade, mascarando as relações conflituosas intrínsecas à formação social e econômica brasileira:

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e ‘convertidas’ em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2004, p. 89).

Essa noção, construída historicamente, é parte do imaginário social e da cultura histórica brasileira alicerçada na exclusão, que muitas vezes não reconhece a existência da desigualdade racial e produz certo tensionamento quanto a necessidade da implementação de uma educação antirracista no Brasil.

O racismo se constituiu como a ciência da superioridade branca e patriarcal na segunda metade do século XIX, sendo este fato decorrente da tradição eurocêntrica pré-colonial, agindo por meio da naturalização da violência sobre os povos colonizados e da internalização de uma superioridade do colonizador por parte dos sujeitos racializados como vai sustentar Lélia González em seu trabalho sobre o conceito de *amefricanidade* (GONZALES, 2021). Mais especificamente sobre a experiência latino-americana a autora vai afirmar que o racismo na região se torna ainda mais sofisticado graças ao uso da ideologia do branqueamento como estratégia. Esta ideologia, veiculada por diversos meios, contribui para perpetuar a crença nas

classificações raciais e produzir hierarquias raciais definidas no período colonial. Com isso, o mito da superioridade racial branca se consolida ao longo dos anos e traz como efeito o estilhaçamento ou fragmentação da identidade racial que, na prática, gera nos sujeitos negros o desejo de embranquecimento, além da negação da cultura.

À população negra foram expropriados os seus referenciais históricos tendo sua contribuição e participação na construção da sociedade brasileira ocultada e descaracterizada, produzindo nos negros e negras uma autoimagem negativa e de desvalorização. Ao produzir sujeitos alienados de sua história, de sua identidade, que negam sua negritude, ou sequer enxergam-se negros, o mito da democracia racial junto a outras ideologias pautadas por valores eurocêntricos e etnocêntricos afastam esses sujeitos de sua agência histórica e diminuem sua possibilidade de criar uma identidade coletiva mobilizadora capaz de construir uma sociedade mais justa. Como afirma Munanga (2001), a identidade étnico-racial não se limita apenas pelo aspecto cultural, mas é um posicionamento coletivo e político frente à situação comum de opressão. Portanto, a identidade não apenas existe, a partir de um referencial empírico, a exemplo da cor da pele, mas é definida pela relação estabelecida com a sociedade hierarquizada e as visões de mundo dominantes.

A população negra não foi apenas alijada do acesso à educação, mas a sua própria história foi em muitos aspectos, como já vimos, excluída e silenciada dos materiais didáticos, dos projetos pedagógicos e da construção da identidade social brasileira. Diante desse cenário, de um modelo de ensino extremamente eurocêntrico, embranquecido e colonial, os movimentos sociais e em especial o movimento negro vão reclamar e exigir a discussão e a incorporação da História e da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros na escola. Resultado deste embate é que se constrói uma das mais relevantes conquistas da população negra que envolve a educação e o direito a reparação histórica através do reconhecimento da contribuição negra a construção material, cultural, histórica e identitária do nosso país por meio da lei 10.639/2003 que discorre sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todo o sistema público e particular de ensino no Brasil.

A Lei nº 10.639/2003 e suas regulamentações através do Parecer que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (CNE/CP 03/2004) e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana instituído pela Resolução (CNE/CP 01/2004) vão produzir um conjunto de ações afirmativas, onde o Estado brasileiro rompe com sua postura de neutralidade e

passa a se comprometer com a promoção da igualdade. Reconhecer a necessidade deste compromisso por parte do Estado é fundamental para deslocar o racismo do campo das ações individuais e assumir seu enraizamento na própria estrutura da nossa nação (GOMES; JESUS, 2013). Neste sentido, é necessário o aprofundamento das políticas públicas educacionais como afirma Arroyo (2007, p. 115),

É dever do Estado, através de políticas de Estado garantir o direito à cultura, identidade, diversidade dos coletivos étnico-raciais. É dever do Estado eliminar toda forma de racismos instituídos. Insistir numa espécie de conversão dos educadores, limpando de sua mente todo tipo de resquício de racismo sem elevar esses processos ao nível de políticas de Estado pode revelar uma visão do racismo apenas personalizado nos agentes escolares, nos produtores de material ou nas editoras, perdendo de vista os perversos processos estruturais que o produzem e reproduzem, nas estruturas de poder, nas políticas, nas estruturas da sociedade, no sistema normativo e legal.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 e sua complementação que acrescenta o Ensino de História dos povos indígenas por meio da Lei nº 11.645/2008, permite debates acerca do que é considerado relevante para ser ensinado no espaço escolar através dos currículos, questionando a lógica de uma diversidade abstrata. Neste escopo, as *Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* (2004) apontam a necessidade da devida valorização da história e cultura do povo negro, ampliando o foco dos currículos escolares para a valorização da diversidade cultural e étnico-racial, sendo este um tema que diz respeito a todos os brasileiros, independente da raça ao apontar que,

precisa, o Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis. (BRASIL, 2004, p.19)

Ao apontar tal necessidade, o documento vai trazer como princípios a necessidade de uma consciência política e histórica acerca da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e a construção de práticas educativas de combate ao racismo e as discriminações ao regulamentar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras.

É importante ressaltar que a escolha por trazer estes importantes documentos históricos, que são marco na história brasileira desde o início dos anos 2000, parte da compreensão que esta legislação e as diretrizes que orientam sua implantação são em todos os sentidos a concretização de um passo fundamental para a reparação histórica ao povo negro que teve por séculos sua história invisibilizada, mas é sobretudo uma oportunidade de reconhecer que o espaço escolar foi historicamente e é fortemente marcado pela branquitude e que temos agora o dever de garantir aos educandos o reconhecimento e a história dos povos que contribuíram fortemente para a formação da nossa nação, além de proporcionar a fundamental reflexão sobre as motivações que levaram a exclusão da agência dos negros e indígenas dos processos sócio-históricos dentro do contexto educativo, motivo este que referenda a necessidade de uma lei. Logo, assegurar a diversidade em forma de lei torna possível instituir meios para a reivindicação das relações étnico-raciais no Brasil, onde a desigualdade entre negros(as) e brancos(as) é um elemento estruturante da realidade social.

Discutir a necessidade de leis que imponham mudanças como essas nos currículos diz muito sobre as resistências que existem fruto da ideologia fortemente marcada pelo mito da democracia racial, que também age sobre a educação ao amenizar os embates raciais. Implementar essas mudanças faz parte da valorização da cultura nacional, da história e da memória dos atores que tiveram esse direito negado durante séculos ao reforçar-se apenas o referencial ideológico branco e europeu como universal e superior. A escola é um lugar privilegiado para travar esse embate e reverter essa situação, é nela que se reúnem representantes das diversas culturas, diferentes corpos, diferentes concepções de mundo e ela própria é um terreno fértil para pensar a diversidade étnico-cultural brasileira.

Este trabalho foi elaborado no contexto das discussões e problematizações acerca dos mais de 20 anos da implementação da lei 10.639/03 em nosso país. Diante deste marco são muitos os elementos que nos permitem reconhecer os avanços e os diversos desafios que ainda se impõe para uma efetiva educação para a diversidade pautada por princípios antirracistas. Como já vimos, ainda encontramos um ensino de História fortemente influenciado pelo eurocentrismo que sobrepõe a identidade e a cultura europeia sobre as demais. E ademais, encontramos ainda uma falta de compreensão da importância da lei, ou até mesmo uma resistência, por uma parte dos educadores, postura que pode ser considerada reflexo das matrizes curriculares e dos

processos de formação docente que muitas vezes tangenciam a importância da implementação destas legislações. A inserção das temáticas étnico-raciais comumente se confronta com a educação profundamente marcada pelo mito da democracia racial, que nos leva a pensar que existiria uma harmonia racial em nossa sociedade, gerando nos professores uma posição apaziguadora, moderada, de enfrentamento às situações de racismo como nos aponta Munanga,

[...] alguns professores por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e na nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2001, p. 7-8)

De fato, para a concretização de uma educação antirracista e uma efetiva aplicação da lei necessitamos aprofundar as discussões sobre a necessidade concreta da ruptura com o mito da democracia racial tão presente em nossa cultura escolar “enquanto concepção e imaginário social e pedagógico sobre a diversidade” (LIMA; JESUS, p.30, 2013) que por muitas vezes impede que seja dada a devida importância ao tema. Se hoje, depois de quase duas décadas das modificações causadas pela lei, ainda encontramos resistências ou uso de outros argumentos para a não implementação da legislação podemos supor que as marcas do racismo estrutural típico brasileiro, produz em uma grande parcela de nós professores a incompreensão sobre a real importância de um ensino antirracista.

Logo, o êxito de tais políticas de ações afirmativas depende, por exemplo, da concretização das políticas públicas educacionais, da valorização os profissionais da educação, da articulação entre os processos educativos, da formação dos educadores, mas também da efetiva participação nestas discussões dos movimentos sociais, ao levarmos em consideração que as mudanças nas relações étnico-raciais não se limitam apenas à escola (BRASIL, 2004).

É notório o crescimento do interesse da academia, dos professores e das secretarias de educação pelo tema da educação étnico-racial e a implementação, o que torna evidente o aumento da demanda social para o combate ao racismo e por uma educação antirracista. Trabalhos que vão analisar os resultados da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CRUZ, 2010; GOMES, 2012; GOMES, JESUS, 2013; DE ANDRADE, 2020) vão afirmar que a lei tem contribuído para impulsionar e legitimar as práticas antirracistas que já

vinham se desenvolvendo e promover a construção de novas práticas que tem servido para a desconstrução do imaginário racista presente nas instituições escolares, trazendo novos desafios para as escolas, para os profissionais da educação, e para todo o sistema de ensino apontando um positivo progresso.

Como vimos, a colonialidade garantiu que os currículos escolares no Brasil mantivessem um ideal europeizante, priorizando conteúdos e abordagens que produzissem uma suposta superioridade europeia, negligenciando as trajetórias dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Como uma resposta a esta realidade, surgem as políticas de ações afirmativas que vão além de determinar, por força da lei, a implementação de uma educação étnico-racial e sobretudo orientar este trabalho nas escolas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana vão orientar um trabalho para a diversidade no currículo escolar, reforçar a necessidade de um trabalho que evidencie o legado cultural dos povos africanos e afrodescendentes no processo de formação da sociedade brasileira.

Compreendemos que o racismo se reflete em todos os campos do conhecimento e que a urgência da implementação de uma Educação para as Relações Étnico-raciais pertence ao conjunto das disciplinas escolares. No entanto, muitas vezes o que observamos nas escolas é uma responsabilização das disciplinas de História e de Artes no trabalho com a temática étnico-racial. Somente de modo mais amplo é que seremos capazes de desconstruir hierarquização de saberes que determina o eurocentrismo. Não surte muito efeito ter nas escolas práticas decoloniais na disciplina de História quando o restante da matriz curricular segue os preceitos epistemológicos eurocêntricos. A necessidade de descolonizar os saberes aponta para a necessidade das demais disciplinas incluir em suas práticas e currículos outros modos de ver o mundo, outras práticas e outros saberes. Somente neste sentido é que a escola se configura como um espaço privilegiado para que esta reversão seja iniciada e que habilite a sociedade a respeitar, valorizar e conviver com as diferenças.

O texto “Em torno das ‘Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana’: uma conversa com historiadores” traz importantes contribuições das autoras Hebe de Mattos e Martha Abreu (2008, p.6) em que apontam que,

desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial. (MATTOS; ABREU, 2008, p.6)

Logo, essas leis são fruto de muitos embates e negociações e configuram como importantes estratégias de luta que se fizeram necessárias, diante do caráter excludente de nosso currículo escolar com fortes tradições eurocêntricas e da grande demanda de combate ao racismo, apresentando determinações específicas para o ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e africanas e indígenas.

Para Lima (2004), aprovação da lei 10.639/2003 trouxe uma série de consequências para o ensino da disciplina de História e para a formação dos professores de História que vão ser cada vez mais discutidas no campo do ensino de História onde tem havido um esforço coletivo de debater a educação para as relações raciais na contemporaneidade identificando diferentes problemáticas. No âmbito das aulas de história existe uma grande parcela de estudos como o foco na implementação da Lei 10.639/03 como os trabalhos de Valentim (2007), Cadini (2008) e Silva (2009). A importância da formação de professores para o exercício de uma educação antirracista e as perspectivas sobre a implementação das leis 10.639 e 11.645 nas escolas, são questões levantadas em estudos (MARTINS, 2010; OLIVEIRA, 2010; SILVA, GUIMARÃES, 2020) que por meio da colaboração de professores de História, apresentam um balanço da implementação e as implicações da Lei 10.639 no ensino de História. Osvaldo Mariotto Cerezer em sua tese de doutorado vai concluir que para além da formação continuada é necessário compreender “que as limitações dos cursos, em relação às questões da diversidade cultural, repercutem negativamente na formação dos novos professores de história.” (CEREZER, 2015, p.335) logo, é preciso pensar um investimento maior e mais comprometido nos cursos de graduação em História, no que se refere ao estudo da história da África e dos afrodescendentes.

Sem dúvida, ainda há muito o que ser feito e debatido, mas trabalhos e pesquisas como estas apontam as diferentes formas em que o ensino de História pode contribuir para o debate das diversidades e diferenças e a necessidade de enfrentamento ao silenciamento que a cultura hegemônica impõe aos diferentes

sujeitos, raças, etnias e grupos culturais pertencentes a nossa sociedade, resultando em uma sociedade excludente e racista.

Uma conclusão que podemos chegar, ao nos basearmos nestes trabalhos, é de que a historiografia, o campo do ensino de História e seus professores necessitam aprofundar os questionamentos e reflexões que rompam com os velhos paradigmas de um monoculturalismo e possibilite a escuta e o trabalho com outras vozes e narrativas. Para tal, é preciso considerar que no Brasil existe um profundo e longo processo de construção de preconceitos que se constituem em nossa realidade como parte da estrutura. Neste sentido é necessário cada vez mais avançar nas políticas de reparação histórica para as populações afrodescendentes e indígenas no Brasil, e, na formação continuada de professores, para uma educação com princípios antirracistas.

Ainda necessitamos dar passos maiores nesta direção, e constatamos isto ao analisar como o trabalho com a questão étnico-racial é orientado no principal documento de referência curricular, a BNCC. Percebemos que este documento possui muitos limites no referido tema e há um movimento de diferentes áreas da educação e no ensino de história (BERNARDES, 2020; DA SILVA JÚNIOR, DE CARVALHO FARIAS, 2020; FERREIRA et al., 2021) que tem resultado em pesquisas que abordam a relação da BNCC com a educação étnico racial. Uma análise das pesquisas destes autores e do próprio documento nos leva a concluir que a BNCC, em seu conteúdo, aborda a necessidade de trabalhar a história dos povos negros e indígenas, mas não propõe caminhos que possibilitem pensar uma educação étnico racial que esteja a serviço da valorização dos povos negros e sua relação com os demais povos e culturas e nem tampouco a construção de uma visão positiva destes povos e sua história. Ao contrário disto, o que vemos na BNCC é a história dos povos africanos e em diáspora ganhar notoriedade a partir do contato com os europeus, fazendo com que sua história seja relacionada a partir da lógica da racionalidade europeia que acaba por reforçar as colonialidades do poder, do ser e do saber que vão se basear no controle e na dominação destes povos a partir da história colonial moderna (FERREIRA, 2021).

Outra característica do documento é que os objetos de aprendizagem e as habilidades, que deles decorrem, não tratam efetivamente da questão do racismo do qual as pessoas racializadas sofrem em nossa sociedade. Também são sutis ao construir habilidades que auxiliem a resolver as questões históricas e atuais que edificaram uma sociedade construída sobre o alicerce do racismo estrutural. Entre as

propostas trazidas pela BNCC de “análise” e “identificação” das questões raciais latentes, a questão étnico-racial segue sendo esvaziada e marginalizada de seu conteúdo prático, como aponta Silva,

Percebemos que quando a educação étnico-racial é tratada, é posta apenas como conteúdo vazio, sem crítica, como se contasse uma história pacífica, neutra, como se não tivesse encharcada de sangue, ontem e hoje, do povo negro e originários do Brasil. Há algumas outras competências que interpelam diversidade ou cultura, mas isso não traz garantias de que a temática das relações étnico-raciais venha a ser trabalhada. E esse é um tema de grande importância para não ter assegurado o seu lugar na formação dos estudantes da Educação Básica. Podemos observar que em nenhuma das competências são abordados os problemas das pessoas não brancas que vivem no Brasil e no mundo (SILVA, 2018, p.28).

É possível observar que esta abordagem acerca das questões étnico-raciais no ensino de História, orientadas pela BNCC constitui-se como uma tímida tentativa de incluir e refletir no documento as considerações e demandas levantadas pelos movimentos sociais indígenas e negros, mas acaba por perpetuar e dar continuidade a maneira de tratar as questões étnico-raciais ao seguir relacionando a temática das relações étnico-raciais apenas com o exercício da diversidade e da promoção do diálogo, da tolerância e da convivência, não tocando nas causas da assimetria e das desigualdades sociais e culturais (WALSH, 2012) geradas pelo racismo, não abordando os privilégios da branquitude, e por fim, não operando em uma perspectiva decolonial e intercultural crítica no sentido de uma educação antirracista.

Ou seja, a BNCC ao não trazer explicitamente a questão do combate ao racismo, que permeia as relações sociorraciais no Brasil e seguir apresentando os povos negros a partir da racionalidade europeia, acaba sendo omissa com o compromisso para uma educação antirracista e isto é ainda mais explícito ao não se comprometer com as políticas de inclusão e de reparação.

Segue urgente, não somente para o campo do ensino de história como para as demais áreas do ensino, romper com limites da BNCC expostos e aprofundar as discussões acerca do ensino trazendo apontamentos que busquem superar tais limitações e construir alternativas que privilegiem histórias outras, outros saberes, outras metodologias, epistemologias. Não se trata, portanto, de apenas inserir novos conteúdos sobre a África e a Cultura Afro-Brasileira no currículo de história, mas sim de colocar em prática uma mudança “estrutural, conceitual, epistemológica e política” (GOMES, 2012, p.105).

O ensino de História é um lugar de construção de memória e a possibilidade de trabalhar os conteúdos históricos a partir desta permite uma abordagem da história na perspectiva dos sujeitos que a narram. Neste sentido é possível construir uma outra narrativa sobre o Haiti que supere a visão etnocêntrica, racista e colonial e produza uma narrativa positiva sobre seu povo e sua história valorizando o protagonismo, a agência e a contribuição destes na história.

Esta pesquisa foi orientada no sentido do reconhecimento e a valorização dos povos negros no que diz respeito à educação acreditando que ao abordar a história haitiana através das lentes dos migrantes podemos contribuir para um outro referencial de negritude, para a reafirmação da identidade negra, ao passo que permite a população negra, através da valorização de sua história, ser menos receptora dos valores e diretrizes das classes dominantes.

A aula de história e os demais espaços educacionais podem contribuir para a suspensão dos efeitos da colonialidade dos seres e dos saberes, na medida em que constroem novas formas de relações não mais mediadas pelos valores e hierarquias que são impostas pela modernidade, principalmente ao propor ações que questionem as relações raciais desiguais e hierárquicas entre os sujeitos.

Para combater as visões colonizadas e estereotipadas, construídas no passado e no presente sobre os haitianos, é preciso possibilitar uma outra experiência no espaço escolar, que envolva esses sujeitos e suas memórias trazendo-os a ocupar a estrutura escolar colonial e eurocêntrica contrapondo a visão hegemônica que os objetifica, apresentando-os como possuidores e produtores de saberes históricos. Deste modo, acreditamos que a construção de conhecimentos históricos sobre a história do Haiti, pautados nas experiências de vida dos migrantes permite, para além do acesso ao conteúdo curricular sobre a história haitiana contribui com a produção e desenvolvimento de olhares humanizados sobre outras culturas, trajetórias, experiências e formas de ser e enxergar (n)o mundo, além de nos permitir refletir sobre nossa própria história.

3. NARRATIVAS MIGRANTES E O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI

“Wòch nan dlo pa konnen doulè wòch nan solèy”

(A rocha que está na água não conhece a dor da rocha que está no sol.)

Provérbio haitiano

Uma primeira provocação que nos levou a pensar na construção de uma proposta de ensino de História, construída por meio das narrativas dos migrantes haitianos, surgiu com a fala de Clarens Chery, migrante haitiano que à época residia em Florianópolis. Convidado para uma aula aberta online⁸, divulgada por meio das redes sociais da professora Camila Souza Betoni em que tratou de sua experiência como migrante haitiano. O que chamou nossa atenção é que Chery se negou a falar apenas da experiência como imigrante em Santa Catarina. Defendendo a história de migrantes haitianos, anterior ao seu deslocamento, optou por tratar da história haitiana. Chery (2020) começa sua exposição afirmando que "os migrantes têm outras coisas para apresentar, também as pessoas negras e os outros grupos das minorias. Também temos uma riqueza de histórias, uma identidade e temos que falar coisas que nos fortalecem, não só as opressões que nós sabemos que existem" (CHERRY, 2020). Para que possamos retirar a cortina de invisibilidade sobre os migrantes haitianos e passemos a compreender, valorizar e enxergá-los em nosso país é necessário praticar a escuta de suas “riquezas de histórias” e para tal é preciso reconstruir práticas, romper amarras curriculares, valorizando saberes outros.

A possibilidade de educar através da multiplicidade de saberes e sujeitos já foi muito defendida no campo de pesquisa do ensino de História, porém em nossa visão há uma necessidade de superar essa elaboração, muitas vezes defendida como uma postura moral, de tolerância e de respeito àquilo que nos é diferente como nos aponta Silva (2012). Não basta proclamar a diversidade como um elemento presente em nossa sociedade no sentido da convivência e da tolerância para com as diferenças, pois esse caminho pode acabar por naturalizar, cristalizar e essencializar as identidades, tomadas como dados imutáveis, diante da vida social. Nos parece mais

⁸ A aula ocorreu no dia 1 de setembro de 2020, por meio de uma transmissão on-line pelo *youtube* com o tema “Aula aberta: A Revolução Haitiana e seu impacto no mundo global”.

frutífero superar essa posição liberal apontando para uma prática pedagógica crítica e questionadora que se proponha a debater a produção da identidade e da diferença no sentido de uma interculturalidade crítica. Portanto, o caminho para a promoção da diversidade passa, pela assimilação das críticas feitas pela perspectiva intercultural que propõe um rompimento com essa visão essencialista das culturas e das identidades culturais concebendo-as como um processo vivo, contínuo, que se reelabora, se reconstrói. (CANDAUI, 2008). Ademais, como Catherine Walsh nos traz em seus estudos, a junção da interculturalidade crítica e da decolonialidade surge como uma oportunidade excepcional para se alcançar a visibilidade a grupos, seres e sujeitos que durante muito tempo foram relegados à uma posição subalterna e periférica no ensino da História.

De maneira ainda mais ampla, proponho a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras. A interculturalidade crítica e a decolonialidade, nesse sentido, são projetos, processos e lutas que se entrecruzam conceitualmente e pedagogicamente, alentando forças, iniciativas e perspectivas éticas que fazem questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir. (WALSH, 2009, p. 25)

Para superar as abordagens impostas pela narrativa tradicional, a invisibilização ainda presente nos livros didáticos e a secundarização da história haitiana e latino-americana em nossos currículos, buscaremos construir caminhos para o ensino de história haitiana por meio da memória dos haitianos na diáspora, que permita compreender esses sujeitos, seus saberes, suas experiências e histórias. A memória dos migrantes, utilizada como um instrumento no ensino de história, traz consigo a possibilidade de construção de um outro referencial de negritude, possibilita horizontalizar e coletivizar saberes ausentes do espaço escolar. Para além de ensinar sobre o Haiti, contribui-se para confrontar o racismo e a xenofobia ao se construir uma proposta didática intercultural, insurgente, decolonial e antirracista. O ensino de História não pode seguir reforçando uma prática de exclusão, mas deve estar ao lado de projetos e práticas solidárias, críticas, emancipatórias que contribuam para a descolonização do conhecimento no caminho da construção de uma educação pautada na valorização das culturas, da vida em sociedade contemplando sua

diversidade, possibilitando um ensino que contribua para a transformação social e uma sociedade com menos desigualdades e preconceitos.

Enquanto professores/as e pesquisador/as do campo do Ensino de História nos propomos a construir uma proposta didática que privilegie as memórias contra hegemônicas, por meio das memórias dos grupos subalternizados, àqueles que Boaventura Souza Santos vai dizer que se encontram além da linha abissal e que muitas vezes são vistos como povos e grupos sem história e sem memória (SANTOS, 2010). Assim, propomos uma prática de ensino de história fundamentada em uma pedagogia crítica, aprofundando experiências que possibilitem espaço para os diversos sujeitos, vencendo a homogeneização, a hierarquia de saberes e a padronização nas formas de ensinar, pensar e aprender. Insistimos no potencial de práticas problematizadoras que conduzam à pesquisa, à autonomia, à investigação e à reflexão de nossas ações enquanto sujeitos históricos.

3.1 CONSTRUIR NARRATIVAS OUTRAS POR MEIO DAS MEMÓRIAS DA DIASPÓRICAS

O campo de discussões acerca da memória é complexo e transdisciplinar. Atualmente as discussões sobre este campo de estudo têm sido abordadas sobre várias perspectivas teóricas visto a dinâmica da sociedade contemporânea marcada pelo avanço midiático, temporalidades e memórias do tempo vivido e do esquecimento. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004) defende a noção de memória coletiva admitindo que as lembranças, mesmo individuais, são constituídas a partir de um grupo social, a fim de garantir uma coesão social, laços que identificam um grupo. Portanto, as memórias dos indivíduos advêm e se realizam nas referências e lembranças do seu grupo pertencente, produzindo uma memória coletiva. A memória coletiva para o autor apoia-se em um "passado vivido", com uma dada continuidade temporal e não em leis históricas, se diferenciando de uma memória histórica.

os quadros coletivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde

reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo (HALBWACHS, 2004, p. 71).

Logo, a relação da memória com a História é também uma relação entre a memória coletiva e individual, na qual ambas se entrelaçam e onde há uma forte relação de poder: poder de omitir, silenciar e esquecer, poder de lembrar. Cada memória é exclusiva e original, mas para além de sua particularidade e singularidade, evidencia emoções e identidades.

A memória desempenha um papel crucial não apenas no ambiente escolar, mas em toda sociedade pois é justo através da memória coletiva de um grupo de sujeitos, de uma nação que formamos a nossa memória individual fazendo com que se retroalimente e contribua para a formação da memória deste grupo ao qual pertencemos. Dentro do contexto de discussões sobre a memória, achamos pertinentes as contribuições de Walter Benjamin (2012) que vai trazer outras questões ao valorizar a memória e sua relação com a experiência, se distanciando da concepção clássica. Neste trabalho, a escolha de abordar a memória dos migrantes a partir de suas narrativas, nos parece exigir uma ampliação da compreensão acerca do conceito de memória na contemporaneidade relacionando-o ao conceito de experiência. A experiência enquanto noção benjaminiana toma como forte potencial criativo a memória fragmentada, propondo limites tanto a um sistemático lamento sobre o passado tal como à apologia do progresso. Ao analisar as reflexões de Walter Benjamin podemos inferir, que essa memória baseada em experiências, produzida por meio da metodologia da história oral, possibilita a elaboração de novas narrativas históricas através do processo de lembrar, de compartilhar e de narrar. A experiência, pessoal, compartilhada e acumulada é, portanto, a fonte dos narradores e a troca de experiências deve fomentar a narrativa (BENJAMIN, 2012, p. 223-224).

Para escapar da história tradicional, linear, que aponta ao progresso de forma positivista, Benjamin procura revelar uma história a contrapelo, a partir de uma interpretação crítica, evitando enquadramentos rígidos e entrecruzando campos distintos do pensamento, propondo uma teoria crítica e fragmentada, questionando a narrativa histórica homogênea. Neste contexto entra a questão da experiência que seria o compartilhamento da vivência, a tradução dela para um determinado grupo. A concepção de Benjamin de memória se liga diretamente às suas reflexões sobre a narração, estando articulada à própria vida (experiências e percepções).

Ao trabalhar a memória dos migrantes temos que considerar que toda memória implica em esquecimento. Sendo a memória resultado dessa relação entre o par lembrança-esquecimento, o esquecimento se torna um elemento inerente da memória, ao selecionar as memórias, admitimos o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado. É preciso, ademais, superar a noção de que a memória é apenas nostalgia e perda para conseguirmos enxergá-la como fonte histórica, capaz de produzir conhecimento histórico. São, enfim, documentos históricos produzidos por meio do registro das lembranças e dos esquecimentos, para dar suporte a reconstituição das narrativas, representações e interpretações sobre a História.

É fundamental pensar o trabalho com a memória, a História Oral e seus métodos e técnicas pensando sua aplicação e adequação aos diferentes sujeitos, lugares e contextos de pesquisa, no caso das “memórias ancoradas em corpos negros” tanto a memória, quanto a narrativa não podem deixar de ser vistas como elementos vivos que estão fortemente conectados à ancestralidade africana. A África é um continente em que as sociedades foram fortemente marcadas pela tradição oral onde a centralidade da oralidade é elemento presente e valorizado até os dias atuais, sendo as memórias transmitidas e passadas por meio de seus griots, sendo estes considerados uma “autêntica biblioteca pública” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.195). Logo, os afrodescendentes, vão herdar a valorização da tradição oral e da sabedoria repassada pelas histórias contadas e na prática do escutar e contar. Para o malinês Amadou Hampâté Bâ, a “tradição oral” africana trata-se da

grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 169).

É preciso, portanto, compreender as memórias e as experiências destes migrantes haitianos, para além de uma memória subterrânea, contra hegemônica diante do discurso da migração, mas também compreendê-las a partir de um forte vínculo com a oralidade e a ancestralidade. Logo, acessar essas memórias através da oralidade, trazendo-as como instrumentos para o ensino de história ao se constituir como fontes de uma memória coletiva, nos permite expor aspectos da memória deste

determinado grupo e materializar seus modos de viver e saber. Pode-se ainda afirmar que é um dever de memória relatar as narrativas e saberes produzidos por estes sujeitos que são invisibilizados como produtores de saberes. Este “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si” é explicitado por Ricouer (2007, p.101) como um dever e um direito de memória.

Esses compartilhamentos interculturais contribuem para dar visibilidade a grupos culturalmente diferenciados que sofrem com a discriminação velada de seus saberes e identidade, bem como contribui para ampliar o horizonte de saberes dos jovens em relação à memória, à história e à cultura afro-brasileira e indígena no Brasil ao considerar outras formas de ver/sentir o mundo. Desta maneira, pretendemos contribuir para o campo do Ensino de História em diálogo com a temática relacionada com à educação das relações étnico-raciais, nos propondo a pensar em possibilidades e caminhos para uma prática intercultural, na sala de aula, compreendendo a memória desses sujeitos enquanto “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p.9) pensando a narrativa dos migrantes como fontes para o ensino de história, enquanto objetos de registro de guarda e solidificação da memória como pensado por Pollak (1989). Esta memória é capaz de produzir e propiciar conhecimentos que não estão presentes nas narrativas oficiais e tradicionais e ao recuperar partes desta memória subterrânea, através da história oral, é possível fomentar um olhar e um pensamento crítico a discursos de discriminação, xenofobia e racismo incentivando relações saudáveis para com a diversidade racial. Pensando o ensino da História, o papel de seus conteúdos e os objetivos do conhecimento produzido no espaço escolar, a partir do tema da história haitiana, esperamos oferecer uma promissora proposta que contribua, através do fenômeno da imigração, para a desconstrução do já tão combatido discurso da “democracia racial” e para a valorização do respeito à diversidade, uma demanda urgente em nossa sociedade.

Portanto, tendo delimitado os desafios impostos para uma efetiva compreensão da história haitiana, podemos pensar em propostas pedagógicas que promovam uma abordagem que respeite a complexidade dos fenômenos e eventos históricos haitianos, superando a marginalidade que o tema ocupa hoje no ensino de História no Brasil, rompendo com os estereótipos e estigmas fruto de narrativas coloniais e possibilitando práticas outras como nos aponta Paim e Araújo ao afirmar que,

essas contranarrativas, ou narrativas contra-hegemônicas, levantam a bandeira a favor da representação afirmativa de negros e indígenas para desestabilizar essas representações hegemônicas. É nas escolas, e particularmente em nossas aulas de História, que podemos usufruir de práticas pedagógicas cidadãs de caráter emancipatório. Essas produções outras – de histórias e memórias – possibilitam uma maior justiça cognitiva e, conseqüentemente, justiça social. Isso porque podem trazer visões de mundo e saberes outros referendados pelos grupos sociais minoritários e excluídos do patamar de conhecimentos hegemônicos. (PAIM; ARAÚJO, p.37, 2021)

Acreditamos que o trabalho de entrecruzamento dessas memórias e histórias poderá contribuir para a compreensão sobre o sujeito migrante, suas experiências, as diferentes relações que constrói nos diferentes espaços e temporalidades, além de permitir-nos compreendê-los como sujeitos ativos que vivem, constroem e transformam a sociedade, seus saberes e a história.

Vale destacar as pesquisas realizadas no âmbito do PROFHISTÓRIA que se propuseram a abordar o tema da migração valorizando os seres migrantes, seus saberes, memórias e trajetórias como caminho para ensinar historicamente. Dentre estes trabalhos ressaltamos a pesquisa de Jonas Camargo Eugênio (2018) que aborda em sua dissertação o encontro dos migrantes senegaleses com a comunidade escolar na qual trabalha, através de uma proposta didático-pedagógica que traz esses sujeitos para dentro da escola, para falar de suas memórias para tratar de temas sensíveis como o racismo e a xenofobia.

Com o objetivo de aproximar jovens estudantes de experiências e histórias de vidas migrantes, Vanessa Nicoceli Bull (2020) nos apresenta uma pesquisa que propõe ações pedagógicas que promovam o desenvolvimento de olhares humanizados sobre a migração. Utilizando como base teórica autores decoloniais busca valorizar saberes subalternizados por meio de sequências didáticas onde estudantes de Porto Alegre puderam reconhecer, identificar e humanizar trajetórias migrantes e seus sujeitos, se reconhecendo inclusive como parte deste processo. Alessandro Paz Ferreira (2016) propõe em sua dissertação uma reflexão didático-pedagógica sobre a cultura escolar e o currículo ao construir um olhar e um pensamento crítico à discriminação e intolerância para com os migrantes japoneses, migração essa carregada de estigmas. O trabalho traz uma série de propostas de atividades a serem aplicadas em sala de aula para fomentar o trabalho com este tema a partir de pesquisa com fontes e o questionamento da xenofobia com a finalidade de desconstruir o já tão combatido discurso da “democracia racial” presente no Brasil e para apontar um caminho de valorização e respeito à diversidade.

Estas pesquisas foram fundamentais para refletir a questão da migração no ensino de história relacionando-a com temas sensíveis como o racismo e a xenofobia além de apresentarem caminhos para um ensino de história conectado com princípios antirracistas, críticos e que valorizam a diversidade e os sujeitos migrantes. São também contribuições dessas pesquisas, a noção que os migrantes tinham do processo de migração; as mediações burocráticas; a construção de redes (institucionais ou não) de apoio; a inserção na sociedade do país de destino; os embates sociais e políticos; as relações de identidade enquanto migrantes; a memória, a saudade e os sentimentos que emergem deste processo. Temas estes relevantes visto que vão aparecer nas narrativas produzidas pelos encontros que realizamos e vão guiar nossas análises e o consequente desdobramento desta pesquisa em oficinas para o ensino de história.

É pensando na necessidade urgente de descolonizar as narrativas acerca da história haitiana que propomos uma remodelagem da escrita desta história, sob um olhar que contemple novos referenciais teóricos e epistemológicos, desde os pensadores haitianos, latino-americanos e caribenhos, mas que sobretudo se efetive em um material a ser usado no ensino da história haitiana composto pelas memórias e narrativas dos haitianos da diáspora em Santa Catarina. Neste sentido, no campo da experiência migrante e diaspórica acreditamos ser potente o uso da metodologia da fonte oral como forma de acessar a memória e os depoimentos dos migrantes, por várias razões, mas sobretudo por produzir uma narrativa do ponto de vista pessoal e da experiência dos indivíduos.

3.2 DAS ENTREVISTAS À CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO HAITI

A partir da delimitação do objetivo de ensinar a história do Haiti por meio das memórias e narrativas dos migrantes haitianos utilizamos o método da história oral, que, segundo Verena Alberti (2013) é um método-fonte-técnica de pesquisa que se dedica a registrar relatos e depoimentos para construir narrativas de pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos históricos dos quais pretende-se se aproximar.

A história oral como metodologia ganha uma maior notoriedade no Brasil no final do século XX, acompanhando o crescimento da vertente da história do tempo presente tornando-se um instrumento de uma história “vista de baixo”. Buscava-se trazer à tona personagens antes marginalizados e excluídos pela dita história oficial de grandes heróis. Conhecida por “dar voz aos que não têm voz”, como alternativa de narrativa, a escuta por meio das entrevistas e a gravação de depoimentos como fonte para a história possibilitou “trazer à baila indivíduos que de outra forma não seriam socialmente representados” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, p. 25, 2015). O método da história oral é o que melhor responde ao objetivo de dar visibilidade às memórias de migrantes permitindo recuperar histórias, saberes e trajetórias que não estão presentes nas narrativas oficiais e tradicionais. Os autores Santhiago e Magalhães (2015) evidenciam a importância da vida das pessoas e das entrevistas como “um poderoso recurso de aproximação e construção de teias de diálogos”, ajudando a “lançar luz sobre vários aspectos da sociedade, do mundo, da experiência humana.” (p. 13). Por meio da história oral, podemos acessar aqueles acontecimentos e vivências não registrados em documentos de outra natureza, experiências pessoais muitas vezes silenciadas ou pouco evocadas e nos aprofundar na história de grupos sociais que estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas, quanto a percepção do processo histórico vivido por estes indivíduos. Nesse percurso, como método e procedimento, a história oral possibilita o registro e o acesso à diferentes impressões, lembranças e vivências daqueles sujeitos que se dispõem a dividir e compartilhar sua memória, suas experiências individuais e coletivas e permitir, desta forma, a produção de um conhecimento mais amplo, plural e dinâmico de temas que, de outra maneira, teríamos dificuldades em conhecer. Desta forma, a história oral pode ser entendida como um,

(...) método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc. (ALBERTI, 1989, p. 52)

Portanto, recorrer aos relatos orais possibilita a compreensão das razões subjetivas da mobilidade e do transitar entre espaços e permite a produção de outras narrativas sobre este fenômeno que, como o caso da migração haitiana para o Brasil, quando muito recentes, não produzem registros de outra natureza.

Concebo essa pesquisa como uma série de encontros que materializaram as memórias narradas, que deram corpo, voz, gênero e raça à história haitiana. Nestes tempos modernos em que vivemos em que a maior parte da sociedade, em especial as urbanas movidas pelo ritmo frenético do capital, reproduz a prática de não ouvir os outros, não valorizar os intercâmbios e as trocas de experiências, a narração se torna cada vez mais distante de nós. Nesse sentido, partimos do princípio da valorização das experiências daqueles que estão próximos a nós, resgatando os encontros, os espaços de escuta e a produção das narrações como atividade produtora de conhecimentos, entendendo o lembrar como

um ato político, com potencialidades de produzir um 'despertar' dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias. Lembrar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro (BENJAMIN, 1985 apud GALZERANI, 2008, p. 21).

Assim sendo, ao lembrar invocamos o passado vivido, invocação essa que ocorre e se relaciona com questões do tempo presente produzindo reflexões e projeções acerca do futuro. A lembrança do migrante haitiano em diáspora produz narrativas baseadas em suas memórias produzindo conhecimento e história. Ancoramos assim esta pesquisa nessas pequenas “desimportâncias” das experiências vividas (BENJAMIN, 2012) rompendo com a visão sobre o conhecimento histórico edificado exclusivamente em modelos eurocêntricos, que não dialoga com outras formas de acessar conhecimentos diversos, saberes, espaços e temporalidades outras.

Apresentamos como ocorreu a construção metodológica e os encontros para a produção das fontes narrativas coletadas nesta pesquisa. O trabalho foi dividido em cinco momentos: a formulação das questões orientadoras do diálogo; a busca pelos migrantes; a realização dos encontros, a transcrição destas memórias e a análise destas memórias para a produção de oficinas para o Ensino de História do Haiti.

Desde o processo de estruturação e elaboração das questões a serem levadas aos migrantes, buscamos construir três eixos temáticos para o trabalho com suas memórias, eixos estes que se desmembraram em problemáticas e questões, tendo como desdobramento as perguntas levadas aos encontros. Pensamos inicialmente num primeiro eixo temático chamado “Haiti nas Semelhanças e Diferenças com o Brasil”, partindo da necessidade de conhecer estes sujeitos que estamos escutando

e dialogando, para pensarmos eles/elas são, como eles/elas se apresentam, o que selecionam de sua própria história e como narram sua saída do Haiti. Buscamos garantir condições para que o entrevistado se sentisse aberto a narrar o processo de migração, compreendendo e valorizando os significados que eles dão a esta experiência. Também para a construção deste eixo, buscamos encontrar os contrapontos, as diferenças marcantes entre a experiência de vida no Haiti e no Brasil, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, para compreendermos o que estes sujeitos selecionam de mais marcante que se opõe a sua vida anterior, no seu país de origem.

A partir destas questões buscamos abordar essa história que guarda suas semelhanças e suas diferenças, mas que está, tanto no Brasil como no Haiti, intimamente ligada a África, e marca profundamente nosso povo e os demais afrodescendentes nascidos em Abya Yala (América). Ao compreendermos que construímos nossa identidade a partir da percepção de nós mesmos, daquilo que somos e daquilo que são os outros por meio de nossas memórias, cabe a nós, professores de história pensar caminhos e iniciativas que resgatem a História da África e africanize a História do Brasil.

Num segundo eixo denominado “Memórias Escolares e da História Haitiana dos Migrantes” buscamos pensar a experiência dos haitianos no seu percurso escolar objetivando compreender o que significa ser, no Haiti, um estudante e qual a importância da educação para estes migrantes. Para além de compreender como são as escolas, o currículo e as memórias escolares dos migrantes entrevistados, buscamos por meio das questões mobilizar suas lembranças sobre as aulas de história. Como é estudar história no Haiti? Como estes migrantes lembram de seus professores de história? Quais são as histórias que eles lembram? Através destas questões, buscamos construir uma noção das memórias e experiências escolares destes migrantes, de quais os personagens e histórias de seu país os migrantes lembram, como recordam de sua história e como se relacionam com estes aprendizados, traçando semelhanças e diferenças com a realidade escolar brasileira. Selecionamos algumas perguntas que abordam a relevância que eles dão para o conhecimento, por parte dos brasileiros, da história haitiana e o conhecimento dos haitianos da história do Brasil. Ademais, as questões geradas por este eixo buscaram compreender como vem sendo a experiência escolar dos filhos das mulheres haitianas entrevistadas nas escolas brasileiras, as possíveis dificuldades no ensino,

as relações étnico-raciais na escola, as dificuldades com o idioma e outras questões pertinentes ao cotidiano escolar.

Por último, construímos questões orientadas pela temática do “Racismo e Xenofobia no Brasil” buscando compreender a relação do racismo e xenofobia para com migrantes negros em nosso país. Compreendemos que as categorias de raça e nacionalidade são fundamentais para compreender a experiência e a dinâmica dos movimentos populacionais que tem como o destino o Brasil. A migração de pessoas não-brancas resulta na combinação do racismo com a aversão a pessoas de outras nacionalidades e culturas, temas sensíveis para o ensino de história. Os migrantes negros são os que recebem os menores salários, estão em postos de trabalhos precarizados, encontram grandes dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal, restringindo-se muitas vezes à informalidade (SILVA, MORAIS, 2021). Tal precarização aprofunda o racismo sistêmico e se torna parte do projeto que o Brasil e sua estrutura racista oferece a migrantes, como os haitianos. Neste eixo, e em suas questões geradas, buscamos localizar como se expressa na vida do migrante haitiano situações de racismo e xenofobia desde as ditas “sutis”, que mais precisamente poderíamos chamar de cotidianas e rotineiras, até as mais estruturais como a relação trabalhista e o acesso aos direitos básicos. Buscamos, assim, entender a memória desses sujeitos e se/como eles lidam com as experiências de racismo desde que chegaram no Brasil, procurando perceber quais as suas estratégias de enfrentamento, suas reflexões acerca do racismo, formas de resistência e suas sugestões para a solução das tensões raciais no Brasil. Acreditamos que, ao levantar questões sobre tais temas sensíveis como racismo e a xenofobia, buscando compreendê-los através da ótica do migrante negro haitiano, possibilitamos a construção de uma noção que o outro tem sobre o racismo brasileiro que pode nos apontar caminhos importantes para refletirmos sobre suas características e formas de enfrentamento.

Na segunda etapa, delimitamos a escolha dos entrevistados. Guiada pelos objetivos da pesquisa, compreendemos que essa escolha não deveria responder a critérios quantitativos, pois não se tratava de uma reunião de amostras, mas de nos aproximarmos e praticarmos a escuta das vivências e experiências que fossem significativas para o objetivo desta pesquisa. Por isso, as questões da condução do diálogo buscaram refletir sobre essa diversidade para a seleção dos/as entrevistados/as. Nosso objetivo foi buscar as memórias dos migrantes haitianos. Desse modo, nos pareceu interessante que elas fossem plurais e para tal, que fossem

plurais também os entrevistados. Diante disto, buscamos entrevistar uma quantidade de migrantes que compreendesse mulheres e homens, de diferentes faixas etárias, diferentes escolaridades, inseridos em diferentes regiões de Santa Catarina. Como tínhamos pouco contato com migrantes do Haiti apresentamos nossa proposta de pesquisa a partir das redes sociais e no grupo de Facebook que reúne migrantes haitianos em Santa Catarina chamado “HAITIANOS em SC”. Por meio de uma postagem explicando os objetivos da pesquisa alguns haitianos demonstraram interesse em participar. Do total de oito pessoas que se disponibilizaram nesta primeira abordagem, conseguimos entrevistar três, dois de Florianópolis e um de Joinville. A partir desta primeira rede contatos foi possível expandir para outros sujeitos indicados pelos próprios entrevistados, totalizando cinco entrevistados. O que à primeira vista parecia algo muito difícil de se concretizar, encontrar haitianos dispostos a colaborar com a pesquisa a partir de uma abordagem tão impessoal, se realizou de uma forma muito tranquila, visto a disponibilidade e a recepção carinhosa dos migrantes com quem tivemos contato.

Para essa pesquisa, ouvimos e registramos experiências e memórias de cinco migrantes, duas mulheres e três homens, a maioria dos entrevistados residiam na cidade de Florianópolis (2), duas delas de São José e um entrevistado que residia em Joinville, a maior cidade de Santa Catarina. A maioria dos encontros ocorreram em diversos locais da cidade da Grande Florianópolis, e a maior parte das entrevistas durou cerca de 45 minutos sendo gravadas utilizando um celular e um tablet. A fim de preservar o anonimato, fizemos a escolha de trabalhar com nomes fictícios para identificar os migrantes haitianos entrevistados, embora todos tenham assinado termo de consentimento para o uso de seus relatos. Sendo assim, teceremos as narrativas sobre o Haiti por meio das memórias de Jean-Pierre, Rony, Catherine, Rose e Joselin, nomes escolhidos por serem bastante populares no Haiti.

Além disso, para acessar memórias que fossem plurais e diversas, procuramos tanto figuras destacadas e que tivessem relação com movimentos de migração, o direito dos migrantes haitianos e suas redes de apoio, como é o caso do mediador intercultural Jean-Pierre de 38 anos. Também acessamos pessoas do cotidiano, sujeitos comuns sem relação formal com as discussões sobre o processo de migração, como Joselin, de 43 anos, operário trabalhador da Coca-Cola, em Joinville. Foi o caso também de Rose, lojista de São José, entendendo que esta poderia fornecer outras narrativas, a partir de uma vivência diferenciada. Também foram

entrevistados uma estudante de 24 anos, Catherine, que está concluindo o curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o estudante de 30 anos, Rony, que cursa Direito na Faculdade CESUSC, ambos, moradores de Florianópolis.

Esta produção acadêmica foi produzida por meio desses encontros e espaços de escuta com os migrantes haitianos e desses encontros surgiram as fontes orais, que Portelli (1997) vai denominar de fontes narrativas. Para a realização desses encontros foi necessário a reflexão sobre como conduzir uma relação entre o pesquisador e o entrevistado que fosse acolhedora, sensível e de escuta. Para tal, levamos em consideração as diversas formas de organizar as entrevistas, como apresenta Verena Alberti,

a literatura da história oral, é possível encontrar autores que defendem diferentes práticas de realização das entrevistas, desde aquelas em que o entrevistador apenas liga o gravador e ouve o relato do entrevistado, passando por modalidades mistas de condução da entrevista (uma primeira parte em que o entrevistador apenas ouve e, em seguida, propõe questões para a discussão), até aquelas em que se formulam perguntas que dirigem o andamento do depoimento. (ALBERTI, 2013, p.212)

A forma de condução das entrevistas que escolhemos foi uma mediação entre um diálogo aberto, mas orientado a partir de questões prévias, tendo, no momento da entrevista uma forte preocupação com a escuta e a construção dos caminhos do diálogo. Nos baseamos no modo de entrevistar por meio de questões semiestruturadas, porém abertas, de modo a possibilitar ao entrevistado falar, desenvolver seu pensamento, acessando outras camadas da memória. A nossa expectativa era compreender como esse sujeito organiza a sua memória, e que ênfase atribui para o passado experienciado. Optamos por adotar essa prática entendendo que ela privilegiaria a troca e o diálogo entre entrevistadora e entrevistados, possibilitando um espaço maior para a sua fala. Buscamos estruturar perguntas, mais abertas, a fim de produzir um ritmo semelhante ao de uma conversa estando, contudo, preocupados com aquilo que também fosse espontâneo e surgisse como caminho e tema não previsto no roteiro em anexo (ANEXO B). Uma preocupação importante foi a questão da linguagem, pois no Haiti se fala duas línguas oficiais o *criolê* e o francês. Em alguns casos, os entrevistados tinham como terceira língua, aprendida na escola, o espanhol. Foi preciso formular as perguntas de forma que não fossem usadas palavras de difícil compreensão ou tradução, que gerassem dificuldade de

entendimento daquilo que estava sendo perguntado. Como para muitos dos migrantes a questão da fala apresentava-se como uma barreira, a dificuldade com o português acabou por fazer com que fizessem mais uso dos vícios de linguagem, que normalmente são recursos para produzir mais tempo para pensar e rememorar. Também foi possível perceber que os migrantes muitas vezes recorriam a palavras e expressões para prolongar ou interromper a comunicação, outras vezes para reafirmar a compreensão do que estavam narrando, como o uso de “entende?”, “não é?”. Sentimos que a dificuldade com uma língua estrangeira acabou limitando aquilo que se buscava narrar. Por algumas vezes, os entrevistados não sabiam encontrar palavras, apresentando dificuldades em traduzir sensações, lembranças e sentimentos. No entanto, na maior parte das entrevistas a comunicação fluiu tranquilamente, fato que foi possível pela maioria dos entrevistados estar a bastante tempo no Brasil.

Após realizados os encontros, começamos o último processo de transcrição das narrativas migrantes e a construção das oficinas. Analisamos as entrevistas e as narrativas nelas produzidas individualmente. Na sequência, construímos blocos, para perceber aquilo que se repetiu, como eles organizam uma memória, quais são as marcas das memórias compartilhadas, de uma história comum e uma memória que eles constroem por meio da narrativa daquilo que selecionam e silenciam. Nos questionamos, neste processo, o que os dados numéricos sobre as migrações não nos dizem e que podemos encontrar nas vozes desses sujeitos migrantes? Melhor dizendo, quais as potencialidades dessas narrativas, ao mesmo tempo individuais (da vida de cada migrante) e coletivas (da condição de migrantes em Santa Catarina) para o ensino de História?

Nesta pesquisa, a transcrição foi talvez uma de nossas grandes dificuldades, visto que estamos lidando com pessoas que não tem o português brasileiro como língua nativa, algumas que recém aprenderam nossa língua e trazem diversas formas de expressão que misturam com suas línguas nativas (visto que no Haiti se fala oficialmente o crioulo e o francês), estrangeirismos e sotaques. Buscamos manter o “falar” do migrante da maneira que ele expôs respeitando suas construções frasais. No entanto, alguns retoques no texto foram indispensáveis, procurando uma mínima interferência no sentido do falado, principalmente em retoques de concordâncias, supressão das palavras e/ou expressões repetidas, ou aquelas palavras que forem retificadas pelo entrevistado, mas mantendo a espontaneidade, buscando deixar o

diálogo mais próximo possível de como se sucedeu apesar das necessárias interferências na versão transcrita.

Procuramos construir uma tessitura das experiências migrantes em Santa Catarina por meio da rememoração das experiências vividas por esses sujeitos, com objetivo de produzir conhecimento histórico escolar acerca da História Haitiana. Objetivamos a construção de práticas pedagógicas que questionem as prescrições e determinismos, buscando aquilo que Maria Inês Petrucci Rosa (2011, p.93) vai denominar de uma “identidade narrativa que emerge no trajeto, busca e sonhos”, resgatando a potencialidade de valorizar novamente o narrar de experiências que possibilite que se repense o presenteísmo e o individualismo, propiciando uma busca por um futuro coletivo e social.

Não se objetiva, portanto, a produção de material sobre os migrantes haitianos, mas sim com os migrantes e para isso foi necessário a construção de espaços de escuta das vozes migrantes haitianas, para que esses sujeitos fossem parte ativa da produção dessas fontes, gerando sobretudo um trabalho coletivo, uma coautoria desses materiais através de suas experiências carregadas de sentidos. Isto porque para além de produzir fontes históricas, ao acessar essas memórias contra-hegemônicas como uma forma de produzir novas narrativas e materiais para usos no Ensino de História devemos refletir sobre as metodologias de trabalho com essas fontes. Aquilo que acessamos, por meio das entrevistas, são sobretudo memórias que como já abordamos trazem consigo a centralidade das tradições baseadas na oralidade, na ancestralidade, bem como memórias diaspóricas que exigem um outro olhar. Neste sentido, são relevantes os conceitos evocados por Walter Benjamin (2011; 2012) sobre história, experiência e memória que nos auxiliam na compreensão acerca da relação nem sempre harmoniosa entre o oral e o escrito, que nos levam a refletir sobre como valorizar, ler e trabalhar com as memórias, dos grupos subalternizados, neste caso memórias negras em diáspora. Este “não-documento-texto”, aquilo que não é valorizado pela epistemologia hegemônica, são memórias que trazem consigo as heranças de seus antepassados e as marcas de uma história transnacional, diaspórica e negra que ao migrar trazem consigo heranças, saberes outros e pluralizam culturalmente os territórios por onde passam, invocando a urgente valorização dos saberes orais. Como então valorizar as memórias de experiências narradas de migrantes haitianos que se encontram em grande parte à margem da sociedade brasileira?

Em síntese, essas memórias, permeadas de sentimentos e expressões das experiências vividas pelos migrantes se tornam fragmentos literários, que são apresentadas aos professores de História como trechos das narrativas, em sua integralidade. Esta forma de tratar estas narrativas se fundamenta na preocupação de abordar a experiência migrante do ponto de vista do outro, por meio de suas memórias e não “sobre” o outro. Não se trata, portanto, de analisar, reinterpretar e “dar sentido” ao narrado, muito menos de “transmitir “o puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório” (BENJAMIN, 2012, p.205) mas sim trazer essa narração, ela própria, como fonte de conhecimento. Entendemos que, para preservar o narrado diante de toda sua complexidade e de seus sentidos atribuídos, após construir junto aos migrantes os espaços de escuta, fizemos a opção metodológica de apresentar neste relato dos encontros essas narrativas em forma de mônadas. Entendemos que tal perspectiva metodológica respeita os princípios aqui invocados ao promoverem a escuta sensível e entender esses sujeitos como protagonistas e detentores de saberes próprios, que ao narrar compartilham experiências significativas para o ensino de História nos levando à reflexão sobre o experienciado e as maneiras como ele é sentido, vivido e interpretado.

A historiadora Maria Carolina Galzerani define as mônadas como:

[...] tal como concebidas por Benjamin, na relação por sua vez, com os enfoques do físico Leibniz – são como cristais que expressam em pequenos núcleos significativos grandes questões: suas tensões, contradições e potencialidades, nas quais a ideia de totalidade acha-se presente. (GALZERANI, 2013, p. 129)

Para Benjamin (2012, p. 69), “a ideia é mônada, isto significa, em suma, que cada ideia contém a imagem do mundo. A representação da ideia impõe como tarefa, portanto, nada menos que a descrição dessa imagem abreviada do mundo.” Portanto, as narrativas dos migrantes haitianos nos ensinam sobre diversas experiências, desde o ato de migrar, suas motivações, as resistências, as relações sociais, os estranhamentos, as saudades. Tais narrativas nos permitem levar para a sala de aula e para o Ensino de história saberes e conhecimentos outros, produzindo um ensino de História mais dialógico, que valorize e produza respeito diante das diferenças e igualdades.

Trazer estas narrativas como mônadas teve o objetivo de evidenciar as histórias e experiências vividas pelos sujeitos migrantes. Buscamos trazer para esta pesquisa um conjunto significativo destas histórias, buscando contemplar diferentes perspectivas e experiências dos migrantes haitianos.

Buscamos em “Mônadas Migrantes” entrelaçar estas memórias valorizando as diferentes dimensões presentes nas narrativas, como as relações sociais, as experiências pessoais, as visões de mundo e as formas de resistência e luta. Foi importante também considerar os silêncios presentes nas narrativas, ou seja, aquilo que não é dito, mas que pode revelar muito sobre as experiências e memórias dos sujeitos.

Nas oficinas buscamos propor debates e discussões sobre os temas presentes nas narrativas, buscando ampliar a reflexão sobre as memórias e experiências narradas; fomentar atividades de escrita, como produção de textos ou diários de memória, a partir das narrativas e reflexões feitas; desenvolver atividades de pesquisa com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os temas e experiências presentes nas narrativas; conhecer a história do Haiti por meio destas memórias entrelaçadas e em diálogo com outras fontes.

3.3 SUJEITOS MIGRANTES

Em um primeiro momento, queríamos conhecer os migrantes, nos aproximar daquilo que selecionam para falar de si, quais as principais características destacam e quais memórias da infância recorrem, buscando quais elementos os definem enquanto sujeitos. Para isso, deixamos que os entrevistados falassem, de forma mais aberta, sobre quem eles eram. A seguir trazemos a narração de suas apresentações.

3.3.1 “Eu gosto muito de estudar, eu poderia estudar a vida inteira”

“Eu sou Catherine e eu tenho 24 anos de idade, eu nasci no Haiti na capital, Porto Príncipe, meu pai ainda mora no Haiti e minha mãe mora aqui no Brasil

desde 2010. Felizmente ela não estava lá durante o terremoto que aconteceu em 2010, então, a minha mãe, já morando aqui ela sempre viajava lá para o Haiti para ver eu e meu irmão mais novo. Eu sou dezesseis anos mais velha que ele, acho que esse ano ele vai fazer 9 anos. Então em 2014 e em 2016 a minha mãe foi lá para o Haiti para ver a gente e ela me contava como que era a vida aqui no Brasil, como os estudantes e como era o sistema educacional aqui do Brasil então eu me decidi. Ainda estava no ensino médio na época, terminei o ensino médio em 2016, aí pensei e me decidi a continuar os estudos no Brasil já que minha mãe morava aqui. Decidi vir para o Brasil e estudar porque lá o curso que eu queria fazer, Relações Internacionais e Diplomacia, era muito difícil de encontrar uma escola ou universidade com esse curso e um currículo rico, com aquilo que eu queria de verdade. Então eu decidi vir após ela me contar como que era o sistema educacional. Vim para continuar os meus estudos universitários. Eu gosto muito de estudar, eu poderia estudar a vida inteira.” (CATHERINE, 2022, entrevista.)

A jovem Catherine, ao se apresentar, traz à tona o seu sonho de estudar como principal motivação que a levou a sair do Haiti. Se define como uma filha, uma irmã mais velha, que procura melhorar sua qualidade de vida por meio dos estudos. A questão dos estudos e a importância que ele tem na vida dos haitianos vai ser muito recorrente em diversos momentos das entrevistas, a formação profissional também aparece com centralidade trazendo a ideia de (re)construção de uma vida por meio dos estudos. Percebemos nas apresentações, assim como ocorreu com Catherine, que ao perguntá-los sobre quem eles são e como se definem de certa forma todos vão iniciar suas falas partindo da experiência migratória, ao introduzir nas suas próprias biografias o tema da migração, abordando as motivações de ter saído do Haiti, algo que parece recorrente é a fala de si neste lugar, de estrangeiro, de migrante.

3.3.2 “Vive livre ou morre”

“Bom, sou haitiano primeiro. De profissão sou mediador cultural e intérprete internacional e atualmente estou esperando a graduação em psicologia, mas tenho formação em ciências sociais e religiosa. Eu sou uma pessoa muito alegre. Sou otimista e crítico. Eu acho como personalidade sou uma pessoa bem calma e trabalho muito pelos outros, eu gosto do meu país, gosto da história do meu país e sou orgulhoso de ser haitiano. Tenho 38 anos e eu venho do nordeste do Haiti, da cidade de Ouanaminth. Eu sou estudante. A minha paixão é pelo estudo e faz 17 anos que estou fora do Haiti. Sempre na busca de conhecimento. Para mim era normal, planejado, eu sabia que deveria sair do Haiti pelo trabalho que estava desenvolvendo desde o Haiti, que era de intérprete. Trabalhava como intérprete com um projeto do Canadá e Estados Unidos e a partir daí a minha visão abriu para o mundo. Aos 9 anos eu já fazia intérprete, do francês para o crioulo, do crioulo para o espanhol.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

Jean-Pierre é o único entrevistado que não vem de Porto Príncipe, ele vem de uma região do nordeste do Haiti. O migrante ocupa um espaço importante na cidade de Florianópolis como mediador cultural e intérprete prestando auxílio a diversas ONGs que recebem migrantes na capital de Santa Catarina. Jean tem trinta e oito anos, é solteiro e vive sozinho no Brasil e assim como destaca em sua apresentação é um haitiano orgulhoso e um estudante, duas palavras escolhidas para se definir. A entrevista com Jean-Pierre foi alegre, o mediador é uma pessoa extremamente simpática e comunicativa, que falava português brasileiro muito bem, além de outras três línguas diferentes. Jean já não vive no Haiti há mais de 17 anos e como ele mesmo afirma, isso se dá principalmente por sua busca por conhecimento, característica que possui desde muito jovem.

3.3.3 “A gente não precisa do outro pra nos dar noção de identidade”

“Eu tenho 30 anos, nasci em Porto Príncipe e eu estudei nas escolas jesuítas, vivi no Haiti até os 19 anos e decidi migrar depois do terremoto. Cheguei aqui no Brasil quando tinha 21 anos e fiz ensino médio no CEJA, educação de jovens e adultos. Tive uma bolsa no colégio COC, Colégio Osvaldo Carvalho e depois ganhei uma bolsa para estudar Direito, onde estou quase me formando e agora estou graduando em Letras Francês lá na UFSC. Sou professor há 4 anos no curso extracurricular. Me sinto muito grato, fazendo a comparação com outros migrantes eu sempre tive acesso à educação e cheguei aqui novo, tive muitas oportunidades que foram pouco mais flexíveis para mim. Não posso dizer que foram mais fáceis, mas mais flexíveis. Eu falo inglês e espanhol também, e a situação acaba sendo diferente para outros imigrantes que chegaram numa idade mais avançada, que vieram para estudar e trabalhar para ajudar a família e eu como nunca precisei ajudar minha família isso me deu a oportunidade de investir no estudo aqui. Em grosso modo eu sou fruto das políticas públicas brasileiras, eu fui beneficiado pelas políticas de ações afirmativas. Fiz estágio na assembleia legislativa pelo programa Antonieta de Barros eu me envolvi por alguns anos na luta pela integração social dos imigrantes junto ao grupo de trabalho dos migrantes que está vinculado a comissão de direitos humanos da assembleia legislativa e é isso. Em grosso modo esse sou eu.” (RONY, 2022, entrevista)

Rony tem 30 anos e nasceu também na capital haitiana, é solteiro e uma figura conhecida em Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina. Assim como Catherine, traz para a sua apresentação o terremoto como marco do seu processo de migrar, e assim como os demais colegas fala de sua trajetória migrante no Brasil demarcando seu percurso escolar, enfatizando os estudos como motivação para a migração. Ademais, surge como uma característica muito marcante entre esta e

outras entrevistas a importância dos estudos e da vida acadêmica para os migrantes haitianos. Rony enfatiza na sua fala o papel que as políticas públicas presentes no Brasil, como as políticas de Ações Afirmativas desempenham desde o seu ingresso na Universidade, sendo fundamentais para sua permanência como um estudante migrante no Brasil.

3.3.4 “Foi muito difícil falar o português”

“Eu sou Joselin, sou haitiano, entrei no Brasil no final de 2013, tenho 8 anos e 10 meses aqui, sou alfaiate do Haiti, eu tenho ensino médio completo. Tenho um filho no Haiti e tenho um filho no Brasil também, com uma brasileira. Sou de Porto Príncipe que é uma cidade com pouco serviço, lá não tá legal, as coisas políticas, as coisas de guerra, a minha família é do interior de Porto Príncipe. Eu trabalho de ajudante operacional da Coca-Cola Brasil, mas eu trabalho com costura também e eu tenho um tipo de casa de câmbio, só para migrante, venezuelano, haitiano e outras pessoas que querem mandar dinheiro para fora do Brasil.” (JOSELIN, 2022, entrevista)

A entrevista com Joselin teve características muito próprias, embora já viva no Brasil há mais de oito anos, pela própria condição de seu trabalho, um operário entre vários outros haitianos, Joselin foi o entrevistado que mais possuía dificuldades de compreensão de traduzir para o português brasileiro aquilo que desejava transmitir. Embora com um limite maior na linguagem, nossa conversa foi frutífera, justamente por refletir uma outra realidade, a de um operário, pai, migrante, na maior cidade de Santa Catarina. Encontrei Joselin na cidade de Joinville e embora sendo mais reservado, me recebeu com um sorriso no rosto e uma simpatia característica de todos os migrantes que conheci nesta trajetória.

Também vindo da capital haitiana, Joselin dá outras motivações para sua vinda ao Brasil, destaca a crise política e econômica vivida em seu país e a necessidade de melhoria de vida por meio do trabalho.

3.3.5 “Tem bem poucos haitianos que tem amizades com brasileiros”

“Meu nome Rose, sou casada, eu tenho uma filha, eu estou aqui no Brasil há 8 anos e eu estou trabalhando agora como lojista, porém quando cheguei aqui no Brasil eu comecei a trabalhar como faxineira, como camareira, como cozinheira, ajudante de cozinha, mas graças a Deus agora estou trabalhando como lojista, sou dona de uma loja há três anos. Sou casada com um haitiano e sou de Porto Príncipe.” (ROSE, 2022, entrevista)

Rose foi a primeira migrante entrevistada nesta pesquisa e a conheci no Centro de Florianópolis enquanto vendia roupas, estendidas no chão, atividade comum entre os trabalhadores informais, em sua maioria migrantes haitianos ou senegaleses. A princípio ela se mostrou muito desconfiada, não quis conversar, passei meu telefone e esperei que ela entrasse em contato. Felizmente dois dias depois ela me contactou pedindo que a encontrasse pois ela gostaria de participar da pesquisa. Rose foi, portanto, fundamental para que esta pesquisa seguisse caminhando, pois me apresentou outros migrantes, me recebeu com carinho em sua loja, quando a entrevistei. Assim como Joselin, mesmo após oito anos vivendo no Brasil, por conviver com muitos haitianos, ser casada com um haitiano e ter filha haitiana ela também possuía dificuldades em falar português brasileiro. A lojista possui uma pequena loja de roupas que ela traz de São Paulo para vender em seu bairro, tem uma filha de 13 anos, é casada e toda sua família mora aqui Brasil. Rose também destaca em sua apresentação, seu histórico profissional, isso pode ser entendido como um valor que os migrantes gostam de reforçar ao falar das motivações que os levam a migrar, o argumento de que eles vêm em busca de trabalho e de uma melhoria de vida é muitas vezes mais bem aceito pela sociedade do país de destino.

A maioria dos entrevistados eram pessoas que nasceram e viveram boa parte da vida em Porto Príncipe, isso é explicado pelo fato de ter sido na capital haitiana os principais eventos que potencializaram o processo de saída e migração de haitianos para diversas partes do mundo, em especial para o Brasil, como o terremoto ocorrido em 2010, relatado por parte dos migrantes, como pela crise política, econômica e social presente há décadas no país. É possível já nas apresentações entender a diversidade desses sujeitos e de suas trajetórias, característica que é fundamental para compor um mosaico de narrativas complexo, instigante e significativo.

3.4 MÔNADAS MIGRANTES

Dividimos as mônadas nos eixos propostos pela pesquisa, expostos anteriormente, construindo uma tessitura do texto, entrelaçando as diversas narrativas de forma a evidenciar os elementos narrados, os silêncios, as recorrências respeitando o sujeito que narra, sua experiência vivida e sua voz. Estes três eixos, posteriormente, se desdobrarão em propostas de oficinas como parte propositiva desta pesquisa.

As mônadas foram organizadas a partir das narrativas que surgiram dos encontros com os migrantes e cumprem um papel de criar pontos de inflexão e coesão entre o que foi narrado pelos diferentes sujeitos. Receberam seus títulos de passagens marcantes ou frases que os migrantes haitianos trouxeram que sintetizam os eixos e o conteúdo de suas narrações. A partir da análise e sistematização das mônadas, no final de cada eixo, trazemos aquilo em que elas convergem com a narrativa de seus pares e aquilo que elas possuem de singularidade, para assim costurar esse conjunto de memórias e experiências a fim de nos aproximar daquilo que é experienciado pelos haitianos em diáspora.

EIXO 1 – HAITI MIGRANTE

As mônadas trazidas neste primeiro eixo intitulado “Haiti Migrante” evidenciam a maneira como os haitianos definem sua identidade, o orgulho de suas origens e de sua história, também nos trazem reflexões sobre a sua relação com o país, as motivações de sua migração para o Brasil e os desafios impostos por essa decisão que são muitos, desde aprender uma nova língua até conseguir a documentação para permanecer no país e acessar direitos. Estas narrativas contribuem para a desconstrução de vários estigmas construídos no Brasil acerca do Haiti e a partir da narrativa dos migrantes haitianos. Podemos, por meio destas memórias, construir um novo olhar sobre o haitiano, o haitiano em diáspora, a migração no Brasil e suas buscas, seus sonhos e suas motivações.

“Haitiano é orgulho”

“Haitiano é orgulho, orgulho de ser haitiano. Uma vez que você encontra um haitiano e você começa a falar com ele você vai perceber que é um haitiano porque se você começar a falar do Haiti ele mudam o jeito de falar, eles começam a falar e você vai ver, meu deus essa pessoa tem tanto orgulho, deve ser haitiano. Então eu acho que mesmo lá no país é muito muito difícil viver é muito muito difícil o social, tem problemas sociais, econômicos e políticos muito grandes e ainda não tem um governo bastante eficiente para ajudar nesse sentido, mas mesmo assim quando você está falando com um haitiano sobre o Haiti você vê muito orgulho nos olhos deles, eu acho que a primeira coisa mais importante que você vê quando olha um haitiano é o orgulho de ser haitiano e também o fato de ser o primeiro país negro a ser independente né, a se livrar do exército francês, do napoleão, assim todos os haitianos estudam isso na escola e isso tá na nossa mente, que nós fomos o primeiro povo negro a se livrar do exército do napoleão, dos franceses e agora quando você olha um haitiano e começa a falar mal do Haiti você pode arranjar uma briga, então o orgulho e o fato de que mesmo tem todos esses problemas lá no Haiti o fato de saber que a gente não deixa outras pessoas falarem mal do país, isso seria o mais importante.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

“O haitiano em nasceu 1804”

“O haitiano nasceu primeiro de janeiro de 1804, depois da independência. Antes era um grupo de pessoas que foram deportadas da África até a ilha onde moravam os indígenas. Depois teve o período da escravidão, da travessia transatlântica e teve as revoltas e a revolução haitiana criou o Haitiano. Para mim o Haiti é um marco de uma nova era que mostrou que tudo é possível e que essas ideologias racistas, segregacionistas não tem cabimento. O Haiti mostrou que a igualdade racial é possível e não tem nenhuma raça superior a outra raça através da pigmentação da pele, que poderia ser sim por valores e pela sua contribuição que seja científica, seja civilizatória e outras características. Para mim isso é que é o Haitiano.” (RONY, 2022, entrevista)

“Buscando conhecimento”

“Eu sou estudante. A minha paixão é pelo estudo e faz 17 anos que estou fora do Haiti. Sempre na busca de conhecimento. Para mim era normal, planejado, eu sabia que deveria sair do Haiti pelo trabalho que estava resolvendo, desenvolvendo desde o Haiti, que era de intérprete. Trabalhava como intérprete com um projeto do Canadá e Estados Unidos e a partir daí a minha visão abriu para o mundo. Aos 9 anos eu já fazia intérprete, do francês para o crioulo, do crioulo para o espanhol. [...] Então, em 2010 depois do terremoto o Brasil abriu a porta para os haitianos. Eu já morava fora do país, na Europa. Enquanto os haitianos começaram a chegar aqui tinham bastante dificuldade para se comunicar com a sociedade acolhida e os imigrantes. Particularmente os espaços públicos, CRAS, hospitais. Eu já conhecia uns amigos brasileiros onde a gente estudava juntos em Roma e eles me disseram "porque você não vem aqui, você pode nos auxiliar". Foi assim que em 2014 recebi um convite para vir passar aqui 3 meses, para desenvolver um trabalho de capacitação dos profissionais que atendem imigrantes e refugiados. Ai quando cheguei fiz três meses trabalhando como intérprete e percebi que a demanda era maior, aí não voltei mais.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

“Depois do terremoto”

“Depois do terremoto o país estava nas mãos das forças [armadas] e tudo mundo sabe que são essas forças que estão nos destruindo e eu acredito que como estava acontecendo a situação não ia mudar. Então decidi procurar uma nova oportunidade na minha vida. Não são todos os estados que foram destruídos, mas Porto Príncipe, a capital onde tudo estava concentrado, tanto a parte administrativa, foi muito afetado. O palácio Nacional também foi destruído, então o Haiti se deteriorou bastante, os haitianos tiveram que cortar bastante árvores para fazer carvão para cozinha quando tem os furacões sempre tem grandes inundações que afetam a agricultura nacional e falta eletricidade e outros recursos. São todos esses fatos que contribuíram para essa situação. Eu transitei por outros países da América Latina. Depois do terremoto eu passei pela República Dominicana, pelo Equador, Peru e não decidi vir pro Brasil, era apenas uma travessia. Nós saímos do Haiti depois da catástrofe, os grupos que chegaram até a fronteira do Brasil foram recebidos e classificados ou encaixados nas políticas de visto humanitário. O Brasil esteve presente no Haiti desde 2004 com a força tarefa da Missão da Paz então o Haiti teve esse primeiro contato com esse povo, mas quando entrou no Equador tinha os coiotes que direcionavam e depois que percebemos toda uma política também. Naquela época o Brasil teve uma economia crescente, que precisava de mão de obra e como o Haiti passou por essa situação não queriam somente dar aquele acolhimento para esse grupo, do qual faço parte, vulneráveis e para que esses grupos possam ocupar espaços vazios de emprego que o Brasil tinha naquela época.” (RONY, 2002, entrevista)

Ser diáspora

“(…) se entende a diáspora como alguém que sai do seu país, que vai buscar trabalho, mas a diáspora não é só isso, a diáspora é um deslocamento, você se transfere para outro país tanto para enriquecer mentalmente, como também economicamente. Então, no Haiti a diáspora faz parte do vocabulário haitiano porque muitos haitianos imigram para Estados Unidos, Canadá, República Dominicana e França e essas pessoas que trabalham fora do Haiti enviam dinheiro para o país de origem, nós consideramos como a Diáspora, imigrantes haitianos em outros países. Mas como falei no início a diáspora é esse deslocamento em busca, pode ser de conhecimento, econômico etc. Qualquer criança sabe o que é ser diáspora.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

Desesperança

“Migrar para os haitianos é muito comum. Os haitianos não migram do Haiti apenas no presente, a gente compartilha nossa ilha com a República Dominicana, então é uma ilha, antes era uma ilha só, mas depois da independência, até mesmo antes, a ilha foi dividida entre Haiti e República Dominicana e a República dominicana era uma colônia espanhola, eles falam espanhol lá, então a gente migra muito lá, porque o fato da gente ter fronteira as vezes as pessoas vão sem documentos legais e ficam lá. então vão trabalhar em construções, então tem muitos haitianos lá, na República dominicana. Os haitianos também migram para os Estados Unidos, muito por barco no mar mesmo, é muito comum. Um país por exemplo que não precise de visto para ir o fato de ter essa situação caótica lá no país e o povo sabe que essa situação está aqui desde, não sei, 1986, a gente sabe que isso não vai mudar agora e eu preciso viver, então eu vou decidir e vou sair desse país. Então é muito comum, quando eles descobrem que um país não precisa de visto para ir os haitianos vão, para poder ficar e poder conseguir uma vida melhor. Então é comum sim. Migrar para os Haitianos eu diria que é um ato

de desesperança, quando você não pode estudar e mesmo estudando não vou poder usar meu diploma, então eu vou sair. Tem haitianos que migram tendo meios econômicos para migrar, mas a maioria, o povo mesmo de baixa renda que migra é basicamente para poder ter uma vida melhor. Então eles migram para outro país para ver se podem ter uma vida melhor, é um ato de não ter mais esperança e precisar recomeçar em um outro lugar para poder ter uma vida melhor.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Migração haitiana

“Antigamente os haitianos não migravam muito, as vezes era uma migração de cortesia, mas a maior onda de migração haitiana foi na década de 80 depois da ditadura do Papa Doc. e teve uma migração considerável dos haitianos lá pelo Canadá e teve uma migração também depois da ocupação norte-americana de 1915 a 1925 e agora está tendo essa onda migratória depois do terremoto. São catástrofes ou eventos políticos, o destino dos Haitianos foi sempre para o Canadá, EUA, e muitos haitianos que migravam para Cuba e tem muitos haitianos também que costumam migrar nas ilhas próximas como San Martin, Guadalupe, Martinica e Santa Lucia, são outras ilhas do arquipélago das Antilhas.” (RONY, 2022, entrevista)

Aprender a língua

“O povo haitiano é uma população que gosta de viajar muito, para mim isso está no sangue do haitiano, gostar de viagem. É uma população que é muito inteligente no nosso país mesmo nós falamos três, quatro línguas, entendeu? Nossa língua natal é o crioulo, a segunda língua natal é o francês e outra língua aprendemos na escola, ou inglês ou espanhol, mas o português só os haitianos que vem para o Brasil que aprende e fala português, mas no Haiti nunca escutamos a língua portuguesa. Foi muito, muito difícil falar português, até agora não falo português, por que tem muita regra entendeu? Quando eu acabei de chegar no Brasil eu não entendia nada, nada, nada, mas eu fui devagarzinho escutando como as pessoas falavam e vê o que a pessoa fazia é a melhor coisa para a pessoa aprender, escutar e ver o que a pessoa está fazendo entendeu? Escrevo bem mal, até agora não consigo escrever direito e escrevo bem pouco. É importante para nós migrantes falar português porque em todos os países, em os lugares, primeiro você aprende a língua do país para poder se virar no país, se alguém tá falando mal de você, se alguém quer que você assine algo, pra entender. É muito importante aprender a língua do país, não só no Brasil em qualquer país que o imigrante chegue à prioridade é aprender a língua do país. Minha língua natal é o crioulo, eu falo um pouco de francês falo mais crioulo, o crioulo é da população do Haiti, o haitiano fala francês porque o Haiti é um país de colonização francesa, daí a França obrigou os haitianos a falar.” (JOSELIN, 2022, entrevista)

Vive livre ou morre

“Tem um slogan no Haiti (em francês) "vive livre ou morre". Ou você vive livre ou você morre, isso é haitiano. Ser migrante no Brasil, eu diria em todo mundo, primeiro é humilhante. A vida de migrante não é fácil. Mas ser migrante também é corajoso, é resiliente, é saber enfrentar uma coisa que você sabe que pode dar errado, ser migrante é também trazer esperança. A maioria das pessoas que migraram é para não morrer. Então eu poderia dizer que se eu migrar daqui para os Estados Unidos é em busca de uma vida e para trazer esperança no mundo.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

O Brasil é um país de migrantes

“Sempre tiveram imigrantes aqui no Brasil, o Brasil é um país de migrantes sabe? Italianos, alemães, todo tipo de migrantes. O Brasil é um país de migrantes sabe? Eu queria que a vinda dos haitianos apesar da vinda já ter mudado muitas coisas. Até 2017 não tinha uma lei de migração aqui no Brasil mesmo o Brasil sendo um país feito por imigrantes, construído por imigrante. Não tinha uma lei de imigração, isso só aconteceu porque os imigrantes que o Brasil recebia antes não precisavam de leis de migração, mas a vinda os haitianos aqui mudaram a coisa, então o Brasil começa a aprender mais o que é ser imigrante, o que é ser refugiado, porque é importante fazer a integração dessas pessoas na sociedade brasileira, porque agora eles fazem parte da sociedade brasileira, eles pagam impostos, eles pagam luz, eles pagam aluguel, eles pagam escola sabe? Então agora fazem parte da sociedade brasileira, então tem que ter um jeito de poder encontrar uma solução a crise migratória e fazer com que a integração desse povo seja feita de uma maneira mais eficiente possível. Segunda coisa é que eu queria que os brasileiros tivessem um outro olhar para a população haitiana por que a gente não veio aqui só porque o Haiti não tem oportunidades, sim o Haiti não tem muitas oportunidades pra gente e a gente decidiu deixar lá e vir pra cá, mas quando a gente vem aqui a gente vem pro Brasil, a gente paga impostos aqui, ajuda no desenvolvimento do Brasil, a gente participa desde construção de casa até de leis, porque a gente chegou e mudou a lei então isso é muito importante, então eu também queria que fossem estabelecidas instituições voltadas especialmente para essa população, não somente haitianos, mas a população refugiada, queria que tivesse instituições especializadas para esse povo, essa comunidade.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Mudanças no Brasil

“Está muito difícil eu ganhar meu documento, eu tenho um passaporte haitiano, toda vez que eu ligo na embaixada brasileira do Haiti aqui no Brasil uma brasileira responde, como que eu ligo na minha embaixada, que representa o país do Haiti aqui no Brasil, como vão falar português comigo? Não, tinham que falar crioulo comigo porque eu sou haitiano, eu falo português, mas não é todas as pessoas que chegam que falam português. Se outras pessoas precisam de documento e ligam na embaixada do Haiti no Brasil, as pessoas vão falar português, você acha que eles vão entender? Não, não vão entender nada. Não tem problema um brasileiro trabalhar na embaixada do Haiti no Brasil, mas ele tem que falar na sua língua. Se ele fala a sua língua aí está tudo bem, qualquer pessoa que ligar ele vai conseguir atender. Outra coisa é que está difícil pedir naturalização, tem muitos brasileiros, advogados ainda que quer cobrar os haitianos para a naturalização. Não sei por quê. Está difícil para as pessoas ganharem a naturalização, eu tenho 8 anos, se eu pedir naturalização, com todos meus papéis certinhos eu não tenho como pagar alguém para tirar a naturalização para mim.” (ROSE, 2022, entrevista)

Depois de conhecer os narradores por meio de suas apresentações iniciamos as questões a partir de uma definição destes sujeitos sobre o “ser” haitiano, buscando nas narrativas aquilo que eles elegem para descrever seus conterrâneos e a população de seu país. Iniciamos, portanto, com a mônada da estudante Catherine **“Haitiano é orgulho”** elegendo-a por evidenciar um aspecto que é recorrente quando esses migrantes falam do Haiti, sempre de uma forma positivada, por ora trazendo aspectos negativos, mas sempre destacando aspectos favoráveis, seus valores e o orgulho que sentem em ser haitianos. Esta característica proporciona uma visão

positiva sobre a relação dos migrantes com seu país de origem. Outro aspecto, que aparece na maioria dos encontros, tem destaque na mônada **“O haitiano nasceu em 1804”** é a valorização e o orgulho que os haitianos possuem em relação aos eventos da Revolução Haitiana. Os sujeitos aqui entrevistados vão recorrentemente trazer para a narrativa o fato de terem vencido o exército de Napoleão, de terem conquistado sua independência e terem instituído uma república negra de ex-escravizados.

Em **“O haitiano nasceu em 1804”** o estudante Rony vai se referir aos negros escravizados trazidos da África para a região das Antilhas como “um grupo de pessoas que foram deportadas da África”, fazendo referência ao processo de diáspora forçada imposto pela escravização onde esses sujeitos só se tornariam haitianos após a revolta concluída em 1804 e o fim da escravidão. Catherine destaca esse evento histórico como algo que está no inconsciente, que “está na mente” dos haitianos e que traz consigo orgulho pelos feitos do passado e produz um sentimento de orgulho e defesa de seu país, já Rony destaca o aspecto histórico e a relevância dos eventos ocorridos na ilha caribenha para além de fundar o Haiti, romper com as ideologias racistas, o mito da ingovernabilidade dos negros e da superioridade racial branca, além de evidenciar o protagonismo político dos ex-escravizados. Ao narrar suas histórias, notamos nas palavras dos migrantes esta presença latente de um forte orgulho em ser haitiano e na sua história de luta anticolonial e antiescravista. Narrativas essas que nos permite trabalhar este olhar para sua própria história a partir do ponto de vista da valorização deste evento único e complexo, que foi a Revolução Haitiana.

Em **“Buscando conhecimento”** e **“Depois do terremoto”** temos exemplos das motivações que levaram os migrantes a sair do Haiti. Na primeira mônada Jean-Pierre, que é intérprete e já havia migrado do Haiti anos antes de vir ao Brasil, passando pela América do Norte e pela Europa em seu depoimento evidencia que ouviu de amigos migrantes em outras regiões do mundo que o Brasil havia “aberto as portas para os haitianos” provavelmente se referindo às políticas migratórias. Rony traz um relato do que ocorreu na capital haitiana, Porto Príncipe, logo após o terremoto de 2010, abordando os reflexos do terremoto e ocupação militar da ONU, chefiada pelo Brasil. O estudante evidencia o terremoto e suas consequências como principal motivação de sua saída do Haiti. Após transitar por outros países Rony decide vir para o Brasil e o principal aspecto que destaca é a crescente economia e a grande oferta de emprego que o país oferecia.

Outros aspectos motivadores da migração destes sujeitos haitianos para o Brasil podem ser encontrados em “**Ser diáspora**”, “**Desesperança**” e “**Migração Haitiana**”. Nestas mônadas encontramos narrações que evidenciam o migrar como uma característica dos haitianos, parte de uma diáspora que tem como objetivo a busca de conhecimento, de oportunidades de estudos e na busca de emprego e melhoria de suas condições econômicas e financeiras. Para Catherine, em “Desesperança”, a migração haitiana além de histórica, que tem origem no passado da ilha caribenha, desde a colonização hoje em dia ganha contornos diferentes, fruto da crise política e social no país, gerando um deslocamento motivado pelo sentimento de desesperança em busca de “uma vida melhor”. Já Rony, ao abordar a migração haitiana moderna, evidencia a origem do crescente deslocamento dos haitianos pelos diversos países do mundo causados pelas crises políticas como a ditadura de Papa Doc, crescente migração após a ocupação militar americana do Haiti no início do século XX e os eventos recentes como o terremoto de 2010.

As mônadas que concluem este eixo são “**Aprender a Língua**”, “**Vive livre ou morre**”, “**Naturalização**” e “**O Brasil é um país de migrantes**” que trazem em si as dificuldades que os migrantes encontram para se estabelecer no país que começam na adaptação a uma nova cultura, as dificuldades burocráticas em adquirir a documentação necessária para se naturalizar e no desafio de aprender uma nova língua.

O “slogan” haitiano evocado por Jean-Pierre escolhido para resumir o que é ser haitiano Brasil em “Vive livre ou morre” é parte da Declaração de Independência do Haiti, lida pelo General Jean-Jacques Dessalines em 1º de janeiro de 1804, ano da independência haitiana. Quando Jean-Pierre vai relatar sua experiência migrante usando a palavra humilhante, diz que não é uma vida fácil e que precisa de coragem e resiliência. Jean-Pierre escolhe palavras fortes, fala em migrar para nutrir uma esperança em não morrer e relata que o que o move a seguir migrando é trazer esperança no mundo, fazendo parte dessa busca em viver livre para não morrer, exercendo o ser haitiano em diáspora.

A questão da linguagem foi destacada na maior parte das entrevistas e evidenciada aqui por Joselin, o operário de Joinville que relata em “**Aprender a Língua**” a dificuldade em aprender o português brasileiro, o processo de aprender uma língua nova, as dificuldades e a experiência de escutar, ver o que as pessoas faziam e tentar entender. O haitiano salienta a importância de falar a língua do país

como um primeiro passo, para conseguir oportunidades, para “se virar no país” destacando que um dos motivos para aprender o português rapidamente seria para entender se estão falando mal dele e para que saiba entender os documentos que assina. Rose evidencia as dificuldades em adquirir a documentação legal para se naturalizar no Brasil, elemento que aparece em praticamente todas as entrevistas. Mesmo vivendo há oito anos no Brasil a comerciante relata encontrar dificuldades na embaixada, destacando o entrave de não conseguir falar com seus representantes por serem todos brasileiros e não falarem crioulo. Também demonstra como os demais migrantes um grau de desconfiança com os advogados brasileiros que costumam cobrar dinheiro para tentar legalmente a naturalização desses migrantes, o que acaba sendo um empecilho pois muitos migrantes não têm condições financeiras para dar seguimento ao processo judicial.

Encerramos o eixo sobre migração haitiana com a mônada “**O Brasil é um país de migrantes**” pois nela Catherine constrói uma narrativa de que a migração haitiana tem contribuído para o desenvolvimento do Brasil, inclusive juridicamente, e por isso gostaria de que o Brasil tivesse um outro olhar para os migrantes haitianos. Catherine reivindica esse passado histórico de migrações para o Brasil, evidenciando a migração dos europeus, a fim de falar do processo haitiano, da experiência destes novos migrantes. A estudante haitiana relata que a presença dos migrantes haitianos contribuiu para uma nova legislação de migração no Brasil, ensinando ao país sobre migração, sobre as pessoas refugiadas e a necessidade de integração dessas pessoas na sociedade brasileira. Catherine, ao narrar a situação dos migrantes haitianos, recorre a necessidade de reconhecimento dos haitianos como cidadãos que deveriam ter seus direitos garantidos, por contribuir economicamente com o país, por compor a mão-de-obra presente no mercado de trabalho, pagar impostos e compor a sociedade. Ademais, denuncia a ausência de instituições políticas que auxiliem a integração e o acesso da população refugiada aos direitos básicos, enquanto migrantes, o que muitas vezes leva os próprios haitianos a fazer por si quando os próprios migrantes acabam criando casas de câmbio, trabalhando com ONGs que recebem migrantes, criando espaços de integração para recepcionar, direcionar e integrar os recém-chegados, iniciativas estas que surgem das necessidades não atendidas pelo Estado brasileiro.

EIXO 2 – CONHECER HAITI

As mônadas presentes nesse eixo chamado “Conhecer Haiti” narram aquilo que os sujeitos migrantes trouxeram nas entrevistas sobre o Haiti, suas experiências vividas naquele país e as lembranças da história haitiana. São produtos dos roteiros pensados para conduzir os encontros e os diálogos e foram organizadas de maneira que nos permitissem costurar essas experiências, evidenciando aquilo que eles selecionaram das memórias de sua terra natal, de suas experiências pessoais e acerca da memória que eles possuem da história haitiana e seus personagens históricos. Por meio das memórias destes sujeitos, ao construir espaços de diálogo e escuta de suas experiências, podemos pensar a história a partir das semelhanças das diferenças que nos aproximam e nos diferenciam, as distintas experiências históricas em seus diferentes espaços e temporalidades e a relação desta história com a nossa realidade.

Rico de humanidade

“Muitas vezes quando você percebe nas redes sociais vai entender que o Haiti é pobre. O Haiti é pobre economicamente, mas do ponto de vista do valor humano é rico. A pobreza aqui, você pode encontrar uma pessoa que é pobre, o pobre e não tem nenhum espaço. No Haiti a pessoa pode não ter água canalizada na casa, mas tem um espaço próprio. E a quantidade, pelo menos do Estado aonde venho, nunca vi pessoas na rua. Morador de rua não existe, nem pedindo na rua, não existe.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

A capital

“Porto Príncipe é a segunda capital do Haiti, depois do Norte em Cabo Haitiano que foi a primeira capital, depois Porto Príncipe passa a ser a Brasília daqui. É o centro executivo, ali que é o Palácio do Governo e os órgãos administrativos. Quando eu nasci a cidade era muito limpa, era bonita e depois vinculado ao preço dos EUA, o Haiti passou por vários embargos, onde os camponeses haitianos não tiveram acesso também a máquinas modernas para concorrer com as máquinas modernas desses países que também se diziam modernos. Vinculado a esse preconceito que se tem aos africanos e seus descendentes, então muitos camponeses abandonaram o campo e passou a ter um êxodo rural para Porto Príncipe, esse êxodo se vinculou com as crises políticas que o Haiti sempre teve desde sua independência e então isso criou muita desigualdade, falta de oportunidade para muitos e também pela parte empregatícia ficou muito difícil, como o Haiti passou por muitas crises, tanto crises políticas e também crises de destruições de ciclones, porque o Haiti está no Caribe, lugar que sempre passa furacões. Então isso cria tantas crises na parte administrativa, destrói o campo e gera o êxodo rural criando um estado de miséria, de calamidade no Haiti. Então é a última imagem que eu tenho é a inflação, vinculado as opressões dos EUA, do Canadá. Meus pais falavam que os norte-americanos passavam com os aviões jogando veneno nas plantações, é uma forma

também para atingir o povo e eles também tem a mão deles infiltrados na política do Haiti, criando discórdia para criar aquela imagem da primeira república negra, onde os negros não poderiam se autogovernar. Então o Haiti está condenado a ajuda humanitária. Então Porto Príncipe, que era tão linda, está na mão dos exércitos estrangeiros que dizem que eles trouxeram a paz, a mudança, porém eles estavam todos ao serviço do imperialismo. Isso é Porto Príncipe. Hoje tem problema de saneamento básico, violência, criminalidade e a situação política e econômica vem se degradando cada vez mais.” (RONY, 2022, entrevista)

O terremoto

“Eu vivenciei (o terremoto), eu estava com meu irmão inclusive. então eu me lembro que aconteceu no final da tarde, estava perto de virar 5 da tarde e começou a tremer tudo muito forte. já tinha acontecido uma vez eu me lembro, acho que era em 2006 e foi bem pouco e eu era pequena, mas aconteceu em 2010 a segunda vez e eu já tinha 12 anos então eu tinha um certo conhecimento do que isso significava, na época eu me lembro que meu irmão estava na creche e eu o ensinava a fazer as tarefas de casa e a gente estava no primeiro andar da nossa casa e começou a tremer. Infelizmente eu corri, eu deixei ele lá, infelizmente mas foi por susto mesmo, mas eu corri e saí e ele felizmente me seguiu, nem me lembro que ele estava atrás de mim e era difícil sair da casa porque tudo estava assim, pra lá, pra cá, pra lá, pra cá, e agente conseguiu sair chegando na rua estava tudo assim e assim (faz balançando as mãos como ondas) mas logo depois disso estava tudo muito incerto, tinha uma incerteza no meio das pessoas, o fato da gente não poder voltar para as casas para dormir então todo mundo estava na rua dormindo, por um bom tempo, acho que isso durou uns 2, 3 anos, dormindo na rua, construindo barracas, porque a gente não podia voltar pra casa e ver pessoas morrendo, isso é muito, eu posso dizer que agora eu tenho um trauma disso, eu fazia um estágio na secretaria estadual do desenvolvimento social mas toda vez que um caminhão passava no prédio tremia, então isso me lembrou muita coisa, muitos acontecimentos lá. Porque mesmo que tenha passado no mesmo dia os dias depois tiveram sequência de terremoto, bem pequenos, mas tinha, então isso deixa até agora um trauma para mim. Eu me lembro que era um novo jeito de viver, a gente aprendia de novo a conhecer as pessoas, porque a gente tinha que viver em comunidade porque muitas pessoas não podiam voltar para casa, porque a casa tinha sido destruída ou tinha que reformar a casa, por exemplo a nossa casa, não foi destruída, mas a gente tinha que reformar. A gente começou a ter uma confiança, a poder confiar em novas pessoas que a gente via na rua, no bairro, mas a gente não conhecia, então a gente começou a viver de um outro jeito. Eu pensava que tinha passado um terremoto, que todo mundo estava consciente e que de repente todo mundo ficaria consciente que deveria ter um novo país, que tinha que ter novas visões para o país etc., mas uns dois, três anos depois tudo voltou a como era antes, então mesmo fazendo novas amizades era muito difícil, muito, muito difícil tirar o governo da corrupção que está até esse momento.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Terremoto

“Eu perdi minha família, uma parte de longe da família, mas graças a deus eu não perdi familiar perto entendeu? Mas muitos amigos e muitas amigas. Um dia, terça-feira, a tarde mais ou menos quatro ou cinco horas da tarde, eu estava assistindo televisão eu escutei um barulho, um barulho que parecia um vento, mas a cadeira, o assento, eu nem conseguia levantar da cadeira porque a cadeira estava tremendo entendeu? eu não sabia o que estava acontecendo. minha mãe tinha explicado esse negócio de terremoto, mas na minha vida nunca tinha acontecido, a primeira vez que esse negócio

aconteceu comigo. Parecia que uma pessoa segurava minhas duas mãos e meus dois pés, eu nem conseguia correr e nem conseguia fazer nada, aí quando eu saí, não demorou muito, mais ou menos uns trinta, quarenta e cinco segundos mais ou menos, mas esse tempo acabou com o país, acabou, acabou com o país. Tem pessoas que perderam a casa, tem pessoas que eram de uma filha de 5, 6 e ficou só um, coisa feia, coisa feia.” (JOSELIN, 2022, entrevista)

O golpe de estado

“O golpe afetou toda a situação, não somente a educação. Toda situação que aconteceu afetou muito o sistema educativo. O Haiti é um país pequeno, acho que o Brasil deve ser umas cinquenta vezes o tamanho do Haiti. Então o que ocorre na capital afeta as outras cidades, porque o fato da política ser centralizada na capital faz com que o que acontece na capital e todas as coisas que eles produzem, os produtos para comer por exemplo saem da capital muitas vezes, para chegar em cada região do interior, então se por exemplo a capital não produz alguma coisa o interior não vai receber. E as crises acontecem muitas vezes na capital, o interior basicamente é mais tranquilo mais fácil de viver e todo esse tumulto acontece na capital. Então o fato de ter tido um golpe de estado, inflação alta, muito alta, muitas coisas sociais ou econômicas que acontecem na capital afetam o interior e quando tem essas crises tem grupos extremistas, eu poderia dizer assim, que fazem manifestações, ou gangs mesmo que fazem coisas horríveis. Então as pessoas têm medo de sair de casa, mesmo de ir estudar, porque isso afeta o psicológico das pessoas. Por exemplo se eu fosse nesse momento no Haiti eu não sei se eu poderia estudar. Até porque meu pai mora lá, eu estou aqui e isso me afeta muito, eu tenho medo de receber mensagens dele porque eu não sei o que ele vai dizer na mensagem, tenho medo dele dizer que foi sequestrado, isso me afeta, mesmo eu não estando no Haiti isso nos afeta, imagina se você está lá, se você está estudando, tem todas essas situações caóticas... você não vai conseguir estudar, com medo de sair e ser sequestrado, fazerem mal com você ou com familiares, isso vai te afetar sim.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Tudo isso nos dá uma identidade

“A história haitiana é muito rica, estimulante, né? Quando você vai estudar a história no Haiti não estuda simplesmente no livro. Porque uma coisa é a história que a França publicou, outra coisa é a história que nós relatamos e escrevemos também. Os professores eram bons, bons professores, não eram pessoas que vão pesquisar no google, pessoas que sabiam, porque além de pegar livro e entrar nós estudamos uma coisa que se chama raiz de matriz africana. Sabemos de onde nossos ancestrais vieram e estudamos a relação entre Haiti e África, estudamos também a história do Brasil. Não ficamos simplesmente na história do Haiti não. Porque o Haiti é tão pequeno, precisa se abrir também. Mas por ser o único ainda país que derrubou a França nossa história tem valor e muitos alunos na escola sabem história. Sabem contar a história. O que nos ficou marcado é como, a palavra COMO, filosoficamente falando, o modo como nós tomamos a independência. O modo como nós usamos estratégias para derrubar a França, isso os professores colocavam muito em evidência. Depois os lugares históricos. Que pena, se eu soubesse que era isso poderia ter trazido um livro, tem um livro que é um segundo passaporte onde tem 385 cartas escritas por esses processos de revolução haitiana. Mas antes da revolução haitiana se fala muito da resiliência, por exemplo, a primeira pistola que eles tomaram para derrubar a França foi uma estratégia que usaram. O nosso idioma crioulo nasceu entre uma mistura entre língua africana, portuguesa, espanhol e inglês e francês, eles

inventaram o crioulo para poder derrubar a França. Então tudo isso nos dá uma identidade.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

História forte

“A primeira coisa é que a gente não tem um livro escrito por haitianos, tem livros, mas não livros escritos por haitianos, que não seja baseado em livros que franceses ou ingleses escreveram antes. Então a gente não tem pesquisas feitas, porque na época a gente até saiu da escravidão, mas a gente não tinha ainda pessoas que pudessem fazer essas pesquisas e as buscas para trazer para nós essas histórias. Era só os franceses, só as pessoas de outros países que vieram para cá estudar, pesquisar e escrever, a gente não sabe o que eles omitiram nas pesquisas deles, o que que eles omitiram nas buscas deles. A gente sabe que tem tal coisa, em tal cidade, tá bom, mas o que que você não disse? Se fosse um haitiano que fizesse essas buscas, as pesquisas o que ele diria a mais? Então eu acho que o básico que tive, que recebi de história do Haiti eu acho que não era completo mesmo, é tão forte a história como nossos ancestrais, nossos parentes ensinam para nós, do quão forte é a história haitiana é, eu não acho que eles estão descrevendo a história tão forte assim nos livros, é só pra ler estudar e tal, para saber mesmo, mas eu acho que se fosse um haitiano mesmo, um grupo de haitianos que fizessem essas pesquisas ou buscas mesmo de como foi a revolução e a história, mas as pesquisas lá no país não foi feita por haitianos, a gente não sabe o que eles omitiram. Quais documentos eles não queriam falar sobre porque o país deles seria ameaçado por isso, porque eram ingleses, franceses, americanos da américa dos estados unidos que faziam essas pesquisas. Então o que eles não disseram que poderia ameaçar eles? Porque em 1915 teve a segunda e última ocupação americana no país, eu não tenho ideia de quantos haitianos fizeram pesquisas sobre isso, pra gente saber como que era a época da ocupação americana no Haiti, o que a gente sabe é por eles. Então eu me sentiria mais confiante se os livros que eu costumava estudar da história do Haiti fossem de autores haitianos, mas infelizmente todos os livros que a gente e as escolas nos faziam comprar eram de autores estrangeiros, porque para eles (as escolas) eram mais completos. Eu estudei e na época eu não tinha ideia de que eles poderiam omitir coisas para os seus países não serem ameaçados, então sim eu estudei, mas não me sinto confiante o bastante para confiar 100% no que aprendi. Não estou dizendo que eles não dizem a verdade, mas tenho certeza de que eles omitiram coisas.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Mulheres históricas

“Tem duas mulheres, tem uma que costurou a bandeira haitiana que depois da independência eles precisavam ter uma bandeira. (...) Os franceses fizeram o novo governo depois da escravidão pagar um monte de dinheiro, acho que na época 125 mil francos, não me lembro direito, para poder aceitar a independência, o governo teve que pagar para a França para eles aceitarem a independência e também tiveram que fazer sua bandeira, que foi feita por uma mulher que costurou a bandeira haitiana que foi Catherina Flon, ela costurou a bandeira. Também teve uma mulher que batalhou também no exército haitiano que era Sanité Belair, a figura dela está nas notas de dez da nossa moeda tiveram outras mulheres também, mas eu não me lembro direito dos nomes delas, mas eu não estudei a história delas, mas dessas duas mulheres eu estudei, mas teve a Claire a mulher do Dessalines que era uma figura muito interessante também na história e eram essas três que eram bem mais faladas na história.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Começamos por trazer a mônada “**Rico de humanidade**” de Jean-Pierre, onde o haitiano vai afirmar que embora muitas pessoas conheçam o Haiti apenas pelo estigma da pobreza o país é rico pelo valor das pessoas. O migrante vai trazer para a narrativa uma relação entre a pobreza do Haiti e a pobreza que ele encontrou no Brasil, apontando-as como uma semelhança, mas destacando sobretudo o direito à moradia como algo garantido no Haiti, que não é garantido no Brasil. Essa mônada reflete um sentimento comum nas narrações dos migrantes que foi o reconhecimento da pobreza do seu país, mas sempre combinado com um sentimento de defesa de sua história, de seus valores e de seu povo, como um povo alegre e orgulhoso de suas origens.

Podemos pensar a pobreza do Haiti como uma consequência histórica das dívidas cobradas por sua independência, pelas sucessivas ocupações militares e econômicas realizadas pelo imperialismo, pelos anos de saques e exploração pelos países estrangeiros. Isso é expresso por Rony na mônada “A capital”, onde ele vai abordar a realidade de Porto Príncipe, atual capital do Haiti e o processo de sua degradação. Após a ocupação militar norte-americana e as crises políticas vividas no país, Rony nos apresenta a memória de uma Porto Príncipe que já não existe, que era bonita e muito limpa e que sofreu com o êxodo dos camponeses das cidades do interior. De acordo com a análise realizada por Seguy (2014), o objetivo do imperialismo, através dos Estados Unidos, era estabelecer verdadeiras zonas francas de produtos têxteis nessas áreas interiores. Um exemplo disso é a região do nordeste haitiano, como a zona franca de Caracol, onde há um parque industrial têxtil exportador ocupando 250 hectares de terras anteriormente pertencentes aos camponeses. Essas terras foram substituídas por fábricas e suas "máquinas modernas" (RONY, 2022). O haitiano conta que os pais relatam episódios de envenenamento das plantações por substâncias jogadas de aviões ianques, levando muitas pessoas a procurar oportunidades na capital do país, e que isso seria um plano para atingir o povo, aprofundar os conflitos entre as pessoas e produzir uma imagem de que os negros, mesmo após lutarem e fundarem a primeira república negra, seriam incapazes de se autogovernar e estariam constantemente reféns de uma ajuda humanitária externa, aprofundando as ocupações estrangeiras de seu território por exércitos de outras nações, que nada resolvem os problemas concretos do povo haitiano como a questão da violência, dos direitos básicos e das permanentes crises políticas.

Esta relação dos Estados Unidos com o Haiti que aparece na narração de Rony, nos ajuda a compreender as relações de poder e colonialidade que têm operado no Haiti por meio das políticas de segurança estrangeiras ao longo das últimas décadas que evidenciam técnicas de controle impostas pelos governos estrangeiros, gerando uma profunda crise política no país, mas também produzindo lutas de resistência levantadas pelos haitianos em resposta à violência colonial.

A partir da criação de uma narrativa colonial de que o país vive um caos estrutural e reforçando a ideia de ingovernabilidade dos negros haitianos, como aponta o intelectual haitiano Gerárd Pierre-Charles (1977), cria-se a base teórica que vai fundamentar as inúmeras intervenções estrangeiras no Haiti. Como já dissemos anteriormente, esse estigma vai ser criado especialmente após a Revolução Haitiana por abalar as certezas superiores de um ocidente branco, colonizador e escravocrata que jamais conseguiria conceber uma república independente governada por afrodescendentes.

A narrativa sobre a crise política e seus reflexos no Haiti é trazida por Catherine na mônada **“O golpe de estado”**. Em sua narrativa ela traz os reflexos das situações de crises políticas para a vida dos haitianos. A estudante não evidencia de qual golpe de Estado se refere, visto que no Haiti foram vários episódios de golpes nas últimas décadas, mas pelo contexto podemos sugerir que se trata do golpe de 2004 que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide. Eleito no Haiti em 1990, é o primeiro presidente progressista da região, com uma vitória retumbante com 67,39% dos votos. Logo após assumir, Aristide sofre um golpe que o tira do poder, contando com a participação direta dos Estados Unidos. Após 10 anos, em uma nova eleição, o povo o elege, agora com 91,7% dos votos válidos. Em 2004, o presidente Aristide foi novamente derrubado, desta vez pela ação de uma das tropas dos Estados Unidos, França e Canadá, tendo que se exilar (ANDRADE, 2019). Catherine relata como o golpe afetou o cotidiano da vida dos haitianos, em especial na capital haitiana, dando ênfase na educação, maior mudança que vivenciou pois era estudante naquele período e possuía muito medo de sair para estudar na época. A haitiana relata que fruto da crise política, da alta da inflação, do aumento de grupos armados extremistas, das manifestações e da criminalidade, a capital de Porto Príncipe se tornou um local pouco seguro, o que resultou no crescimento do sentimento de insegurança nos haitianos que permanece até hoje. Mesmo após ter migrado para o Brasil, Catherine relata continuar a sentir medo pelo seu pai que permaneceu no Haiti, conta que teme

ler as mensagens que recebe de seu pai com receio que ele tenha sofrido um sequestro. A prática de sequestros cresceu consideravelmente nas últimas décadas no Haiti, motivados tanto por questões políticas como também pelo tráfico de drogas e por parte de grupos armados (MAESTRELLI, p.51), existentes sobretudo na capital. Tudo isso a afeta de uma maneira que não se sentiria segura em seguir o Haiti estudando, mais um fator que foi importante para sua decisão de migrar, e que mesmo tendo migrado ainda se afeta com a situação de seu país.

A capital do Haiti, além das profundas crises políticas e sociais também sofreu muito com furacões e ciclones, constantes na região pela localização geográfica, mas o que impactou de forma significativa o processo de saída dos migrantes entrevistados nesta pesquisa foi, de fato, o terremoto ocorrido em 2010. Estes eventos vividos pelos migrantes são narrados em “**O terremoto**”, de Catherine e “**Acabou com o país**” de Joselin. Neles, os haitianos vão relatar como perceberam o terremoto, como isso impactou suas residências e as pessoas ao seu redor. No caso de Catherine que teve que reconstruir a casa após o terremoto e passou anos vivendo em um acampamento improvisado para pessoas desalojadas a estudante traz as memórias da convivência nesses locais, da solidariedade e das relações de confiança que tiveram que ser construída entre pessoas desconhecidas até então. Catherine também vai evidenciar um trauma causado pela vivência neste terremoto, que até hoje causa-lhe desconforto toda vez que nota algum tremor que a faz lembrar do evento vivido. O haitiano Joselin começa a abordar os eventos em torno do terremoto falando das perdas de seus familiares e de conhecidos. Relata o dia do terremoto, lembra estar vendo televisão, relata a sensação física durante o breve tempo em que tudo tremia, menos que um minuto e, segundo o operário, o país tinha acabado, famílias inteiras morreram, muitas pessoas sem casa, como o caso de Catherine. No relato de Catherine acessamos uma memória fortemente marcada pela questão de gênero, que destaca em sua fala, diferentemente da fala de Joselin, os aspectos da insegurança nos acampamentos, das relações com as demais pessoas, na construção de laços e no cuidado com as crianças.

Por meio destas mônadas, podemos notar que muito do narrado pelos haitianos quando perguntamos sobre o Haiti e suas lembranças está relacionado com estes eventos traumáticos que de certa forma justificam suas escolhas de migrar para outro país. São eventos recentes que produzem uma narrativa de suas saídas do Haiti,

que explicam o migrar e que dão sentido a sua experiência migrante, ainda que sejam aspectos negativos.

Contudo, neste eixo também surgiram aspectos positivos, que são necessários de serem apresentadas por ajudar a reconstruir narrativas outras sobre o Haiti que contribuam para minar os estigmas de que o país seria um local caótico e ingovernável, de uma população propensa quase que de forma natural ao caos, a sujeira, a instabilidade e às crises. Este outro olhar é narrado nas mônadas **“História Forte”**, **“Tudo isso nos dá uma identidade”** e **“Mulheres Históricas”**.

Na mônada **“História Forte”** a estudante haitiana Catherine vai lembrar a história que aprendeu sobre o Haiti fazendo uma crítica a perspectiva histórica do colonialismo e a educação escolar baseada nas narrativas coloniais. Segundo a migrante os livros com os quais estudou eram todos escritos por franceses, ingleses, estadunidenses que, segundo suas palavras, omitiram parte da história, tornando essa história incompleta e não descrevendo-a tão forte como de fato foi.

Ela faz uma oposição entre a história que aprendeu na escola, escrita pelos colonizadores e a “forte história” do Haiti que contavam os ancestrais e seus parentes. Catherine narra ainda que se sentiria mais confiante na história aprendida na escola se ela tivesse sido contada por autores haitianos e não por autores estrangeiros. Essa problemática também aparece nas vozes de Jean-Pierre e Rony, este último chega a citar a dificuldade que encontra na Universidade em realizar sua pesquisa, pois gostaria de utilizar apenas autores haitianos e encontra resistência de seus professores. Tanto o operário Joselin como a comerciante Rose não refletiram sobre isso quando perguntados sobre sua experiência escolar, o que abordaram ao lembrar o ensino de História em seu país foram os livros e o ato de memorização.

Dialogando com a mônada **“História Forte”** podemos refletir sobre os traços coloniais presentes nas narrativas históricas no ensino de História do Haiti e como tal característica é uma consequência do racismo epistêmico, que exclui e marginaliza os saberes tradicionais e ancestrais e colonizam também os saberes a partir da visão do colonizador, do branco, do europeu evidenciada nesta mônada. O que podemos notar nas palavras de Catherine é um ensino de História com forte traço eurocêntrico e colonial, onde os colonizadores têm por objetivo converter a Europa no centro epistêmico do mundo, desumanizando e subalternizando todos os que se diferenciam deste modo de ser e pensar e privilegiando uma só narrativa histórica construída por meio de um eurocentrismo ontológico.

Em “**Tudo isso nos dá uma identidade**” quando do exercício de lembrar a história do Haiti, aprendida nas escolas e fora delas, Jean-Pierre também aborda a preocupação em distinguir a História haitiana contada pelos franceses, presente nos livros, e a história que ele mesmo denomina de “história que nós relatamos e escrevemos”. O haitiano vai apontar que essa distinção partia dos professores, que abordavam a história desde a matriz africana, das ancestralidades e das raízes dos povos da África que chegaram no Haiti por meio da diáspora transatlântica. A mônada também fala de resistência, das diversas formas que os haitianos encontraram para lutar contra os colonizadores e as consequências da colonização, assim como quais estratégias usaram para conquistar a independência diante da dominação Francesa. O haitiano usa a palavra resiliência para resumir as mais distintas táticas usadas pelos haitianos revolucionários para obter a vitória, a exemplo da invenção do crioulo, das diferentes armas utilizadas. Resiliência foi uma palavra que foi utilizada por vários dos migrantes entrevistados para resumir o ser haitiano, e combinada com as ações de enfrentamento antiescravista e anticolonial compõe aquilo que Jean-Pierre vai definir como a identidade haitiana.

Continuando sua lembrança, sobre a história do Haiti a estudante Catherine também vai narrar em “**Mulheres Históricas**” a participação de três mulheres haitianas que fizeram parte das lutas de resistência em torno da independência do Haiti. A primeira personagem é Catherine Flon, que é um dos principais personagens da Revolução Haitiana. Catherine é conhecida por ter sido a responsável por costurar a primeira bandeira haitiana, em 1803, e por tal feito mantém um lugar importante na memória da população haitiana. A bandeira do Haiti possui as cores azul e vermelho, que trazem consigo um sentido racializado, onde a junção do azul e do vermelho, suprimindo o branco presente na bandeira da antiga metrópole, representaria a união entre os negros e os mestiços, engajamento fundamental na luta pela libertação e pela independência do país. O símbolo nacional possui ao centro um quadrado branco com o brasão de armas do país caribenho. Ele é composto por uma palmeira real em destaque, simbolizando a independência, e um arsenal de armas que simboliza a luta pela liberdade. Ainda no topo da palmeira há um barrete frígio em referência aos jacobinos que atuaram na Revolução e abaixo o lema da nação haitiana: “A união faz a força”.

Importante ressaltar a centralidade que tem para os haitianos os símbolos nacionais, como a bandeira, que são elementos que trazem à tona a lembrança desta

história marcante e única, que foi a Revolução Haitiana, sobre importância deste símbolo para os haitianos, Handerson afirma que,

É a primeira bandeira nacional costurada pelas mãos de uma mulher negra e erguida por pessoas negras. Por meio dela, a negritude se hasteou diante do mundo, olhando o colonialismo horizontalmente e de cabeça erguida, dando uma lição de humanidade, reivindicando a libertação dos povos negros sob o jugo colonial. A grandeza dessa bandeira não está apenas na sua formosura, mas sim na sua profundidade histórica e humana, uma das mais belas lições do ponto de vista do existencialismo negro, a afirmação da existência do ser-negro-no-mundo que precede a essência colonial, além da afirmação do humanismo diante do fracasso do universalismo ocidental. A bandeira haitiana foi também o meio pelo qual os negros tiraram do papel o ideal iluminista de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade. A bandeira haitiana é igualmente metafórica e enigmática, pois desvelou as amarras coloniais espelhando teias de significados que o próprio colonialismo teceu. (HANDERSON, s/p, 2021)

Por toda essa relevância histórica para os haitianos, um dos dias mais importantes, celebrados em cada canto da ilha caribenha, é o dia da Festa da Bandeira Nacional Haitiana, em 18 de maio. Este dia, que se refere ao dia em que foi confeccionada a bandeira do Haiti, é um feriado nacional onde há diversas ações de memória da Revolução Haitiana, sendo a principal em torno da estátua de Catherine Flon, na cidade de Arcahaie, no departamento de L'ouest.

A segunda personagem a qual se refere Catherine é Sanité Belair, também conhecida como a Tigresa da Revolução, Belair era uma mulher negra livre, que batalhou nas lutas contra a escravidão, participando do exército comandado por Toussaint L'Ouverture, cumprindo o papel de liderança em grande parte das batalhas da região que vivia, L'Artibonite, liderando levantes da população escravizada contra os senhores e participando de confrontos diretos com o exército de Napoleão. Belair é uma das mulheres consideradas como heroínas haitianas, retratada como nos conta Catherine, na nota de 10 *gourde*, moeda haitiana. Belair foi capturada pelos franceses e condenada à morte em 5 de outubro de 1802. Antes de ser decapitada, a mando dos franceses, Belair teria gritado ao povo haitiano a frase "*Viv Libète anba esklavaj!*", em português "Viva a liberdade, abaixo a escravidão!" (JAMES, 2010).

Por fim, Catherine fala brevemente de Marie Claire, como a companheira de Dessalines, e mesmo falando sobre ela de uma forma muito resumida, faz emergir essa figura tão importante na história Haitiana. Claire atuou como enfermeira durante a revolução, ajudando a cuidar dos feridos, das crianças e das mulheres, também

atuou como professora e durante o governo de Dessalines, entre 1804 e 1806 ela foi condecorada como Imperatriz do Haiti.

Embora buscássemos nesse ponto as memórias sobre a vida dos migrantes no Haiti, desde o cotidiano, a vida escolar, familiar, as características das cidades e da vida comum, o que apareceu nas narrações em grande parte foi um relato das memórias de fatos históricos. Foram lembrados fatos históricos desde os mais antigos como a Revolução Haitiana, passando pelos diferentes períodos de ditadura, pela intervenção militar estadunidense, a ocupação da MINUSTAH e o terremoto de 2010. Isso reafirma a ideia de que muitos migrantes relatam episódios traumáticos ou eventos históricos que justificam o seu ato de migrar, com o objetivo de construir uma narrativa de sua saída do país e apresentar os fatores que os levaram a deixar seus familiares buscando uma vida melhor, como aparece nas narrativas. Foi possível, por meio das mônadas, se aproximar um pouco mais da história da Revolução Haitiana e seus personagens e da profunda ligação que esse evento histórico tem com a identidade dos haitianos, que vai reafirmar uma visão positiva de pertencimento, suas resistências o orgulho com seu passado e a luta por sua independência. As narrações deste passado, da relação dos migrantes com sua história e as memórias acerca dos personagens históricos é um material fértil de trabalho para nós, professores de história para o ensino das relações étnico-raciais, para abordar as migrações modernas e para contribuir com a desconstrução de estigmas sobre o povo haitiano.

EIXO 3 – BRASIL- HAITI

Neste conjunto de mônadas sintetizadas por meio do eixo “Conexões Brasil - Haiti”, buscamos abordar em nosso diálogo com os migrantes os aspectos que relacionam o Brasil e o Haiti na perspectiva de construir semelhanças e diferenças sociais, históricas, políticas e de vivência entre os dois países a partir da experiência de migração destes haitianos. Dois temas centrais que buscamos acessar nesta parte de nossos diálogos foram primeiro as semelhanças e diferenças culturais e segundo as experiências com o racismo, a xenofobia e os estigmas que são sentidas pelos migrantes no tempo que vivem no Brasil. Por último, trazemos também narrativas que reafirmam a necessidade, trazida já como hipótese nesta pesquisa e referendada pelos migrantes de se aprofundar o conhecimento histórico sobre o Haiti como

caminho para proporcionar outros olhares sobre o país caribenho, produzindo uma relação mais harmônica, empática e solidária.

Cultura haitiana no Brasil

“A gente pode esperar que nos próximos 10 anos, na próxima década que vai ter uma população de haitianos, a cultura haitiana vai ser bem conhecida aqui no Brasil, porque a gente saiu de lá com a nossa cultura, já sabendo do que se trata e mesmo aqui a gente ainda tem uma certa proximidade com lá também mesmo estando aqui, porque a gente deixou familiares né? Então a gente tem contato ainda, então a cultura não sai então assim como a gente ainda tem essa cultura e a gente está vivendo aqui então eu posso dizer que nos próximos anos com os filhos dos haitianos que estão crescendo aqui vai ter sim uma cultura haitiana bem forte aqui para as pessoas conhecerem. Neste sentido que eu falo que é muito interessante ver que tem pessoas que tem interesse nesse assunto.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Semelhanças

“Eu acho que a música daqui o samba do Brasil, é muito parecido com o ritmo lá no Haiti que é o *rara*, a gente dança na rua, a gente tem alguns instrumentos que tocamos na rua, acho que se parece muito com o carnaval. A comida também, o tempero, tem países que não tem tempero, mas o tempero que usamos no Brasil e no Haiti é muito parecido, então a música e o samba, comparado com o *rara* de lá, são muito parecidos, embora no Haiti a gente use muito mais pimenta, mais quente ainda. A gente come arroz, a gente tem nossa cozinha nacional, que tem um prato que é arroz e feijão, feijão vermelho e molho de frango, que é o principal que a gente come lá e a gente também come purê de feijão preto e que também se come aqui no Brasil e basicamente é isso. Arroz, feijão e frango.” (JOSELIN, 2022, entrevista)

Proximidade

“A gente tem no Haiti uma certa proximidade com a cultura do Brasil, eu acho que a gente se identifica com a cultura do Brasil, dança, festa, comida, acho que a gente conhece bastante sobre o carnaval, eu acredito que a maioria dos haitianos torcem muito para a seleção brasileira no futebol, me lembro em 2004 na copa do mundo, eu tinha seis ou sete anos, no final a gente ficava duas horas da manhã torcendo pro Brasil ganhar, eu me lembro como se fosse ontem, era muito bom, era uma sensação muito boa, e depois tivesse jogo entre a seleção haitiana e a seleção brasileira no Haiti.” (ROSE, 2022, entrevista)

O povo negro é um só

“Como eu disse o Brasil é um país que é predominantemente negro, porque a resistência negra brasileira que criou avanços na lei, na história do Brasil que vem da resistência dos negros. Então a cultura do samba, o carnaval, o maracatu, a capoeira são outros traços também que são semelhantes aos haitianos que tem o vodu, as religiões de matriz africana, que também sofreram sincretismo religioso, que foram os marcos trazem algumas semelhanças. É o que eu digo, o povo negro é um só em todos os

continentes, a travessia transatlântica nos une, não nos une como uma questão só cultural, mas nos une também como povos vindo do mesmo continente, a travessia transatlântica recriou o novo africano na diáspora. Eu acredito somos um povo na diáspora e que estamos em transformações e absorvemos outras culturas também. O Haiti é um país muito aberto em absorver outras culturas, como o Brasil, né? Isso que une o Brasil ao Haiti. O haitiano é bem receptivo e o brasileiro, apesar de tudo é bem receptivo por essas características, querendo ou não, sendo branco ou mestiço já conviveu e conhece um negro, tem um negro na família, você entende?” (RONY, 2022, entrevista)

Racismo

“O Brasil é mais racista que o Haiti, eu nunca sofri racismo no Haiti no Brasil é mais pela raça, no Haiti também tem pela raça, mas eu acho que no Haiti é muito mais pela classe social, sabe? a gente tem uma burguesia e a massa do povo e a classe média e no Haiti isso é bem diferenciado. É uma coisa que quando você for no Haiti a primeira coisa que você vai perceber é a desigualdade social. A burguesia mora em um lugar, o pessoal da classe média mora num lugar e o povo mora em outro, você não vai achar um burguês morando no mesmo bairro de uma pessoa da massa, do povo, você não vai achar isso. A diferença entre essas 3 classes é muito evidente sabe? e a maioria das pessoas que fazem parte da burguesia no Haiti são os mulatos, mestiços, de pai branco e mãe negra, ou pai negro de mãe branca, mistos de cor e essas pessoas fazem parte da burguesia e da classe média, são pessoas que tem uma condição econômica melhor sabe? e o pessoal da massa, do povo que são as pessoas que sofrem muito mais, sofrem por causa da raça e da situação econômica. No Brasil é mais a questão racial, a maioria das coisas que a gente vê nos jornais tem a ver com a raça, uma pessoa negra que sofre preconceito de uma pessoa branca, uma coisa que acontece num prédio, uma médica negra que sofreu racismo porque achavam que ela trabalhava com outra coisa, eu acho que é muito pela raça mesmo, mas eu também acho que tem a classe social também, mas parece ser mais pela raça.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

Racismo do Haiti

“Para mim o Haiti não tem racismo, na verdade todos os países têm, mas para mim desse jeito do Brasil não tem. Para mim desse jeito do Brasil para mim, o Brasil é mais racista que o Haiti. Se um brasileiro sair daqui e chegar no Haiti vai conseguir qualquer tipo de serviço, só se apresentar na empresa, a empresa já abre os braços para pegar ele, vai pegar ele na frente dos haitianos, não quer saber se eu sou haitiano, se tem um serviço bom aqui, não é assim. Mas no Brasil, não em todos os lugares.” (JOSELIN, 2022, entrevista)

Não há racismo no Haiti

“Não há racismo no Haiti. É uma república negra, nenhuma pessoa vai sofrer racismo. O Haiti lutou contra essa ideologia, não poderia haver racismo, divisão de raça num país que aboliu a concepção de raça. Seria meio antagônico com esse pensamento. No Brasil o racismo existe para manter a estrutura, sem a estrutura racista os poucos que se dizem superiores não vão ser privilegiados então o racismo é estrutural, e é a base da desigualdade do sistema capitalista, do imperialista e colonial.” (RONY, 2022, entrevista)

História do Haiti e do Brasil

“Eu acho que é muito importante porque temos essa migração muito grande de haitianos no país, que agora a gente faz parte da sociedade brasileira, na minha opinião para poder ter uma integração completa da sociedade e da comunidade haitiana aqui no Brasil os brasileiros também têm que conhecer a nossa história. Todo mundo sabe que o Haiti é um dos países mais pobres do mundo. Está bom, todo mundo sabe disso, tem brasileiros que pensam que o Haiti fica na África por exemplo, mas como que o brasileiro vai se conscientizar, vai conhecer mais da história se nem geograficamente ele sabe onde fica o Haiti? Eu acho que para os haitianos e para os brasileiros conviverem melhor, saber melhor uns dos outros, eles precisam muito, os Haitianos precisam saber da história do Brasil e os brasileiros têm que saber da história do Haiti. Eu acho também que a história do Brasil e do Haiti são duas histórias muito parecidas também porque no Haiti antes de ter a Revolução que depois dessa grande Revolução a gente teve a nossa independência teve muitas pequenas revoluções, da colônia, dos escravos e tal que infelizmente não deram certo e estudando a história do Brasil também eu vejo que tiveram várias revoluções também durante a escravidão do Brasil antes de ter essa proclamação da República, tiveram muitas revoluções, revolução de Pernambuco, a de Pernambuco é a que mais me marcou porque eu me lembro de ter lido que era uma das revoluções baseadas e inspiradas pela revolução do Haiti, de Pernambuco me marcou muito, que foi muito sangrenta. Ler a história da revolução pernambucana me marcou muito, primeiro porque teve essa relação né, a inspiração na revolução do Haiti, porque o Haiti tinha acabado de conquistar sua independência e eles (em Pernambuco) decidiram tá né, então vamos batalhar para poder conquistar, vamos fazer nosso melhor para poder acabar com a escravidão no Brasil também, mas infelizmente a proclamação da República e a abolição da escravidão no Brasil infelizmente foi só muito tempo depois, é ainda bem recente a abolição da escravidão no Brasil, mas mesmo assim é muito importante ver a proximidade que as duas histórias tem na questão das revoluções e na questão de conquistar coisas, conquistar a independência.” (CATHERINE, 2022, entrevista)

Brasil não sabe nada de Haiti

“Eu acho que o Brasil deveria ter mais conhecimento sobre o Haiti porque quando você acolhe o outro precisa desse conhecimento recíproco. E ao chegar aqui percebi que o Brasil não sabia nada, nada do Haiti porque muitos professores, muitos pesquisadores achavam que o Haiti era na África. O Haiti está no Caribe, no centro, não? Então é... eu acho que precisa saber, depois, sobretudo no Sul por ser uma cultura mais próxima da cultura europeia acabando um pouco menosprezando um pouco a cultura haitiana, porque a cultura haitiana deu, abriu caminhos para a própria independência do Haiti. Não sei se isso foi ensinado na escola aqui, mas o Haiti é um dos países que abriu a porta para toda América Latina na questão da revolução contra a escravidão.” (JEAN-PIERRE, 2022, entrevista)

Conhecer nossa história

“Se existe um número importante de imigrantes haitianos que estão transitando em vários setores da sociedade brasileira eu acho que é pertinente que a população saiba a história desse povo. Isso poderia facilitar a comunicação, para haver um intercâmbio cultural, e para ter uma certa fluidez nas relações com os povos. Como o Brasil tem uma pluralidade étnica e teve e tem muitas outras nações, acredito que o Haiti é uma dessas nações que estão aqui e que sua história também poderá contribuir para a luta antirracista e anticolonial porque nisso o Haiti é um modelo, que mostrou que lutou contra o imperialismo e que venceu. Mas eu entendo o contexto, o Brasil é um país racista então não vai ensinar uma história que pode ajudar a libertar

a mente de uma população negra, a maior população negra do mundo, que foi sequestrada e que está sendo subjugada até hoje. Eu acredito que isso não é do interesse da elite brasileira.” (RONY, 2022, entrevista)

As mônadas “**Cultura haitiana no Brasil**”, “**Semelhanças**” e “**Proximidade**” se articulam em torno daquilo é vivido pelos migrantes haitianos e que eles próprios selecionaram para falar sobre as semelhanças e diferenças entre a vida no Brasil e no Haiti. Começamos por “Cultura haitiana no Brasil” pois nesta mônada Catherine aponta um movimento de interculturalidade entre as culturas dos dois países que se aprofunda no passar dos anos e conforme cresce a chegada e permanência dos haitianos no Brasil. Ela estima que daqui há 10 anos os brasileiros já vão ter conhecimento da cultura haitiana, que vem carregada pelos migrantes, uma cultura que não sai, pois mesmo distantes eles ainda mantêm contato com o Haiti. O operário Joselin aponta semelhanças entre a cultura haitiana e do Brasil, compara o *rara*, com o carnaval brasileiro, onde os haitianos saem em festejos de rua, tocando instrumentos muito parecidos com os da festa brasileira. O *rara* é um ritmo e uma celebração haitiana que acontece durante a quaresma e termina na Semana Santa, tem suas raízes nas regiões das áreas rurais ao redor da capital, Porto Príncipe e é baseado nos costumes camponeses e nas festividades de colheitas no período da Páscoa. Pessoas fantasiadas desfilam pelas ruas da cidade, muitas vezes vestidos de rainhas, coronéis e presidentes. A complexa festividade, é também conhecida como o “Carnaval do Vodou” (SAINT-CYR, 2009).

Joselin destaca outro ponto muito recorrente nas memórias dos migrantes, que é a semelhança entre a alimentação e os produtos básicos alimentícios do Brasil e do Haiti. Ressalta que em ambos os locais se utiliza muitos temperos, embora no Haiti assim como em outros países caribenhos é mais comum o uso da pimenta como condimento. É comum comer no Haiti, assim como no Brasil, arroz, feijão, frango e batatas. Em “**O povo negro é um só**” Rony traz em sua narração outras semelhanças como a forte presença de negros na composição racial do Brasil, assim como no Haiti e as culturas de matriz negra como o carnaval, o maracatu e a capoeira, além das religiões de matriz africana e suas semelhanças com o vodou haitiano. Ao invocar que o povo negro é um só, Rony aproxima os povos negros haitianos e brasileiros a partir da vivência de ambos com a diáspora e travessia transatlântica, que segundo ele

recriou e fez surgir um só povo, independente da sua localização geográfica nas américas que compartilha uma identidade africana diaspórica.

A musicalidade, a raça, a religiosidade e a questão da alimentação foram questões presentes em várias falas dos migrantes entrevistados que possibilitam articularmos essas semelhanças e os significados destes aspectos na vida dos migrantes de forma significativa nas aulas de história, ressaltando a importância destas memórias, da valorização da identidade racial, da cultura e das origens históricas destas semelhanças, que nos aproximam do Haiti.

Em contrapartida, um marcador presente nas mônadas que seguem neste eixo, que traçam a principal diferença entre o Haiti e o Brasil é a experiência dos migrantes com o racismo. Vamos encontrar as narrativas em torno das experiências com o racismo em “**Racismo**”, “**Racismo no Haiti**” e “**Não há racismo no Haiti**”. Na mônada “**Racismo**”, Jean-Pierre nos leva a refletir sobre a experiência que muitos migrantes haitianos vão ter com o racismo assim que chegam ao Brasil. Ele afirma em sua narrativa que o Brasil é um país mais racista que o Haiti e que no seu país de origem, mesmo existindo a questão racial a principal distinção se dá pelas classes sociais onde existe uma ínfima minoria de burgueses e do outro lado uma maioria de classe trabalhadora, diante de uma profunda desigualdade social. Já no Brasil, o estudante aponta a questão racial como marcador principal das desigualdades e a presença do racismo como parte estrutural de nossa sociedade, sobrepondo-se inclusive às questões sociais. Em “**Racismo no Haiti**” o operário Joselin vai nos trazer uma reflexão importante ao afirmar que não existe racismo no Haiti, afirmação também presente na Mônada de narrada por Rony em “**Não há racismo no Haiti**”. O operário diz não haver racismo, pelo menos do jeito que existe no Brasil, e que a questão racial não é no Haiti um proibitivo, ou um fator dificultador para conseguir um emprego, por exemplo, contrapondo a sua experiência profissional no Brasil. Rony categoricamente afirma que por ser uma república negra, nenhuma pessoa no Haiti sofre racismo, trazendo uma reflexão histórica de que a luta contra a ideologia racista foi parte da luta pela independência, que produziu um país que teria abolido a concepção de raça.

Aprofundando a diferença com o Brasil o estudante haitiano vai nos trazer o conceito de racismo estrutural presente na sociedade brasileira, tendo sido essa estrutura construída historicamente, fruto das diferenças históricas entre a história haitiana e brasileira, que perpetua uma sociedade edificada no racismo e na exploração escravista que mantém em suas características este traço colonial.

Importante a reflexão, porque embora exista a recorrente afirmação de uma inexistência do racismo no Haiti o país como um todo sofre uma investida neocolonial, com bases racistas, no campo das chamadas relações internacionais, que partem do estigma da ingovernabilidade dos povos negros, da desumanização destes povos e da necessária intervenção colonial por parte de países imperialistas. Ou seja, no Haiti o racismo pode não ser evidente na sua dimensão de construtor de identidade individual e de marcador social, mas existe na sua dimensão de elemento político de definição das relações entre países, que acaba por vitimizar o povo haitiano.

As semelhanças históricas e as aproximações possíveis acerca das relações históricas entre o Brasil e o Haiti são questões que surgem nas narrativas migrantes presentes nas mônadas **“História do Haiti e do Brasil”**, **“O que sei do Brasil”**, **“Conhecer nossa história”** e **“Brasil não sabe nada de Haiti”**. A primeira questão que surge na grande parte das falas é a necessidade de os brasileiros terem conhecimento da história haitiana para desfazer olhares estigmatizados acerca do Haiti. Catherine em sua fala reforça que muitos dos brasileiros têm conhecimento sobre a pobreza e a situação de crise econômica e política do país, mas sequer sabem a localização geográfica dele. Ela aponta que a produção de conhecimento sobre o Haiti constrói pontes para uma convivência melhor, assim como para os haitianos também é importante saber da história do Brasil. Catherine traz uma comparação entre as histórias dos dois países, destacando a relação das resistências e lutas contra a escravidão e o domínio colonial e a luta por independência, evidenciando a Revolução Pernambucana como um evento que aproxima os dois países pelas influências que o movimento teve dos feitos recém acontecidos na ilha caribenha. Ainda tendo essa aproximação histórica, por nós já abordada, a estudante destaca que os resultados acabaram sendo distintos entre os países, e que a abolição da escravidão e a independência do Brasil acabou acontecendo apenas tempos depois, diferença essa que separa o primeiro país a abolir a escravidão nas Américas com o último a fazê-lo. A questão da importância do Haiti na luta antiescravista do Brasil também surge na mônada **“Brasil não sabe nada de Haiti”**. Falando sobre o Haiti ter sido um país que abriu as portas para que toda América Latina abolisse a escravidão, Jean-Pierre expõe que a história haitiana é importante de ser ensinada sobretudo em lugares como Santa Catarina e os Estados do sul, justamente pelo peso que a cultura e a história europeia possuem, que acaba diminuindo, ou até mesmo silenciando

experiências outras, principalmente negras, que foram muito relevantes em nossa história.

A importância de se conhecer a história haitiana, aparece nas mônadas “**Brasil não sabe nada de Haiti**” e “**Conhecer nossa história**”, tanto Jean-Pierre como Rony dialogam que a migração dos haitianos impõe a população brasileira que se conheça a história do Haiti. Para eles, se o Brasil souber melhor a história haitiana, vai poder ter uma melhor comunicação e troca cultural, melhor relação com o povo do Haiti e poder, nesta conexão, se reconhecer em uma história com muitas semelhanças, com um povo igualmente plural, que tem muito a contribuir com a luta antirracista e anticolonial a exemplo de seus feitos históricos que resultaram em sua independência.

Rony em “**Conhecer nossa história**” aponta que uma das justificativas para que se perpetue o silenciamento sobre a história haitiana é justamente a característica do Brasil ser um país racista, que não tem interesse em ensinar uma história que se contrapõe as ideias de subserviência dos negros aos brancos. Saber os feitos dos negros haitianos poderia, segundo o migrante, inspirar e libertar a mente da população negra do Brasil, assunto que não é de interesse da elite brasileira. Este relato nos mostra a compreensão que os haitianos possuem do potencial e da relevância histórica para os povos subalternizados de seu passado de luta antirracista e anticolonial, e nos evidencia que o caminho para uma educação que de fato possua o compromisso de minar essas duas formas de dominação precisa estar atenta a eventos como este, produzir a escuta destes sujeitos e contribuir para o fim da estigmatização do povo haitiano.

4. OFICINAS PARA ENSINAR HAITI

São muitos os caminhos e metodologias possíveis de serem utilizadas nas salas de aula para a promoção e mediação do ensino-aprendizagem. Neste sentido, buscamos práticas que fossem significativas aos estudantes, destacando a importância da convivência em sociedade e o estímulo à aprendizagem e às interações.

Para o estudo da diáspora e da migração haitiana utilizando a memória dos sujeitos migrantes como fontes, recorreu-se nessa pesquisa à construção de oficinas como proposição metodológica para o ensino da história do Haiti. Entendemos as oficinas como um planejamento de atividades pedagógicas, articuladas entre si, partindo do conhecimento prévio dos/das estudantes, para alcançar os objetivos de ensino-aprendizagem definidos pelo/a professor. Trouxemos as memórias migrantes para a estrutura das oficinas como um fio condutor e um ponto de partida. Escolhemos abordar a história haitiana e escolher os outros documentos e fontes para conduzir as atividades a partir da fala dos entrevistados, daquilo que mobilizaram em suas falas, das suas experiências e tecer, evidenciando estas memórias e os sujeitos, este conjunto de oficinas.

A partir da seleção destas memórias, propomos uma metodologia que se baseia em um trabalho pautado pelo trato e análise das fontes, compreendendo suas especificidades, no trato com diferentes recortes temporais e espaciais, permitindo aos estudantes compreender as relações sociais, relacionar as mudanças e permanências históricas e refletir sobre suas atitudes, ao questionar, investigar e entender-se enquanto sujeito histórico. O conceito de “aula-oficina” tem objetivos sistematicamente resumidos por Isabel Barca,

Levantar e trabalhar de forma diferenciada as ideias iniciais que os alunos manifestam tacitamente, tendo em atenção que estas ideias prévias podem ser mais vagas ou mais precisas, mais alternativas à ciência ou mais consistentes com esta.

Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença e não apenas um simples percorrer de conteúdo sem significado para os jovens.

Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das instrumentalizações em foco, que ultrapassem uma interpretação linear das

fontes ou a compreensão simplista de uma qualquer versão histórica sobre o passado.

Integrar as tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares ou individualmente, oralmente e por escrito.

Avaliar qualitativamente, em termos de progressão da aprendizagem, o nível conceitual dos alunos, em vários momentos da(s) aula(s). (BARCA, 2004, p.135)

Desta forma, o estudante, ocupa um papel de agente do seu próprio conhecimento, superando assim a “cultura do silêncio” e desenvolvendo a “pedagogia do diálogo” (FREIRE, 1987) e de uma consciência crítica.

Buscamos construir as oficinas estruturando-as por meio da seleção de uma série de documentos históricos. Buscamos uma variedade de tipos de fontes históricas e propomos questões orientadoras com o objetivo não somente de acumular conhecimento por meio da exposição dos conteúdos ou especular sobre o passado sem propósito, mas sim de produzir conhecimento e reflexão sobre as fontes. Dessa forma, buscamos desenvolver habilidades em indivíduos capazes de ler as fontes, interpretá-las, relacioná-las com a realidade e integrá-las às diferentes temporalidades e regionalidades. As questões orientadoras para análise das fontes estão dispostas com o objetivo de promover integração entre os estudantes, por meio da socialização das ideias. Quando propostas em atividades em grupo, visam promover a sistematização da aprendizagem dos estudantes, podendo ser acompanhadas de fichas e realizadas de forma individual ou até mesmo promovendo um diálogo mediado pelo professor, quando realizadas coletivamente por meio de leituras coletivas. Procuramos, portanto, dar ênfase dentro das oficinas a atividades que promovam a problematização, o debate e a construção coletiva do conhecimento.

Optamos por utilizar esta metodologia como uma forma de propor atividades com o tema da História Haitiana que orientem e inspirem os/as professores/as a pensarem estratégias, adaptem e desenvolvem propostas outras de acordo com os objetivos de aprendizagem que desejem alcançar. As oficinas produzidas por esta pesquisa são um conjunto de atividades estruturadas, articuladas e em torno da temática da História Haitiana e se dividem em três oficinas: 1) HAITI MIGRANTE 2) CONHECER HAITI e 3) CONEXÕES HISTÓRICAS BRASIL E HAITI. Elas foram desenvolvidas no tecer das memórias dos sujeitos migrantes por meio dos encontros realizados, e são de certa forma produto destes encontros, sendo esses sujeitos

coautores ao narrar e rememorar suas experiências. Importante ressaltar que diferente das mônadas que compõem o terceiro capítulo desta pesquisa, a transcrição das falas dos haitianos foi feita de uma forma mediada, para garantir que a leitura dos estudantes fosse mais fácil, sem muita interferência dos vícios de linguagem, repetições e pausas que são comuns na narração.

O objetivo das oficinas disponibilizadas no site Ensinar Haiti são apresentar as memórias, orientações e possibilidades de trabalho por meio delas e não uma prescrição da forma como o professor/a deve conduzir seu trabalho por entendê-lo como um ente autônomo, por objetivar estimular sua pesquisa, suas próprias elaborações e o desenvolvimento de práticas e estratégias outras, adaptáveis a cada realidade, criticando, elaborando e reelaborando este material. Por este motivo trazemos no início de cada aula, em todas as oficinas, a seção "Para o(a) professor(a)" que tem como objetivo servir como um espaço de interlocução, um guia para auxiliar o(a) professor(a) no processo de ensino e aprendizagem. Nela são apresentadas sugestões de como utilizar as diversas fontes, estratégias de ensino, atividades e leituras complementares e outras orientações pedagógicas que visam apoiar a realização das oficinas pelos(as) professores(as) em sala de aula.

Essa seção também contém pequenos resumos sobre os assuntos abordados, sobre metodologia utilizada e sugestões de ferramentas para a realização das oficinas. Em resumo, esta seção busca proporcionar subsídios para que o professor possa utilizar as oficinas, pensar outros caminhos e propostas, complementá-las.

Os materiais disponíveis em cada oficina (as narrativas, as fichas e atividades), foram produzidos com a intenção de sistematizar o aprendizado dos estudantes. Estes podem ser, portanto, adaptados para que façam sentido para cada realidade, etapas e contextos escolares. Acima de tudo objetivamos inspirar práticas pedagógicas insurgentes, críticas e decoloniais no sentido de construir diálogo, promover uma outra compreensão de mundo e pôr em prática ações pedagógicas antirracistas, valorizando saberes, experiências e narrativas negras nas aulas de História. Desse modo, a apresentação destas sequências didáticas é uma forma que encontramos de compartilhar tal possibilidade metodológica com os demais docentes interessados em utilizar estas fontes narrativas.

O público-alvo deste material são os professores de História, em especial dos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora também vejamos potencialidades com seu trabalho em turmas do Ensino Médio.

Compreendemos também a potência deste trabalho em consonância com a disciplina de Geografia e Sociologia numa relação interdisciplinar e transdisciplinar que possibilite a reflexão sobre o tema da migração e dos deslocamentos populacionais e seus desdobramentos, tratando tanto de questões econômicas, políticas, sociais e culturais dessas migrações, mas também de suas relações com os territórios, religiosidades, identidades, comunidades etc. Além das narrativas produzidas, buscamos relacioná-las com outros tipos de fontes históricas por entender que elas ampliam as possibilidades, ao mesmo tempo que ampliam o sentido da história enquanto disciplina escolar.

Quanto à escolha da forma de avaliação a ser utilizada, entendemos que nós docente refletimos constantemente em nossas práticas sobre os instrumentos mais eficazes e os aspectos de como, quando e o que avaliar. Nesta proposta pedagógica não achamos pertinente prescrever uma forma única de avaliação pois sabemos que essas questões são inerentes ao cotidiano dos docentes e, às vezes, podem se tornar preocupantes, e que não há respostas definitivas para elas.

No entanto, no conjunto destas oficinas, pela característica própria deste planejamento sequencial, propomos a prática de uma avaliação democrática e formativa, que entende que o objetivo principal não é medir ou atribuir notas ou conceitos, mas sim obter informações sobre a aprendizagem de cada estudante para ajudá-lo a progredir e aprender. Em sua essência, esta maneira de avaliar, de forma mais democrática, busca garantir que todos os alunos tenham voz e participação ativa no processo de avaliação, promovendo a equidade e a justiça na sala de aula.

Na aprendizagem histórica, a avaliação democrática se torna ainda mais importante, pois a disciplina lida com narrativas, visões e perspectivas diferentes sobre o passado, o que pode gerar debates e questionamentos por parte dos alunos. Nesse contexto, a avaliação democrática se torna uma ferramenta essencial para podermos atribuir novos significados aos saberes iniciais dos estudantes e acompanhar a produção e o desenvolvimento de seu aprendizado histórico.

Um aspecto fundamental da avaliação que propomos é a participação ativa dos alunos no processo. Isso significa que os estudantes devem ter voz na escolha dos métodos de avaliação, bem como nos critérios utilizados para avaliar seu desempenho. Além disso, os alunos devem ser incentivados a compartilhar suas opiniões e pontos de vista sobre a disciplina, de forma a enriquecer as discussões em sala de aula e fomentar um ambiente de aprendizagem aberto e inclusivo. Outro

aspecto importante é a garantia de uma diversidade de métodos de avaliação ao considerarmos que os alunos têm habilidades e perfis diferentes, e, portanto, é importante que a avaliação contemple diferentes formas de avaliar o aprendizado, como trabalhos em grupo, apresentações orais, provas escritas, entre outras. Dessa forma, os alunos terão mais oportunidades de mostrar seu aprendizado e serem avaliados de forma justa e equitativa.

Propomos, portanto, a construção de um material que acompanhe o desenvolvimento das oficinas. Este material pode ser feito como um costurar de registros feitos pelos estudantes, inspirados na proposta de um memorial de Martins (2020, p. 14), onde este objeto seja criado com o propósito de oferecer aos alunos a oportunidade de construir um registro autoral e individual sobre sua trajetória e experiências durante a realização das três oficinas. O Memorial pode ser apresentado de diversas formas, como texto, vídeo, contendo desenhos, registros, quadrinhos e atividades. O objetivo principal é demonstrar as aprendizagens adquiridas pelos alunos de maneira livre e criativa, ao mesmo tempo em que se exercita a abordagem crítica autoral e se aproxima os conteúdos disciplinares do contexto geral do aluno.

Para atingir esses objetivos, a elaboração do memorial deve seguir alguns elementos metodológicos, que Martins aponta e achamos pertinentes como:

- I) manifestação na primeira pessoa do singular;
- II) apresentação do aprendizado obtido;
- III) relação com temas contemporâneos gerais da sociedade e/ou específicos da vida dos alunos;
- IV) elaboração de uma análise crítica e propositiva;
- V) referências.” (MARTINS, 2020, p.14)

Em resumo, este material de avaliação da aprendizagem histórica pretende garantir um ambiente de aprendizagem justo, inclusivo e enriquecedor onde seja promovida a participação ativa dos alunos, valorizando suas opiniões e pontos de vista, e nos permita que todos tenham oportunidades iguais de demonstrar seu aprendizado.

Por fim, apresentamos estas oficinas e seus possíveis usos no *site*⁹ que compõe parte da dimensão propositiva desta pesquisa desenvolvida no âmbito do PROFHISTÓRIA. Buscamos por meio destas oficinas proporcionar novas narrativas e propostas didáticas para o ensino de História do Haiti que sirvam de alternativa

⁹ Link: <https://sites.google.com/view/ensinarhaiti>

diante dos limites da abordagem proposta pela BNCC e que tragam, por meio da narrativa dos próprios migrantes haitianos, uma proposta de ensino de história que promova a curiosidade, o respeito, reflexão e problematização, para além de dar visibilidade às suas histórias, permitindo também nos conectarmos com suas subjetividades. Por meio dessa abordagem, podemos desafiar narrativas dominantes e desconstruir preconceitos e estigmas enraizados, promovendo uma compreensão mais profunda e empática da diversidade humana. Tal abordagem pode ajudar a compreender essas histórias e vivências de outro olhar, oferecendo uma chave para avançar na superação do racismo e da xenofobia ao se construir uma proposta didática intercultural, insurgente, decolonial e antirracista.

4.1 CONSTRUÇÃO DO SITE COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO HAITI

O desenvolvimento de um site como produto e desdobramento da pesquisa objetiva proporcionar uma ferramenta que disponibilize as narrativas migrantes em propostas de oficinas a serem utilizadas tanto em sala de aula pelos professores quanto pelo público em geral.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) cada vez mais promovem mudanças e reformulam a relação entre alunos e professores quando utilizadas nas práticas educacionais. Diante das exigências de um mundo cada vez mais globalizado, o uso de TICs como ferramentas no processo de ensino-aprendizagem começa a ganhar cada vez mais importância, constituindo-se em um meio que proporciona importantes possibilidades pedagógicas. É um meio que permite a interdisciplinaridade, oferece caminhos para uma educação global, estimula e põe em prática a pesquisa, possibilitando experiências de aprendizagem, acessando os mais variados recursos didáticos.

Ao pensar na divulgação das entrevistas na história oral, a professora Verena Alberti enfatiza que "a vantagem das TICs está, justamente, no fato de tornarem possível disponibilizar um grande volume de documentos, em diferentes formatos, como textos, filmes, arquivos de áudio e imagens - possibilidade que um livro impresso não comporta" (ALBERTI, 2013, p. 66). Portanto, nosso objetivo é construir um site

que caminhe junto à pesquisa, que não incluía apenas as narrativas dos migrantes, mas também outras fontes e documentos que sirvam de orientação, inspiração e formação para professores pensarem em iniciativas pedagógicas.

Atualmente, podemos encontrar na rede um extenso número de websites com finalidades educacionais que exploram os mais variados recursos disponíveis. No entanto, ainda é ausente o debate metodológico específico para o desenvolvimento de websites com a finalidade de reunir conteúdo educacional. Essa ausência metodológica foi verificada nos estudos de Kafait et al. (1996) apud Maltempi (2000), onde inclusive o autor aponta os perigos da falta dessa elaboração, causando simplicidade e subaproveitamento do uso da internet e dos websites educacionais, resultando em um campo pouco fértil e, por vezes, improdutivo para as práticas educacionais.

Até pouco tempo atrás, era difícil propor a criação e manutenção de sites na Internet para o ensino. No entanto, hoje em dia existem uma série de ferramentas pré-elaboradas, como os Blogs, os Wikis e o Google Sites, que permitem a criação e o uso de sites com finalidade educacional. Essa facilidade deve-se principalmente ao fato de que as plataformas para a criação destas ferramentas se tornaram intuitivas, permitindo a inserção rápida e publicação de todo tipo de mídia, como texto, imagem, vídeos, gráficos e animações, além de hospedar os conteúdos.

O *Google Sites*, plataforma que utilizamos para compartilhar as oficinas produzidas por essa pesquisa, pertence à companhia *Google Inc.* e hoje é uma ferramenta que oferece à educação a possibilidade de elaboração e desenvolvimento de materiais educacionais em formatos de websites.

O *Google Sites* surgiu para substituir a ferramenta *Google PageCreator*, que também tinha como objetivo a construção de sites na Internet, trazendo maior facilidade de edição, definição de diferentes tipos de layouts, estruturas, menus, comentários e interatividade com as demais ferramentas do Google. Embora possua essas características, que possibilitam a divulgação, armazenamento e diálogo sobre os resultados da pesquisa, não podemos ignorar que essa é uma plataforma privada, que possui controle sobre o acesso, os dados e os materiais divulgados. Nesse sentido, parece importante reforçar a necessidade de implementação de uma política de tecnologias da informação para as Instituições Públicas de Ensino, a fim de possibilitar a divulgação de pesquisas e seus produtos/resultados em plataformas seguras, públicas e gratuitas.

O site possui o nome de "ENSINAR HAITI" e conta com abas e sessões para a organização dos conteúdos. Na página inicial, encontramos um texto resumo sobre a pesquisa e sua dimensão propositiva. No topo do site, é possível acessar a aba "OFICINAS PARA ENSINAR HAITI", que, ao colocarmos o cursor sobre ela, abre outra aba com as três oficinas pedagógicas disponíveis: "HAITI MIGRANTE", "CONHECER HAITI" e "CONEXÕES BRASIL - HAITI". Nessas oficinas, as narrativas conduzem os percursos didáticos disponíveis, para que os professores possam utilizar e adaptar as propostas à sua realidade escolar.

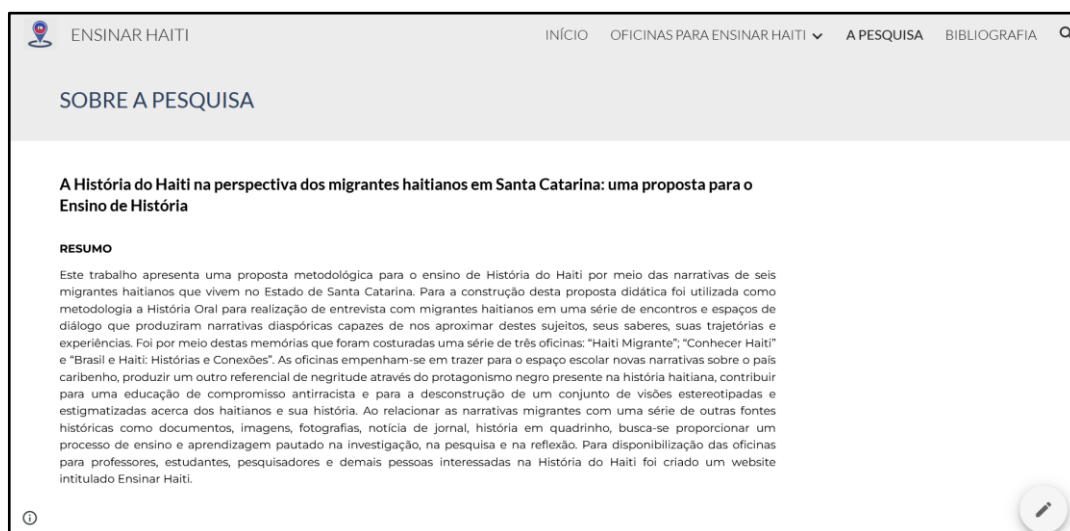
Figura 1: Página inicial do [site](#)



Figura 2: Oficina 1 “Memória Migrante”



Figura 3: Página sobre a pesquisa



Também disponibilizamos no site, para além das oficinas e de um link para acessar a pesquisa integral, uma página que centraliza diversas fontes e documentos, bibliografia e toda sorte de conteúdos relevantes para o ensino de história do Haiti na aba “BIBLIOGRAFIA”.

O material disponível no site não se pretende ser prescritivo, mas sobretudo uma proposta que pode ser adaptada, que objetiva trazer reflexões, fontes históricas e materiais para ensinar sobre Haiti. Entendemos ser possível que por meio destas oficinas, costuradas e tecidas por estas memórias, possamos contribuir para a desconstrução de estereótipos, indo além das descrições simplistas hegemônicas neocoloniais, imperialistas e racistas que frequentemente encontramos nos relatos literários e históricos acerca do Haiti.

Partimos também do objetivo de promover aulas de História que permitam aos estudantes serem protagonistas de seu próprio aprendizado, construindo conhecimento histórico e se tornando sujeitos históricos conscientes, capazes de pensar e repensar suas ações no mundo, desenvolver empatia pelo outro.

Ao dispor as oficinas neste site, pretendemos que um número maior de professores(as) possa ter acesso de forma mais facilitada, que possam compartilhar este trabalho com outros professores, além de permitir a reunião de outros tipos de fontes históricas e parte da bibliografia utilizada neste trabalho, a fim de inspirar outras práticas de ensino sobre a história do Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Haiti há bastante tempo é tema de meu interesse, acompanhando-me na graduação e sendo tema de minha pesquisa de conclusão do curso de História. Sabemos que todo(a) professor(a) tem suas paixões, temas que lhe tocam de formas especiais e únicas, e para mim, este tema era a história da Revolução Haitiana. Me chamavam atenção os aspectos históricos, sociais, raciais e políticos deste acontecimento que tornam este evento singular. Como professora de História, fui me apaixonando por ensinar por meio da análise das fontes históricas, das narrativas dos sujeitos históricos e dos diferentes usos da memória. Nos anos iniciais da minha prática docente, deparei-me com uma enorme dificuldade em encontrar fontes e materiais para construir aulas sobre este tema. Quando encontrava documentos sobre a história haitiana era comum estarem atravessados de estereótipos e estigmas sobre o país caribenho. O interesse em pesquisar e construir caminhos para o ensino de história do Haiti partiu da constatação de que para construir uma pedagogia que valorize a diversidade étnico-racial e as diferentes identidades presentes na sociedade seria necessário reconhecer e dar espaço para as agências dos grupos sociais subalternizados, rompendo com estereótipos e marginalizações produzidas pelas visões externas.

Como professores e pesquisadores no campo do Ensino de História, devemos ter como objetivo a construção de uma abordagem didática que valorize as memórias contra hegemônicas, especialmente as memórias dos grupos subalternizados. Esses grupos, como mencionado por Boaventura Souza Santos, muitas vezes são marginalizados além da chamada "linha abissal" e são erroneamente vistos como povos e grupos sem história e memória (SANTOS, 2010).

No campo do Ensino de História ainda há uma tendência de privilegiar a representação e narrativa dos grupos sociais que historicamente detêm poder e privilégios, como a elite política, econômica e cultural que frequentemente ocupam um espaço central nos currículos, sendo retratados como protagonistas e influenciadores principais nos eventos históricos.

Por outro lado, grupos sociais marginalizados e subalternizados, como populações negras, indígenas, migrantes, mulheres, LGBTQ+, trabalhadores rurais e movimentos populares, tendem a ser menos representados ou apresentados de forma

estereotipada e simplificada nos currículos. Suas vozes, experiências e contribuições são negligenciadas ou subordinadas às narrativas dominantes.

Essa visão externa, influenciada por estruturas de poder e preconceitos históricos, contribui para a reprodução de desigualdades e a perpetuação de estereótipos, invisibilizando as lutas e conquistas desses sujeitos. A falta de representatividade e reconhecimento de suas agências históricas dificulta o desenvolvimento de uma visão mais completa e inclusiva da História.

Dessa forma, o que propomos nesta pesquisa é uma prática de ensino de História fundamentada em uma pedagogia crítica que busca aprofundar experiências capazes de proporcionar espaços para a diversidade de sujeitos, rompendo com a homogeneização, hierarquia de saberes e padronização nas formas de ensinar, pensar e aprender.

A inclusão de narrativas emancipatórias nos currículos e práticas escolares foi algo que se demonstrou possível ao longo desta pesquisa ao produzir narrativas por meio das memórias dos haitianos migrantes que foram essenciais para a formulação das oficinas. O uso destas memórias teve como um de seus objetivos abordar a história haitiana por meio da voz e das memórias de seus sujeitos e suas representações de si, rompendo com os estigmas e visões externas estereotipadas. É urgente repensar e fomentar outros trabalhos que valorizem as narrativas históricas no Ensino de História que evidenciem a voz e agência aos grupos sociais subalternizados. A valorização das vozes, memórias e trajetórias dos sujeitos haitianos se propõe caminho para ampliar a perspectiva dos estudantes sobre a história e cultura negra, contribuindo para um ensino de compromisso com a valorização da diversidade e das diferenças e da promoção da empatia e da alteridade.

Foram muitos os trajetos pensados para abordar a história haitiana em aulas de História, mas ao refletir sobre viver em um dos principais destinos dos migrantes haitianos (Santa Catarina), ter conhecidos, alunos e vizinhos haitianos cheguei à conclusão de que não poderia compor essa proposta pedagógica sem eles. Foi possível, fruto deste trabalho de pesquisa a produção desses materiais não apenas sobre o Haiti, mas com os haitianos, a partir de suas experiências e vivências que possibilitaram a construção de oficinas para o ensino de História do Haiti.

O Haiti é o primeiro país da América Latina a conquistar a independência, em uma luta liderada pelos negros escravizados contra o sistema colonial francês. Essa

história é um exemplo de resistência e luta contra a opressão que pode ser utilizada como referência no combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Por estes motivos, o ensino da história haitiana é tema fundamental para o Ensino das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para uma educação de compromisso antirracista, uma vez que permite abordar questões importantes como a luta contra a escravidão, a afirmação da identidade negra e a resistência contra o racismo e a opressão.

Além disso, o ensino da história haitiana pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos em relação à população negra, tanto no Haiti como no Brasil. Infelizmente, existem diversos estigmas e preconceitos contra os haitianos no Brasil e alguns dos estereótipos mais comuns incluem a associação dos haitianos a situações de pobreza extrema e violência em seu país de origem, a crença de que todos os haitianos são migrantes ilegais, mesmo quando possuem documentação regularizada, a consideração de que os haitianos são incapazes de se integrar na sociedade brasileira ou de aprender a língua portuguesa e que representam uma ameaça à segurança ou a economia local. Esses estigmas e preconceitos não refletem a realidade dos haitianos que vivem no Brasil e é urgente o combate a essas ideias errôneas e a valorização da contribuição dos migrantes haitianos para a sociedade brasileira.

Com o objetivo de produzir novas narrativas acerca do Haiti, do seu povo e sua história esta pesquisa entrevistou cinco migrantes haitianos, residentes do Estado de Santa Catarina produzindo, a partir e por meio destas memórias uma proposta pedagógica, que rompe com narrativas estigmatizadas e colonizadas acerca do país caribenho, para que os(as) professores(as) possam se inspirar e ensinar sobre o Haiti

Ao realizar as entrevistas o primeiro movimento foi entender que não estava, como pesquisadora, dando voz aos haitianos. Estava sobretudo dando ouvidos, pois a voz é algo que eles já possuem, que ecoa inclusive com muito orgulho seu passado, as memórias ancestrais e suas raízes diaspóricas. Estava escutando migrantes os(as) haitianos(as) nos espaços de diálogo que pude construir e, por meio dessa escuta, transformando suas vivências, experiências e memórias em fontes históricas que pudessem ecoar essas vozes nas aulas de história.

Produzir uma proposta pedagógica para o Ensino de História do Haiti por meio destas memórias negras e diaspóricas tinha como objetivo possibilitar uma abordagem mais abrangente e diversa das narrativas históricas, visto que as memórias negras, muitas vezes, foram apagadas ou negligenciadas na história oficial,

costumeiramente dominada por perspectivas eurocêntricas e colonialistas. Ao produzir uma proposta que tem como fontes históricas centrais para a produção de conhecimento histórico estas memórias negras, possibilitamos o questionamento dos padrões de silenciamento e exclusão, ampliando a compreensão dos processos históricos e das relações étnico-raciais em suas complexidades e contradições.

A metodologia da história oral foi escolhida para que vozes dos migrantes haitianos fossem ouvidas e valorizadas, permitindo que as experiências e perspectivas desses sujeitos fossem incluídas na narrativa histórica. Como afirma Verena Alberti (2013), o uso deste método torna-se especialmente importante quando se trata de grupos historicamente marginalizados, cujas histórias muitas vezes são negligenciadas ou ignoradas pelos relatos oficiais.

Além disso, especificamente para o ensino de História, a história oral pode fornecer um contexto humano e pessoal para eventos históricos, ajudando a engajar os alunos e tornar a aprendizagem mais significativa. Isso é particularmente importante quando se trata de temas como a história do Haiti, que pode parecer distante ou abstrata para muitos estudantes.

Foram entrevistados cinco haitianos, duas mulheres e três homens. Os encontros foram espaços particularmente especiais, que me afetaram e que de certa forma me nutriam de vontade de produzir e finalizar esta pesquisa. Os haitianos que encontrei e escutei foram todos muito receptivos e simpáticos. Por meio das entrevistas foi possível captar narrativas e memórias pessoais dos haitianos que revelavam aspectos da experiência humana que os dados numéricos e documentos oficiais muitas vezes não conseguem abordar. Foi possível acessar memórias sobre o terremoto ocorrido no país em 2010, por meio de pessoas que experienciaram o evento e o narraram. Entre os muitos temas abordados os haitianos narraram também sua experiência de migração e suas diferentes motivações. Estas experiências individuais permitem uma maior compreensão sobre as consequências da migração, as razões pelas quais as pessoas deixam seus países de origem, como a busca por melhores oportunidades econômicas, fugir de conflitos ou para fins de estudos.

Podemos, entre as memórias produzidas, destacar dois elementos trazidos pelos haitianos que possibilitam novos questionamentos e se mostram potentes para futuras pesquisas, em especial no campo do Ensino de História. O primeiro é a agência das mulheres haitianas na história da revolução haitiana, tema que apareceu com bastante destaque nas memórias trazidas pelos haitianos, em especial pelas

migrantes mulheres. As narrativas trazidas demonstram que as mulheres participaram ativamente nas batalhas e conflitos da Revolução Haitiana, tanto como combatentes quanto como enfermeiras, fornecendo assistência médica e apoio aos soldados. Mulheres como Marie-Claire e Sanité-Bélaïr foram lembradas pelas migrantes por desempenharem papéis relevantes e de liderança durante a revolução. O segundo é a forma como os migrantes relatam a experiência com o racismo no Brasil e no Haiti. Por meio das memórias migrantes foi possível notar a existência de uma narrativa que aponta diferenças importantes entre as experiências raciais nos dois países.

O racismo é uma questão complexa e presente em diferentes sociedades ao redor do mundo, incluindo o Brasil e o Haiti. Embora ambos os países enfrentem desafios relacionados a identidade racial e ao racismo, existem diferenças significativas em termos de contexto histórico, estrutura social e experiências específicas. No Brasil, o racismo está profundamente enraizado na história do país, que foi marcada por séculos de escravidão e exploração dos povos africanos e indígenas. A sociedade brasileira é caracterizada por uma diversidade étnica e racial significativa, no entanto, a desigualdade racial persiste, e as pessoas negras enfrentam discriminação sistemática em várias áreas, como acesso à educação, emprego, saúde e justiça, que vai refletir num racismo estrutural.

No caso do Haiti, o racismo também tem suas raízes históricas na época da escravidão, quando o país era uma colônia francesa. No entanto, o país enfrentou instabilidade política, violência e pobreza ao longo de sua história que aprofunda as questões raciais pelo impacto do colonialismo e da exploração externa. Apesar de haver uma afirmação recorrente sobre a inexistência do racismo no Haiti, feita até mesmo pelos haitianos, o país como um todo sofre com uma investida neocolonial enraizada em bases racistas no âmbito das relações internacionais. Essas bases partem do estigma da ingovernabilidade atribuída aos povos negros, da desumanização dessas populações e da suposta necessidade de intervenção colonial por parte de países imperialistas. Em outras palavras, embora o racismo no Haiti possa não ser facilmente percebido na sua dimensão de construtor da identidade individual e marcador social, ele se manifesta no contexto político como um elemento que define as relações entre países e, conseqüentemente, acaba por vitimar o povo haitiano. Esta questão possibilita várias discussões e diferentes caminhos pedagógicos para buscarmos compreender o racismo como estrutura e demonstra

que podemos aprender com os haitianos para além da História do Haiti, permitindo-nos refletir e aprender com eles até mesmo sobre a história racial brasileira.

As narrativas migrantes nos afetam, permitem novos questionamentos e desafiam estereótipos e preconceitos existentes na sociedade em relação a certos grupos étnicos e culturais. Ao ouvir suas narrativas, os alunos têm a oportunidade de desconstruir visões simplistas e compreender a diversidade de experiências e trajetórias que os migrantes enfrentam, isso permite que os alunos compreendam melhor as complexidades e impactos da migração em nível individual e global. As narrativas históricas migrantes produzidas são compostas por uma variedade de perspectivas, refletindo diferentes marcadores sociais, como gênero, idade e classe social. Essa diversidade de experiências individuais possibilita abordagens diversas e únicas. As entrevistas realizadas revelaram-se um meio rico para a produção dessas narrativas históricas migrantes, permitindo que os próprios sujeitos compartilhem suas perspectivas a partir das experiências vividas durante o processo de migração.

Nos espaços de diálogo separamos três eixos de perguntas que depois seriam organizados neste texto por meio da construção das Mônadas Migrantes. As mônadas surgiram das narrativas organizadas a partir dos encontros com os migrantes, tendo o papel de criar pontos de inflexão e coesão entre o que foi narrado pelos diferentes sujeitos. Receberam seus títulos a partir de passagens marcantes ou frases que sintetizam os eixos e o conteúdo de suas narrações. Ao analisarmos e sistematizarmos as mônadas, ao final de cada eixo, buscamos compreender aquilo que elas convergem com as narrativas de seus pares, evidenciar elementos narrados, os silêncios e recorrências e aquilo que possuem de singularidade, respeitando a voz e a experiência vivida de cada sujeito narrador. Com isso, costumamos um conjunto de memórias e experiências, visando nos aproximar daquilo que é experienciado pelos haitianos em diáspora.

As mônadas foram estruturadas em conformidade com os eixos propostos na pesquisa, os quais foram expostos previamente. Com isso, construímos uma tessitura do texto que entrelaça as diversas narrativas. Esses três eixos, por sua vez, se desdobram nas três oficinas propostas, que fazem parte da dimensão propositiva desta pesquisa. Estas foram elaboradas para os professores de História, incentivando-os a trabalhar com fontes históricas, análise das narrativas e das diferentes formas de registro histórico, desenvolvendo a competência de análise das fontes para a produção do conhecimento histórico e a pesquisa.

As três oficinas (Haiti Migrante, Conhecer Haiti e Haiti e Brasil: Conexões Históricas) encontram-se publicadas em um site na internet chamado “Ensinar Haiti¹⁰”, onde os professores podem acessá-las e adaptá-las à sua realidade e à condição de cada local de ensino. Essa proposta pretende servir como fonte de inspiração para aqueles que buscam novas abordagens no ensino de História e pode ser adaptada, recriada e repensada para atender às necessidades dos professores em suas escolas, bairros e cidades. O objetivo principal é promover aulas de História que permitam aos estudantes serem protagonistas de seu próprio aprendizado, construindo conhecimento histórico e se tornando sujeitos históricos conscientes, capazes de pensar e repensar suas ações no mundo e desenvolver empatia pelo outro. Dispor as oficinas em um site tem como objetivo de que um número maior de professores possa ter acesso de forma mais facilitada, além de poder reunir outros tipos de fontes e até mesmo parte da bibliografia sobre história do Haiti utilizada neste trabalho.

É possível perceber que nos últimos dez anos tem havido um aumento significativo nos estudos relacionados ao Haiti e ao Caribe no Brasil, incluindo pesquisas acadêmicas, debates teóricos, produções literárias, entre outros. Esse aumento de interesse pelo Haiti e sua história é resultado da chegada de uma população haitiana no Brasil desde 2010, trazendo consigo não apenas sua presença física, mas também sua cultura, identidade e conhecimento de seu país. Tanto os brasileiros, quanto os haitianos, têm contribuído para o aumento da produção de estudos e informações sobre o Haiti, permitindo um acesso mais direto à narrativa dos próprios haitianos sobre sua história.

Esta sequência de oficinas, com o tema da História do Haiti contribui para esse movimento no campo do Ensino de História ao construir novas narrativas sobre o Haiti por meio das memórias dos migrantes haitianos em Santa Catarina. Acredito que a dimensão propositiva desta pesquisa oferece muitas possibilidades para um ensino de história que valorize as memórias e experiências dos sujeitos, evidenciando-os como produtores de narrativas históricas significativas.

Este material não se pretende ser prescritivo, mas sim uma proposta que pode ser adaptada, objetivando trazer reflexões, fontes históricas e materiais para ensinar sobre o Haiti. Através dessas oficinas costuradas e tecidas por essas memórias, é possível contribuir para a desconstrução de estereótipos, indo além das descrições

¹⁰ Link do site “Ensinar Haiti” <<https://sites.google.com/view/ensinarhaiti>>

simplistas hegemônicas neocoloniais, imperialistas e racistas frequentemente encontradas nos relatos literários e históricos sobre o Haiti. Partimos também do objetivo de promover aulas de História que permitam aos estudantes serem protagonistas de seu próprio aprendizado, construindo conhecimento histórico e se tornando sujeitos históricos conscientes, capazes de pensar e repensar suas ações no mundo e desenvolver empatia pelo outro.

As oficinas estão disponíveis no site “ENSINAR HAITI”, ferramenta esta que permite que um número maior de professores(as) possa ter acesso de forma mais facilitada, além de reunir outros tipos de fontes históricas e parte da bibliografia sobre a história do Haiti utilizada neste trabalho. Convido-o(a) a contribuir com esta proposta, a refletir e utilizá-la para ensinar sobre o Haiti, valorizando as vozes, memórias e trajetórias dos sujeitos haitianos.

Por fim, é importante ressaltar que essa pesquisa foi realizada em grande parte na conjuntura da pandemia de COVID-19. Como professora-pesquisadora, tudo parecia muito difícil de realizar. Ensinar e pesquisar durante a pandemia exigiu muitos esforços para nos adaptarmos às condições do trabalho remoto, cuidarmos do outro e da saúde física e emocional, além de muita paciência. Apesar das adversidades, acredito que me tornei uma profissional mais consciente e comprometida com o Ensino de História, em especial com um ensino que se proponha decolonial, que valorize os saberes e sujeitos outros, que proponha o diálogo e a escuta das experiências e vivências subalternizadas, e neste caso, memórias negras, diaspóricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda N. **O Perigo de uma História Única**. Tradução Julia Romeu. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Haiti: dois séculos de história**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

ANTONI, Edson. História da América Latina: diálogos possíveis entre a sociologia das ausências e os livros didáticos de História. *Intellectus*, v. 20, n. 1, 2021. p. 74-91.

AUDEBERT, C. **La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projecto à avaliação**. In BARCA, Isabel (Org.), Para uma Educação Histórica de Qualidade. Atas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIEd, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BASCH, Linda G.; BASCH, Szanton Blanc Linda. Nina Glick SCHILLER a Cristina SZANTON BLANC. **Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states**, 1994.

BASTOS ROCHA, Helenice Aparecida; DE SOUZA MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BERNARDES, Bruna Ramos. **Diálogos entre o ensino de história da África e as orientações para a área de História presentes na Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020.

BERNARDES, Dênis Antônio de Mendonça. **“Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX”**. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org). São Paulo: Alameda, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília, 2004.

BULL, Vanessa Nicoceli. **O estudo da migração no ensino fundamental: humanizando sujeitos e saberes**. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

CADINI, Vera Lúcia Sanson et al. **Políticas de educação no Brasil: desafios e possibilidades educacionais das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas, 2008.

CASTOR, Suzy. **La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias, 1915-1934**. Santo Domingo: Fundación Juan Bosch, 2016. 291 p. Disponível em: <<http://www.juanbosch.org/image/data/biblioteca/La%20ocupaci%C3%B3n%20norteamericana%20de%20Hait%C3%AD...pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CATHERINE. **Entrevista IV**. [ago. 2022]. Entrevistadora: Paula Vieira Parreiras Gomes. Florianópolis, 2022. Arquivo4.mp4 (92 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e faz parte de acervo pessoal da autora.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACÊDO, M; PEREDA, L. **Imigração e Refúgio no Brasil**. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF, 2019.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 208-224, jun. 2016. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/70/art11_70.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, 1988.

CHÉRY, Clarens. In: BETONI, Camila. **Antropologia | Convidado: Clarens Chery.** (1h55m58s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=my4h635WKdl>. Acesso em 05 nov. 2020.

COHEN, Robin. **Diasporas, the nation-state, and globalisation.** Global history and migrations, 1997. pp. 117-43.

CRUZ, Luciana. **Em busca da identidade afro-brasileira na escola: sobre lei e as práticas.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Uneb, Salvador/BA, 2010.

DA CONCEIÇÃO, Juliana Pirola; ZAMBONI, Ernesta. A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina. **Práxis Educativa**, v. 8, n. 2, 2013. pp. 419-441.

DA SILVA JÚNIOR, Elton Luis; DE CARVALHO FARIAS, Silviane. Relações étnico-raciais e ensino de história no Brasil: o negro no saber historiográfico e saber histórico escolar. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 3, 202. pp. 189-203.

DE ANDRADE, Andreia Rodrigues. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 11, n. 1, 2020. p. 246-260.

DE MORAES, Isaias Albertin. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, 2013. p. 95-114.

DEROSE, Ansy; DEROSE, Yole. **Chanson Pour Haiti.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zFHL8_Lm2aY. Acesso em 05 ago. 2021.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, 2002. p. 563-600.

ESTEVEZ, Jorge Baracutei. **Conheça os “sobreviventes” de um genocídio que nunca existiu.** 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/10/sobreviventes-genocidio-no-papel-indigena-caribe-tainos-extintos-dna>. Acesso em: 15 ago. 2021.

EUGENIO, Jonas Camargo. **Travessias: encontros com migrantes e ensino de questões sensíveis.** São Paulo: Annablume, 2018.

FERREIRA, Alessandro Paz. **Por um lugar ao sol nascente: discursos e representações sobre o japonês como imigrante indesejável no Brasil (1908-1945).** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Ângela Ribeiro et al. **BNCC de História nos Estados.** Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do oprimido.** rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 95-101.

FREITAS, Soraya Matos de; LIMA, Susanna Fernandes. **A quem interessa (ensinar sobre) o Haiti?** Disponível em: <[http://www.xperspectivas.com.br/resources/anais/8/1528390763_ARQUIVO_AQUE_MINTERESSAOHAITI-27.5.18\(1\).pdf](http://www.xperspectivas.com.br/resources/anais/8/1528390763_ARQUIVO_AQUE_MINTERESSAOHAITI-27.5.18(1).pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin**. Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, v. 2, 2002. p. 49-68.

_____. Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 28, 2008. p.15-32.

_____. Escola e conhecimento de História e geografia: uma disciplina acadêmica e a educação das sensibilidades. **Antítese**, v. 6, n. 12, jul/dez. 2013.

GOMES, Flávio. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. **Revista Tempo**, n. 13, 2012. p. 209-246

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, v.29, n. 47. Curitiba, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **"A categoria político-cultural de amefricanidade"**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**. In: História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África, v.1. Brasília: Unesco, 2010. p. 167-212.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. Horizontes Antropológicos, v. 21, 2015. p. 51-78.

_____. **A bandeira haitiana: a negritude se hasteou diante do mundo**. MigraMundo, 2021. Disponível em: <<https://migramundo.com/a-bandeira-haitiana-a-negritude-se-hasteou-diante-do-mundo/>>. Acesso em: 03, nov. 2022

_____. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Revista De Estudos Sobre Migrações**, 1(1), 7-26. Recuperado de http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866 Universidade de Brasília, 2018.

_____. **Diáspora - As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

JEAN-PIERRE. **Entrevista II**. [jul. 2022]. Entrevistadora: Paula Vieira Parreiras Gomes. Florianópolis, 2022. Arquivo2.mp4 (48 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e faz parte de acervo pessoal da autora.

JOSELIN. **Entrevista V**. [ago. 2022]. Entrevistadora: Paula Vieira Parreiras Gomes. Florianópolis, 2022. Arquivo5.mp4 (77 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e faz parte de acervo pessoal da autora.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, 1999.

LIMA, Elvira de Souza. **Currículo e desenvolvimento humano**. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006. p.11-47.

LIMA, Mônica. **"A África na sala de aula"**. In: Nossa História nº4. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p.84-87.

MAESTRELLI, Rodrigo. **Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti: avanços e desafios**. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, v. 1, n. 1, p. 1-78, 2010. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/rodrigo%20maestrelli.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. **Revista Geografias**, 2017, p. 100-111.

MALTEMPI, Marcus Vinicius et al. **Construção de páginas Web: depuração e especificação de um ambiente de aprendizagem**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, Brasil, 2000.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos no Brasil: do ingresso pela Amazônia à inserção precarizada. **Argumentum**, v. 8, n. 3, 2016. p. 78-90.

MARTINS, Davi Silvestre Fernandes. **A lei 10.639, o cotidiano escolar e as relações étnico-raciais: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à didática da História**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, 2020.

MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, 2008. pp. 5-20.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. Jundiaí: Paco, 2017.

MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. A Escravatura: o Propósito de uma Representação a El-Rei sobre a Escravatura no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 14, 1973. p. 127-136.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Londres, Abraham Kindon & Co. 1883.

OLIVEIRA, Fernanda. **Vozes da docência: o desafio da implementação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na prática pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, 2010. p. 15-40.

PACINI, Henrique Ferreira. Lobo em pele de cordeiro: novas roupagens e velhas atitudes no ensino de História proposto pela BNCC. **História & Ensino**, v. 23, n. 1, 2017. p. 113-138.

PAIM, Elison Antônio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Diálogos possíveis entre produzir, ensinar e aprender histórias decoloniais. In: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira. (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. V2 .São Leopoldo, RS: Editora Oikos Ltda., v. 1, 2021. p. 28-43.

PARENTE, Carolina. **Moise, congolês espancado e morto no Rio: o que se sabe sobre caso até hoje**. O Povo, 01 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2022/02/01/moise-congoles-espancado-e-morto-no-rio-o-que-se-sabe-sobre-caso-ate-hoje.html>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022

PHILLIPS, Anthony. **Haiti, France and the Independence Debt of 1825**. Canada Haiti Action Network, 2008. Disponível em: <https://canada-haiti.ca/sites/default/files/Haiti,%20France%20and%20the%20Independence%20Debt%20of%201825_0.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PIERRE CHARLES, Gérard. La economía agraires y sua via de desarrollo. Haiti: a crise ininterrupta (1930-1975). In: CASANOVA, Pablo C. (org). **América latina: história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, n. 14, 1997. p.7-18.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana**, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

CAVALCANTI, Leonardo et al. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 468-472.

REIS, João José. “**Nos achamos em campo a tratar da liberdade**”: a resistência escrava no Brasil oitocentista. Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora do Senac, 2000. p. 241-263.

REINHARDT, Thomas. **200 Years of forgetting**: Hushing up the Haitian revolution. *Journal of Black Studies*, v. 35, n. 4. 2005. p. 246-261.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a Participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58. 2002.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain Francois [et al.]. Campinas/ SP: Editora Unicamp, 2007

RONY. **Entrevista III**. [ago. 2022]. Entrevistadora: Paula Vieira Parreiras Gomes. Florianópolis, 2022. Arquivo3.mp4 (47 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e faz parte de acervo pessoal da autora.

ROSA, Maria Inês Petrucci et al. Uma outra compreensão de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, 2011. p. 198-217.

ROSE. **Entrevista I**. [jul. 2022]. Entrevistadora: Paula Vieira Parreiras Gomes. Florianópolis, 2022. Arquivo1.mp4 (47 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e faz parte de acervo pessoal da autora.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo e diversidade cultural**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

SAFRAN, William. **Diasporas in modern societies**: Myths of homeland and return. *Diaspora: A journal of transnational studies*, v. 1, n. 1, 1991. p. 83-99.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria B. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SAINT-CYR, Jean Franck. **El sentido de la fiesta en el contexto de la identidad cultural haitiana**. Fiestas y rituales, 2009.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria B. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Práticas Docentes).

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. De S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos T. **Haiti: Fenomenologia da barbárie**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à didática da história**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). Jogo, história e ensino. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-45.

SCHNAPPER, Dominique; COSTA-LASCOUX, Jacqueline; HILY, Marie-Antoinette. De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 17, n. 2, 2001. p. 9-36.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SEYFERTH, Giralda. **A Estratégia do Branqueamento**. *Ciência Hoje*, vol. 5, nº25, jul./ago., 1986. pp. 54-56.

_____. **“Os Paradoxos da Miscigenação: Observações sobre o Tema Imigração e Raça no Brasil”**. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20, 1991. p. 165-185.

SILVA, Gizelda Costa da; GUIMARÃES, Selva. **Aprender a ensinar história e cultura afro-brasileira antes e depois da lei 10.639/2003**. In: CEREZER, Osvaldo Mariotto; MENDES, Luís César Castrillon; RIBEIRO, Renilson Rosa (org.). *Diversidade étnico-racial e as tramas da escrita: historiografia, memória e ensino de história afro-brasileira na contemporaneidade*. Curitiba: Appris, 2020. p. 143-159.

SILVA, Luiz Geraldo. El impacto de la revolución de Saint-Domingue y los afrodescendientes libres de Brasil: Esclavitud, libertad, configuración social y perspectiva atlántica (1780-1825). **História**, v. 49, n. 1, 2016. p. 209-233.

SILVA, Marilena. (Org.); Gomes, Uene José (Org.). **África, Afrodescendência e Educação**. 01. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2009. v. 01.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora IFMG, 2012.

TROUILLLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: Power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

VALENTIM, Rute Martins. **O ensino da História da África e a atualidade da questão na escola: entre a existência da Lei nº 10.639/03 e o fazer pedagógico do educador**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2007.

WALSH, C. Interculturalidade **Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver**. In V. M. Candau (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

APÊNDICE A



Byenveni, pwofesè!
Bem vindo(a), professor(a)!

O objetivo deste site é disponibilizar a proposta metodológica "Ensinar Haiti", que tem como finalidade contribuir para o ensino da história do Haiti e dos haitianos e haitianas. Essa proposta faz parte da dissertação de mestrado intitulada **"A História do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História"**, realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Neste site, você encontrará uma sequência de três oficinas conduzidas pelas narrativas migrantes de seis sujeitos(as) haitianos(as) juntamente com variados tipos de documentos e fontes históricas que, em diálogo, tecem uma proposta pedagógica orientada pelas vozes haitianas, migrantes, negras e diaspóricas.

As oficinas têm como tema a história do Haiti e buscam a construção de novas narrativas sobre do Haiti por meio das memórias dos migrantes haitianos, além de tornar explícitas as questões históricas existentes entre nosso país e os sujeitos migrantes. Entendemos essas memórias como ricas fontes para um ensino de história pautado pelos princípios antirracistas e alicerçados pelas legislações que legitimam e baseiam o Ensino para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

As narrativas foram produzidas por meio de seis entrevistas com migrantes residentes no Estado de Santa Catarina, onde promovemos a escuta de suas trajetórias e experiências e as transformamos em fontes históricas para aqueles que buscam novas abordagens no ensino de História do Haiti.

Nas oficinas, propomos uma metodologia que se baseia no tratamento e análise das fontes, levando em consideração suas características específicas, bem como o manejo de diferentes temporalidades e espacialidades. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam as relações sociais, estabeleçam conexões entre mudanças e continuidades históricas, e reflitam sobre suas próprias atitudes, questionando, investigando e compreendendo-se como sujeitos históricos.

Dessa forma, o estudante assume um papel ativo no seu próprio processo de aprendizado, rompendo com a "cultura do silêncio" e desenvolvendo uma "pedagogia do diálogo" (FREIRE, 1987) e uma consciência crítica.

Para construir essas oficinas, selecionamos uma variedade de documentos históricos e os organizamos de forma estruturada. Além disso, propomos questões orientadoras com o intuito não apenas de transmitir conhecimento por meio da exposição de conteúdos ou especular sobre o passado sem propósito, mas sim de promover a produção de conhecimento e a reflexão sobre as fontes. Desse modo, buscamos desenvolver habilidades nos indivíduos, capacitando-os a ler as fontes, interpretá-las, estabelecer conexões com a realidade e integrá-las a diferentes temporalidades e localidades.

Este material não se pretende ser prescritivo, mas, sobretudo, uma proposta que pode ser adaptada. Objetiva trazer reflexões, fontes históricas e materiais para ensinar sobre o Haiti. Entendemos ser possível que por meio dessas oficinas costuradas e tecidas por essas memórias, possamos contribuir para a desconstrução de estereótipos, indo além das descrições simplistas hegemônicas neocoloniais, imperialistas e racistas que frequentemente encontramos nos relatos literários e históricos acerca do Haiti. Também partimos do objetivo de promover aulas de História que permitam aos estudantes serem protagonistas de seu próprio aprendizado, construindo conhecimento histórico e se tornando sujeitos históricos conscientes, capazes de pensar e repensar suas ações no mundo e desenvolver empatia pelo outro.

Nosso propósito é dialogar com professores, pesquisadores e interessados no ensino da história haitiana, com o objetivo de apresentar a proposta metodológica e convidá-los a experimentá-la com seus estudantes em diferentes etapas escolares e nos mais variados contextos.

Ann ale ansanm (vamos juntos/as), **ENSINAR HAITI?**

Fotografia do topo da página: "Torcedora do Haiti em Orlando para o jogo com o Brasil" de Foto: Lucas Figueiredo / MoWA Press. Disponível em: <https://trivela.com.br/podcast/podcast-64-pardon-haiti/>



OFICINA 1 - MIGRAÇÃO HAITIANA (4 aulas - 180min)

Na história do Brasil ocorreram diversos ciclos migratórios. Ao longo dos séculos, vários povos ocuparam os territórios brasileiros – sobretudo europeus e africanos, mas também outros povos como os chineses, japoneses e de diferentes partes do continente americano. Esta oficina tem como objetivo aproximar os estudantes da temática das migrações, permitir a construção do percurso migrante de sua própria família e abordar por meio das memórias dos migrantes haitianos as diferentes motivações que os levaram a migrar.

Objetivos

- Refletir sobre o processo de migração e suas implicações sociais;
- Compreender as motivações que levaram os migrantes haitianos a sair do seu país;
- Compreender-se, ao pesquisar sua história familiar, como parte do fenômeno de migração;
- Compreender o fluxo migratório haitiano para o Brasil, suas características e singularidades;
- Compreender a migração como elemento que conecta culturas, saberes, experiências;
- Identificar as singularidades das migrações das populações negras e periféricas.

A oficina se destina aos estudantes de turmas do 8º ano do Ensino Fundamental II ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A oficina se destina aos estudantes de turmas do 8º ano do Ensino Fundamental II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para o Ensino Médio.

Recursos materiais

Datashow, computadores conectados à internet, lousa, material impresso.

Espaços: Sala de aula, laboratório de informática e sala de vídeo.

Recursos didáticos: Vídeos, imagens e textos impressos.

Avaliação

Propomos que a avaliação se dê de maneira formativa e sequencial, onde o objetivo principal não é medir ou atribuir notas ou conceitos, mas sim obter informações sobre a aprendizagem de cada estudante para ajudá-lo a progredir e aprender. Entendemos esse processo sendo composto por distintos instrumentos capazes de avaliar diferentes aspectos e momentos da aprendizagem. Essa forma de avaliação permite orientar todo o trabalho desenvolvido em sala de aula durante as oficinas, para além das atividades. Uma das possibilidades é a orientação da construção de um caderno memorial das oficinas, que acompanhará as três oficinas, onde cada estudante implicado em seu processo de aprendizagem, possa fazer registros, produzir reflexões, acompanhar seu próprio percurso e desenvolver, por meio de linguagens variadas, suas percepções da aprendizagem.

Referências sobre avaliação:

SILVA, Fernando Leocino da. Experiências Narrativas. In: XXIII Encontro Estadual da ANPUH-Rio, 2019, Niterói. Anais eletrônicos [...]. Niterói: ANPUH-Rio, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565293333_ARQUIVO_Anpuh2019-FernandoLeocino-TextoCompleto.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à didática da história. Educação em revista, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/rdyHQntMDNjtDDBfb3WfKGj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

AULA 1 - O QUE É MIGRAÇÃO?

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Propomos iniciar o conjunto das oficinas com a construção das Nuvens de Palavras, uma forma de reunirmos e sintetizarmos o conhecimento tácito dos estudantes acerca dos temas e conceitos que vamos trabalhar em cada uma das Oficinas. Nesta oficina, propomos começar com a palavra **migração**. Podemos iniciar escrevendo-a no centro do quadro, solicitando aos alunos que levantem outras palavras e ideias daquilo que conhecem sobre o conceito. Após o levantamento das primeiras ideias podemos conduzir um diálogo com os estudantes por meio das questões norteadoras. Propomos que este debate possa ser feito com a turma sentada num círculo, onde cada estudante possa relatar seus conhecimentos, experiências e ideias sobre a migração. Possivelmente muitos dos alunos não vão reconhecer suas próprias histórias migrantes, o que será aprofundado com a pesquisa posterior. Após a discussão sugerimos a exibição do vídeo “O QUE OS IMIGRANTES DO BRASIL GOSTARIAM QUE VOCÊ SOUBESSE” que permite estimular uma discussão acerca de preconceitos e estigmas que podemos ter com os migrantes dos mais variados países.

1 - DISCUSSÃO EM GRUPO - QUESTÕES ORIENTADORAS:

- 1) Você conhece algum migrante?
- 2) Você sabe as motivações que levaram essa pessoa a migrar?
- 3) Onde podemos encontrar migrantes em nossa cidade?
- 3) Você já migrou ou migraria para outra cidade ou país? Por quais motivos?

2- ANÁLISE DO VÍDEO - 🗣️ O QUE OS IMIGRANTES DO BRASIL GOSTARIAM QUE VOCÊ SOUBESSE

Neste vídeo somos apresentados a migrantes de várias regiões do planeta, compreendendo uma variedade étnico-racial e uma diversidade de experiências.



O que os imigrantes do Brasil gostariam que você soubesse

QUESTÕES ORIENTADORAS:

- 1) Qual origem dos migrantes no vídeo?
- 2) Qual reflexão que o vídeo nos propõe?
- 3) Aponte os estereótipos que os migrantes apontam existir sobre eles.
- 4) Quais as dificuldades que os migrantes enfrentam ao chegar a um novo país?
- 4) Você conhece alguns estereótipos relatados por brasileiros que já migraram para outros países?

AULA 2 - “EU, MIGRANTE”

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Nessa aula, sugerimos ao(a) professor(a) a entrega da narrativa da migrante haitiana “O BRASIL É UM PAÍS MIGRANTE” e do **guia da entrevista** para auxiliar os alunos na pesquisa sobre seu passado/presente de migração familiar. As narrativas trazidas em toda esta oficina foram produzidas em uma série de encontros e diálogos construídos no contexto da pesquisa da pesquisa acadêmica “A História do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História” onde entrevistamos cinco migrantes haitianos residentes de Santa Catarina com objetivo de produzir narrativas próprias dos migrantes haitianos, relatando suas vivências e trajetórias diaspóricas. A primeira etapa da aula é a **leitura coletiva** do texto com os estudantes (pode acontecer no momento de os/as estudantes já começarem a compartilhar suas histórias de migrações familiares, as motivações etc.). A segunda etapa é a entrega e explicação por parte do professor sobre os **objetivos da pesquisa**, orientando o estudante para que entreviste um familiar, seus responsáveis ou alguém de sua comunidade que fale sobre suas origens familiares, os trajetos percorridos pela família e as motivações que levaram esses sujeitos a migrar. É importante que o(a) professor(a) oriente os alunos quanto aos métodos e os cuidados que são necessários para se realizar uma entrevista. Aqui trazemos uma série de orientações importantes para construir um **Plano de Entrevista**. Pode-se ter uma conversa prévia com os estudantes sobre a história oral como um método de construir e transmitir memórias, experiências e informações pessoais de indivíduos e comunidades, destacando a importância de elaborar questões com responsabilidade e praticar a escuta sensível, ética e responsável com respeito ao entrevistado(a).

Para saber mais como utilizar História Oral no Ensino de História:

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/KbccD6ktzhnMxB9BymNZh5b/>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente, história oral e ensino de história. Disponível

em:<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18100/Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20pr%C3%AAticas%20educacionais.pdf/>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, 1997. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11215/8223>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. História Oral na sala de aula. Autêntica, 2017.

1- DOCUMENTO “O BRASIL É UM PAÍS MIGRANTE”

“Sempre tiveram migrantes aqui no Brasil, o Brasil é um país de migrantes, sabe? Italianos, alemães, todo tipo de migrantes. O Brasil é um país de migrantes, até 2017 não tinha uma lei de migração aqui no Brasil, mesmo o Brasil sendo um país feito por migrantes, construído por migrantes. Não tinha uma lei de migração, isso só aconteceu porque os migrantes que o Brasil recebia antes não precisavam de leis de migração, mas a vinda dos haitianos aqui mudou a coisa. Então o Brasil começa a aprender mais o que é ser imigrante, o que é ser refugiado. É importante fazer a integração dessas pessoas na sociedade brasileira porque agora eles fazem parte da sociedade brasileira, eles pagam impostos, eles pagam luz, eles pagam aluguel, eles pagam escola, sabe? Então agora fazem parte da sociedade brasileira, então tem que ter um jeito de poder encontrar uma solução a crise migratória e fazer com que a integração desse povo seja feita da maneira mais eficiente

possível. A segunda coisa é que eu queria que os brasileiros tivessem um outro olhar para a população haitiana porque a gente não veio aqui só porque o Haiti não tem oportunidades. Sim, o Haiti não tem muitas oportunidades para a gente e a gente decidiu sair de lá e vir pra cá, mas quando a gente vem pro Brasil, a gente paga impostos, ajuda no desenvolvimento do Brasil. A gente participa desde construção de casa até a construção de leis, porque a gente chegou e mudou a lei, isso é muito importante. Eu também queria que fossem estabelecidas instituições voltadas especialmente para essa população, não somente haitianos, mas a população refugiada, queria que tivesse instituições especializadas para esse povo, essa comunidade."

(Catherine, migrante Haitiana em Santa Catarina)

2- ROTEIRO DE PESQUISA - INVESTIGAÇÃO DA SUA HISTÓRIA MIGRANTE

Você já se perguntou de onde veio sua família? Se o Brasil é, como afirmou a migrante haitiana Catherine, um país de migrantes, pode identificar várias raízes: africanas, portuguesas, alemãs, guaranis etc. As novas gerações da sua família podem ter vindo de outras cidades, de outros estados como o Rio Grande do Sul, de São Paulo, ou até mesmo de outros países como Argentina, Haiti e Senegal. Faça uma pesquisa na sua casa, entreviste um familiar, seus responsáveis ou alguém de sua comunidade que fale sobre suas origens familiares, os trajetos percorridos pela família e as motivações que levaram esses sujeitos a migrar. Você pode utilizar o roteiro abaixo para conduzir essa conversa. Após anotar as respostas escreva um texto narrativo (no mínimo 10 e no máximo 20 linhas) resumindo a história migrante da pessoa entrevistada.

CUIDADOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA ENTREVISTA:

Elaboração de Plano de Entrevista

O primeiro passo na elaboração de um plano de entrevista é definir o tema e o objetivo da entrevista. Em seguida, é importante selecionar a pessoa que fornecerá as informações desejadas. Também é necessário determinar o meio de registro da entrevista, como anotação, gravação de áudio ou filmagem.

Roteiro de Perguntas

Para elaborar um roteiro de perguntas eficiente, é fundamental que as perguntas estejam relacionadas ao tema escolhido e que permitam respostas completas. É recomendável evitar questões que possam ser respondidas apenas com "sim" ou "não". As perguntas devem ser simples e escritas com clareza para evitar dúvidas. É importante limitar o número de questões para que a entrevista não se torne cansativa. É recomendado evitar começar as perguntas com "Na sua opinião..." para evitar respostas óbvias.

Preparação da Entrevista

Ao preparar uma entrevista, é necessário verificar a disponibilidade do entrevistado e marcar a entrevista com antecedência. Informe ao entrevistado quais assuntos serão abordados e peça autorização para gravar ou filmar a entrevista. Escolha um local calmo e silencioso para evitar interferências na conversa e teste os equipamentos necessários, como gravador ou câmera. É importante ter papel e caneta para anotações em caso de falhas no equipamento ou para registrar pontos importantes.

Treinamento

Antes da entrevista, é recomendável realizar uma entrevista-teste com alguém que possa avaliar as perguntas e a atitude como entrevistador. Isso também é uma oportunidade para testar os equipamentos. Tente memorizar as perguntas para facilitar a conversa com o entrevistado e evite que o encontro se torne um questionário. Embora não seja necessário seguir rigorosamente a ordem das perguntas, é importante ter o roteiro escrito à mão caso alguma pergunta seja esquecida.

Entrevista

Durante a entrevista, é importante anotar a data e o local da conversa e ter atenção à postura e vocabulário. Evite usar gírias e faça uma pergunta de cada vez. Ouça atentamente as respostas enquanto registra (anotando ou gravando) e deixe a conversa ocorrer naturalmente, evitando um estilo de "interrogatório policial". Se surgir algum fato novo e interessante durante a conversa, é recomendável explorar a questão. Evite dar opiniões pessoais e respeite as opiniões do entrevistado. No final da conversa, agradeça ao entrevistado e se despeça.

PROPOSTA DE ROTEIRO:

Dados do(a) entrevistado(a):

NOME:

IDADE:

RAÇA/COR:

GÊNERO:

- 1) Qual foi o motivo da migração?
- 2) Quando ocorreu?
- 3) Como foi tomada a decisão de migrar?
- 4) A pessoa foi sozinha ou com mais alguém?
- 5) Para onde foi e com qual objetivo?
- 6) Ela conhecia alguém que já vivia no lugar de destino? Se sim, de que forma essa pessoa ajudou no processo?
- 7) Como a pessoa foi recebida no lugar de destino?
- 8) Quais foram as dificuldades encontradas? Sofreu discriminação? A pessoa se sentiu isolada, marginalizada?
- 9) Quais diferenças mais chamaram a atenção entre o lugar de origem e de destino?
- 10) Quais foram os objetivos alcançados?
- 11) A pessoa mudou muito depois dessa experiência?

PARA O(A) PROFESSOR(A):

São diversas as formas para avaliar essa atividade de pesquisa. O(a) professor(a) pode optar por solicitar uma apresentação oral, pode sugerir a gravação da entrevista, tanto por áudio como por vídeo para o compartilhamento das histórias migrantes. Sugerimos como forma de sistematizar o aprendizado e para a socialização do resultado da entrevista a construção de um **texto narrativo** produzido pelos estudantes que resuma a sua trajetória migrante familiar. Pode haver casos em que os alunos não possuam uma história migrante ou tenham dificuldades em reconhecê-las, nesta situação é possível orientar a entrevista de um amigo, vizinho ou um conhecido do bairro, permitindo assim por meio do compartilhamento da história do outro valorizar e compreender suas experiências.

AULA 3 - NARRATIVAS MIGRANTES

PARA O(A) PROFESSOR(A):

RODA DE CONVERSA - Propõe-se que o(a) professor(a) organize a turma em um círculo de forma que todos possam se ver e que facilite o diálogo sobre suas experiências migrantes produzidas por meio do roteiro de entrevista, que resultou no **texto narrativo**. É um momento de diálogo, onde podemos incitar a troca de experiências, as possíveis dificuldades das trajetórias migrantes, a vivência migrante de muitos estudantes e seus familiares. Podemos também procurar depois da partilha estimular os estudantes a identificar semelhanças e diferenças entre suas histórias migrantes, ao refletir sobre a experiência de seus colegas e até mesmo com a de Catherine, na narrativa já trabalhada.

Após a socialização dos resultados das entrevistas e a entrega da sistematização em forma de texto, sugerimos que o(a) professor(a) entregue para os estudantes as narrativas migrantes. Pode-se conduzir uma leitura em conjunto, onde cada estudante receba as narrativas impressas e possa acompanhá-las. Também há a alternativa de se formar grupos que leiam os documentos e apresentem de forma sintetizada suas ideias. Após ler a narrativa dos migrantes, estimule para que reconheçam nas narrativas as motivações, as características dos migrantes haitianos e os elementos que eles selecionam de relevantes para contar sua história de migração, através do **quadro** de análise das narrativas no final da atividade.

NARRATIVAS MIGRANTES

DOCUMENTO 1

“Eu sou Catherine* e tenho 24 anos de idade, nasci no Haiti na capital, Porto Príncipe. Meu pai ainda mora no Haiti e minha mãe mora aqui no Brasil desde 2010. Felizmente ela não estava lá durante o terremoto que aconteceu em 2010. Muitas vezes ia para o Haiti para ver a gente e ela me contava como era a vida aqui no Brasil, como eram os estudantes e como era o sistema educacional daqui do Brasil. Então eu me decidi, ainda no ensino médio, decidi continuar os estudos no Brasil já que minha mãe morava aqui. Decidi vir para o Brasil e estudar porque lá o curso que eu queria fazer, Relações Internacionais e Diplomacia, era muito difícil de encontrar. Então eu decidi vir após ela me contar como era o sistema educacional. Vim para continuar os meus estudos universitários. Então em 2016 a gente começou a fazer as nossas tramitações, nossos vistos de residência e no final de 2017, um ano após terminar o ensino médio, eu cheguei no Brasil, em outubro de 2017, com meu irmão mais novo, porque não quis deixar ele lá. (...)

Migrar para os haitianos é muito comum. Os haitianos não migram do Haiti apenas no presente, a gente compartilha nossa ilha com a República Dominicana, que é uma ilha. Antes era uma ilha só, mas depois da independência, até mesmo antes, a ilha foi dividida entre Haiti e República Dominicana. A República Dominicana era uma colônia espanhol onde falavam espanhol. Então a gente migra muito para lá, pelo fato de a gente ter fronteira. Às vezes as pessoas vão sem documentos legais e ficam lá, vão trabalhar em construções, tem muitos haitianos lá na República Dominicana. Os haitianos também migram para os Estados Unidos, muito por barco no mar mesmo, é muito comum. Migram pelo fato de ter essa situação caótica lá no país e o povo sabe que essa situação está assim desde 1986, a gente sabe que isso não vai mudar agora e eu preciso viver, então eu vou decidir e vou sair desse país. Então é muito comum, quando eles descobrem que um país não precisa de visto para ir, os haitianos vão para poder ficar conseguir uma vida melhor. Então migrar é comum para os Haitianos, eu diria que é um ato de desesperança, quando

“você não pode estudar e mesmo estudando não pode usar seu diploma, então sai. Tem haitianos que migram tendo meios econômicos para migrar, mas a maioria, o povo mesmo de baixa renda que migra, é basicamente para poder ter uma vida melhor. Eles migram para outro país para ver se podem ter uma vida melhor, é um ato de não ter mais esperança e precisar recomeçar em um outro lugar para poder ter uma vida melhor.”

CATHERINE, 24 ANOS

DOCUMENTO 2

“Eu sou estudante. A minha paixão é pelo estudo e faz 17 anos que estou fora do Haiti. Sempre na busca de conhecimento. Para mim era normal, planejado, eu sabia que deveria sair do Haiti pelo trabalho que estava resolvendo, desenvolvendo desde o Haiti, que era de intérprete. Trabalhava como intérprete com um projeto do Canadá e Estados Unidos e a partir daí a minha visão se abriu para o mundo. Aos 9 anos eu já fazia intérprete, do francês para o *criolé*, do *criolé* para o espanhol. Então, em 2010 depois do terremoto o Brasil abriu a porta para os haitianos. Eu já morava fora do país, na Europa. Quando os haitianos começaram a chegar aqui eles tinham bastante dificuldade para se comunicar, dificuldades com a sociedade, com o acolhimento aos migrantes em particular os espaços públicos, CRAS, hospitais. Eu já conhecia uns amigos brasileiros de quando a gente estudava juntos em Roma e eles me disseram "porque você não vem aqui, você pode nos auxiliar". Foi assim que em 2014 recebi um convite para vir passar aqui 3 meses, para desenvolver um trabalho de capacitação dos profissionais que atendem imigrantes e refugiados. Aí quando cheguei trabalhei três meses como intérprete e percebi que a demanda era maior, aí não voltei mais.”

JEAN-PIERRE, 38 ANOS

DOCUMENTO 3

“O povo haitiano é uma população que gosta de viajar muito, para mim isso está no sangue do haitiano, gostar de viagem. É uma população que é muito inteligente, a do nosso país. Nós falamos três, quatro línguas, entendeu? Nossa língua natal é o crioulo, a segunda língua natal é o francês e outra língua aprendemos na escola, ou inglês ou espanhol, mas o português só os haitianos que vem para o Brasil que aprende e fala português, mas no Haiti nunca escutamos a língua portuguesa. Foi muito, muito difícil falar português, até agora não falo português, por que tem muita regra, entendeu? Quando eu acabei de chegar no Brasil eu não entendia nada, nada, nada, mas eu fui devagarzinho escutando como as pessoas falavam e vê o que a pessoa fazia é a melhor coisa para a pessoa aprender, escutar e ver o que a pessoa está fazendo entendeu? Escrevo bem mal, até agora não consigo escrever direito e escrevo bem pouco. É importante para nós migrantes falar português porque em todos os países, em os lugares, primeiro você aprende a língua do país para poder se virar no país, se alguém tá falando mal de você, se alguém quer que você assine algo, pra entender. É muito importante aprender a língua do país, não só no Brasil em qualquer país que o imigrante chegue à prioridade é aprender a língua do país. Minha língua natal é o crioulo, eu falo um pouco de francês falo mais crioulo, o crioulo é da população do Haiti, o haitiano fala francês porque o Haiti é um país de colonização francesa, daí a França obrigou os haitianos a falar.”

JOSELIN, 43 ANOS

O QUE É O CREOLÉ?

“O nosso idioma crioulo nasceu entre uma mistura entre língua africana, portuguesa, espanhol e inglês e francês, eles inventaram o crioulo para poder derrubar a França. Então tudo isso nos dá uma identidade” **(Jean-Pierre, migrante haitiano em Santa Catarina)**

Propõe-se agora que o(a) professor(a) guie uma discussão sobre as experiências migrantes dos estudantes, conectando-as, relacionando ou até mesmo encontrando pontos de divergências com as narrativas trazidas pelos migrantes haitianos.

Questões orientadoras:

- 1) Em que situações deixar seu país de origem e viver para viver em outro lugar é uma escolha e opção de vida e em quais momentos essa mudança se torna uma necessidade de sobrevivência?
- 2) Quais são os desdobramentos dessas situações para os migrantes?
- 3) Diante da intensificação do fluxo migratório para o Brasil quais os desafios que os migrantes têm que enfrentar?

ATIVIDADE SISTEMATIZADORA:

Propõe-se agora que o(a) professor(a) guie uma discussão sobre as experiências migrantes dos estudantes, conectando-as, relacionando ou até mesmo encontrando pontos de divergências com as narrativas trazidas pelos migrantes haitianos. Nesta etapa o(a) professor(a) pode conduzir uma aula expositiva que demonstre o histórico dos fluxos migratórios de larga escala que ocorreram no Brasil, incluindo a diáspora dos povos africanos por mais de 300 anos e a chegada de migrantes italianos, japoneses, chineses entre o final do século XIX e o início do século XX. Pode-se ainda discutir como nossa identidade enquanto país foi ao longo do tempo sendo construída influenciada por grandes fluxos migratórios. Neste momento é importante destacar e entender as causas e os impactos desses fluxos para a história do país em sua singularidade. Esta aula pode ser pensada e realizada de forma interdisciplinar junto a disciplina de Geografia ao discutir o fenômeno migratório e seus impactos na população mundial ainda nos tempos atuais, como é o caso de países como Síria, Afeganistão, Iraque e Marrocos. É importante trazer a reflexão de que a questão da migração está permeada de estereótipos, especialmente quando envolve regiões periféricas, populações mais vulneráveis, e como a questão étnico-racial impacta a migração.

Questões orientadoras:

- 1) Em que situações deixar seu país de origem para viver em outro lugar é uma escolha e opção de vida e em quais momentos essa mudança se torna uma necessidade de sobrevivência?
- 2) Quais são os desdobramentos dessas situações para os migrantes?
- 3) Diante da intensificação do fluxo migratório para o Brasil quais os desafios que os migrantes têm que enfrentar?

Quadro de análise das narrativas:

	migrante 1	migrante 2	migrante 3
Nome			

Idade			
Profissão			
o que o(a) motivou a migrar			
quando saiu do Haiti			
dificuldades no Brasil			

AULA 4 - MIGRAÇÃO HAITIANA

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Nesta última etapa da oficina propomos a análise de documentos que nos permitam uma aproximação com a história dos migrantes haitianos, das motivações que os levaram a migrar para o Brasil e da relação existente entre o Brasil e o Haiti desde antes do fenômeno migratório.

Após conquistar a Copa América, a Seleção Brasileira de Futebol Masculino realizou um amistoso na capital Haitiana, levando milhares de haitianos ao estádio. Os jogadores foram recepcionados calorosamente pela população haitiana e desfilaram antes e depois do jogo em carros blindados e tanques da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil venceu o Haiti de 6 a 0 com gols de Roger (2), Ronaldinho (3) e Nilmar. Esta iniciativa organizada pela Confederação Brasileira de Futebol, o Governo Federal e o Exército Brasileiro é lembrada com emoção por muitos dos migrantes haitianos. Essa medida foi parte de uma aproximação dos brasileiros com o Haiti a fim de ganhar a simpatia dos haitianos, a partir do futebol. No ano de 2004, o Brasil ocupou a cargo das Organizações Nações Unidas (ONU) o papel central de uma ocupação militar no Haiti que deveria durar 6 meses e acabou durando 13 anos, deixando um legado controverso. Muitos foram os relatos por parte dos haitianos de abusos sexuais, violência e repressão por parte dos militares brasileiros, denunciados por vários haitianos e ainda hoje o balanço desta ocupação e seus resultados são frutos de debates entre especialistas. Considerando essa participação controversa, os documentos trazidos abaixo, em especial a IMAGEM 2, podem permitir a problematização junto aos estudantes desta participação militar, levando em conta os possíveis aspectos positivos e negativos desta experiência. Após o trabalho com a aproximação do Brasil com os haitianos propomos a abordagem sobre o fenômeno de migração haitiana para o Brasil a partir da análise da narrativa migrante presente no DOCUMENTO 2 e da leitura e interpretação do DOCUMENTO 3, reportagem do jornal NDMais. Em ambos os documentos podemos articular questões como motivação para migrar, dificuldades enfrentadas pelos migrantes e a política de migração do Brasil diante da vinda dos haitianos.

Para se aprofundar:

SEITENFUS, R. Haiti: dilemas e fracassos internacionais. Ijuí, RS: Unijuí, 2014.

KHALIL VIANA, Suhayla Mohamed. A MINUSTAH e a participação brasileira. Revista Senso Comum, n. 1, p. 22-37, 2009. Disponível em: <<https://silo.tips/download/a-minustah-e-participacao-brasileira>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

Jornal Folha de S.Paulo. Missão termina sem mudar cenário socioeconômico do Haiti. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1915407-missao-termina-sem-mudar-cenario-socioeconomico-do-haiti.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2023.

ATIVIDADE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

IMAGEM A



fonte: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/thumbs/910x455/201508/20150818115222_12.jpeg

IMAGEM B



Fonte: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/thumbs/910x455/201508/20150818115222_8.jpeg

- 1) O que está sendo retratado na imagem A? Analise a fotografia e busque descrever o que você está vendo e aspectos que chamam atenção.
- 2) O que está sendo retratado na imagem B? Analise a fotografia e busque descrever o que você está vendo e aspectos que chamam atenção.
- 3) Você conhece alguma dessas pessoas que aparecem nestas fotografias? Anote o nome das pessoas que você reconhece.
- 4) Podemos, ao observar a imagem A e B, saber em que local e quando foi que o evento ocorreu?

DOCUMENTO 2 - NARRATIVA MIGRANTE

“Depois do terremoto”

Depois do terremoto o país estava nas mãos das forças [armadas] e todo mundo sabe que são essas forças que estão nos destruindo [o país]. Eu acredito que como estava acontecendo a situação não ia mudar. Então decidi procurar uma nova oportunidade na minha vida. Não são todos os estados que foram destruídos, mas Porto Príncipe, a capital onde tudo estava concentrado, tanto a parte administrativa, foi muito afetada. O Palácio Nacional também foi destruído, então o Haiti deteriorou bastante, os haitianos tiveram que cortar bastante árvores para fazer carvão para cozinha, quando tem os furacões sempre tem grandes inundações que afetam a agricultura nacional e falta eletricidade e outros recursos. São todos esses fatos que contribuíram para essa situação. Eu transitei por outros países da América Latina. Depois do terremoto eu passei pela República Dominicana, pelo Equador, Peru e não decidi vir para o Brasil, era apenas uma travessia. Nós saímos do Haiti depois da catástrofe, os grupos que chegaram até a fronteira do Brasil foram recebidos e classificados ou encaixados nas políticas de visto humanitário. O Brasil esteve presente no Haiti desde 2004 com a força tarefa da Missão da Paz, então o Haiti teve esse primeiro contato com esse povo. Quando entramos no Equador tinha os coites que direcionam e depois que percebemos toda uma política também. Naquela época o Brasil teve uma economia crescente, que precisava de mão de obra e como o Haiti passou por essa situação não queriam somente dar aquele acolhimento para esse grupo, do qual faço parte, vulneráveis e para que esses grupos possam ocupar espaços vazios de emprego que o Brasil tinha naquela época.

Rony - migrante haitiano em Santa Catarina

Questões orientadoras:

- 1) Que tipo de documento estamos analisando?
- 2) Qual evento está sendo relatado neste documento? O que este evento causou na vida de Rony?
- 3) Quais os motivos levaram Rony escolher vir para o Brasil?
- 4) Relacione trechos do texto de Rony com as imagens A e B do DOCUMENTO 1, buscando os elementos comuns entre as duas fontes.
- 5) O que o migrante destaca que ocorreu em 2004 e como isso se relaciona com os documentos já analisados (IMAGEM A e B)?

DOCUMENTO 3

Paraíso para os haitianos, Santa Catarina vê crescer o número de imigrantes em busca de trabalho

Dispostos a reconstruir o que sobrou de suas vidas depois da destruição causada por um terremoto em 2010, eles buscam uma realidade não tão dura

Leonardo Thomé, Marciano Diogo, Florianópolis 09/04/2014 às 07h34



Haitiano chega à Delegacia da Polícia Federal em Itajaí

O número de haitianos em Santa Catarina não para de crescer. Apesar de não haver uma estatística oficial dos órgãos federais, os imigrantes que fogem da miséria do Haiti podem ser vistos com mais frequência em Florianópolis, Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes. Na Delegacia da PF (Polícia Federal) em Itajaí são atendidos em média 80 haitianos diariamente. No Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, entre sábado e segunda-feira desembarcaram pelo menos 15 haitianos.

A porta de entrada dos haitianos no Brasil é a região amazônica, principalmente Acre e Manaus. Lá, eles permanecem até surgir uma oportunidade no “Sul Maravilha”, como se referem aos Estados da região Sul.

Aqui, encontram lados opostos. Todos procuram e precisam de trabalho, paz e dinheiro. Mas do outro lado enfrentam a saudade, o preconceito e a desvalorização do trabalho – o que rende menos dinheiro que o esperado. Dispostos a encarar qualquer problema para reconstruir o que sobrou de suas vidas depois da destruição causada por um terremoto em janeiro de 2010, os haitianos buscam em Santa Catarina uma realidade não tão dura, que os permita ao menos sonhar com um futuro melhor.

Grande parte desses imigrantes passa por Florianópolis, mas muitos se fixam no litoral Norte, com destaque para as cidades de Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes. Nos últimos meses, muitos começaram a ir para o Oeste do Estado.

Independente da cidade, o sonho é o mesmo. “Eu vim para Santa Catarina em busca de trabalho, que vai me dar dinheiro. E o dinheiro ajudará minhas filhas e minha mulher que ficaram no Haiti. É só por isso que estou aqui, porque pela saudade não vale a pena”, disse Jean Reynold, 36 anos, que saiu de Manaus há seis meses e veio de ônibus até Florianópolis,

onde permaneceu por dois meses. Em Itajaí, Reynold se diz satisfeito: “Tenho trabalho e estou bem aqui”.

O delegado Ildo Rosa, responsável pela comunicação social da PF, explica que pelos problemas decorrentes do terremoto no Haiti, o Brasil concedeu asilo aos haitianos na condição de refugiados – apesar de não se enquadrarem nesta definição – por questão humanitária. Hoje, entretanto, existe a preocupação das autoridades pela carência de infraestrutura no Brasil. “O povo do Haiti tem as mesmas necessidades que os brasileiros. Será possível atender a todos?”, questionou.

Litoral

Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes têm abundante oferta de empregos em setores carentes de mão de obra, como em construções, supermercados e galpões da indústria naval. É numa empresa da construção civil de Balneário Camboriú que Jean Monfiston, 29 anos, recomeçou sua vida há dois anos, depois de perder irmãos e primos no terremoto de 2010.

Com a mulher, a vinda para Santa Catarina já gerou um fruto, que atende pelo nome de Christopher. “Nosso filho nasceu aqui, é brasileiro. Só isso já valeu ter vindo para o Brasil”, comemorou o haitiano, que é presidente da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú e um dos que ajudam os conterrâneos recém-chegados.

Há 20 quilômetros de Monfiston, em Itajaí, Adam Stanley, 28, trabalha na construção civil. Feliz por ajudar as três filhas que ficaram no Haiti, ele lamenta o fato de que seu dinheiro é todo destinado aos familiares. “Eu tenho alojamento no emprego. Ganho R\$ 1.000, mas com os descontos dá R\$ 850. Com o que mando para a família, não sobra quase nada, sem falar que alguns são preconceituosos aqui no Brasil”, reclamou. “Mas não dá para desistir”, completou.

E não dá mesmo. Samuel Ceus, 32, só esconde os dentes brancos quando lembra da família que ficou no Haiti. Operário, ele larga o instrumento de trabalho e se emociona ao falar das filhas gêmeas. Agora que está aqui, ficará para conquistar algo para elas. Mas já obteve duas conquistas: “Arrumei uma namorada brasileira e torço para o Figueirense”, contou.

Mais de dois mil haitianos em três cidades

Secretário de Inclusão Social de Balneário Camboriú, Luiz Maraschin afirma que cerca de 600 haitianos vivem na cidade. A maioria está empregada. Além da construção civil, os supermercados têm requisitado a mão de obra haitiana. “Empreiteiras e supermercados são os principais locais em que eles trabalham, além da empresa que faz a limpeza da cidade”, disse.

Em Navegantes e Itajaí, a emergente indústria naval também recebe os trabalhadores do Haiti. Secretária de Assistência Social, Maria Flor calcula que o município tenha mais de 700 imigrantes haitianos. Em Itajaí, a Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas informa que mais de 2.000 haitianos vivem na microrregião dos três municípios.

Fonte: (<https://ndmais.com.br/noticias/paraiso-para-os-haitianos-santa-catarina-ve-crescer-o-numero-de-imigrantes-em-busca-de-trabalho/>)

Questões orientadoras:

1) Qual o tipo de documento estamos analisando no Documento 3?

- 2) Qual o principal motivo que o texto traz para explicar a vinda dos migrantes haitianos para o Brasil? Podemos relacionar este motivo com algum outro documento já analisado? Se sim, qual?
- 3) Qual a rota de entrada dos migrantes no Brasil?
- 4) Quais as motivações, segundo o DOCUMENTO 3 para a migração dos sujeitos entrevistados?
- 5) Quais são as principais dificuldades que os migrantes encontram ao chegar para Santa Catarina?
- 6) Quais os principais postos de trabalho que os migrantes ocupam? Por que eles acabam trabalhando nestas áreas?

Nesta oficina além de introduzirmos e trabalharmos o conceito de migração construímos uma primeira aproximação com os migrantes haitianos. Por meio das narrativas migrantes, junto a fontes históricas de outras naturezas podemos compreender melhor o fenômeno migratório, as histórias migrantes e suas motivações e conhecer sujeitos haitianos. Nas próximas oficinas abordaremos a história do Haiti, da Revolução Haitiana e as conexões entre o Brasil e o Haiti.

Arte do topo da página de Jacob Lawrence. Disponível em:

<https://www.artequaeacontece.com.br/conheca-o-trabalho-de-jacob-lawrence/>



OFICINA 2 – EIXO “CONHECER O HAITI” (4 aulas – 180min)

Nesta oficina pretendemos iniciar uma aproximação com o tema da História Haitiana e entendemos que para a construção de um ensino significativo para os estudantes os/as professores/as precisam considerar algumas questões, tais como: Qual a razão de estudar este conteúdo em específico? O que os estudantes já sabem sobre este assunto? Como este conteúdo se relaciona com suas vivências? Essas e outras indagações precisam ser pensadas para nortear o plano de trabalho dos docentes, que se sentirão mais seguros sobre o que ensinar, para que e como ensinar.

Uma maneira relevante de concretizar os princípios apontados para uma “aula-oficina” parte do levantamento dos conhecimentos prévios dos/as estudantes no momento inicial da aula, que costuma ser feito informalmente em muitas de nossas aulas, mas que ao adquirir um caráter mais formal e sistemático rende um fértil caminho para a condução do ensino-aprendizagem. O que o/a estudante sabe sobre o Haiti? Quais aspectos geográficos, históricos e sociais? Qual contato os estudantes têm com os haitianos?

Esta oficina pode ser trabalhada de forma interdisciplinar junto a disciplina de Geografia, abordando os aspectos sociais, econômicos e geográficos do Haiti, podendo relacionar com aspectos da América Latina, com elementos geográficos, placas tectônicas e abalos sísmicos.

Objetivos

- Acessar os conhecimentos prévios os quais os estudantes possuem sobre o Haiti;

- Compreender os aspectos geográficos, políticos e históricos do Haiti;
- Conhecer as figuras históricas haitianas mais recorrentes na representação dos haitianos;
- Conhecer o processo de independência da Revolução Haitiana;
- Compreender o papel da questão racial na luta de libertação do Haiti e no pós-independência.

A oficina se destina aos estudantes de turmas do 8º ano do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Recursos materiais:

Datashow, computadores conectados à internet, lousa, material impresso.

Espaços: Sala de aula, laboratório de informática e sala de vídeo.

Recursos didáticos: Vídeos, imagens e textos.

AULA 1 - O QUE SABEMOS SOBRE O HAITI?

NUVEM DE PALAVRAS

Nesta aula propomos partir da sistematização no quadro dos conhecimentos prévios que os estudantes possuem sobre o Haiti. Propõe-se que o(a) professor(a) dê prosseguimento a construção inicial da nuvem de palavras e que inicie a aula perguntando aos estudantes o que eles sabem sobre o país caribenho, podemos questionar sobre a localização geográfica, sobre a cultura, sobre religião etc. A cada palavra mencionada pelos estudantes propomos que o(a) professor(a) anote no quadro todas as palavras que surgirem. É importante que o(a) professor(a) registre ou por meio de foto ou em uma cartolina essas primeiras impressões, a fim de registrar, acompanhar e produzir um comparativo com a nuvem de palavras a ser construída no final das oficinas. Caso a escola tenha fácil acesso à internet e/ou sala de informática é possível construir esta atividade com ajuda do Mentimeter ou aplicativos semelhantes, que tornam a atividade mais dinâmica e atrativa para os estudantes. O Mentimeter pode ser usado no ensino de história de várias maneiras, uma delas é a construção da Nuvem de Palavras onde enviam palavras ou frases relacionadas a um assunto específico proposto pelo professor, no caso, sobre o Haiti. As respostas dos alunos serão agrupadas em uma nuvem de forma eletrônica, permitindo visualizar as ideias principais e conceitos relacionados ao assunto.

Tutorial para utilizar a ferramenta Mentimeter: [Como usar o Mentimeter para Nuvem de Palavras](#)

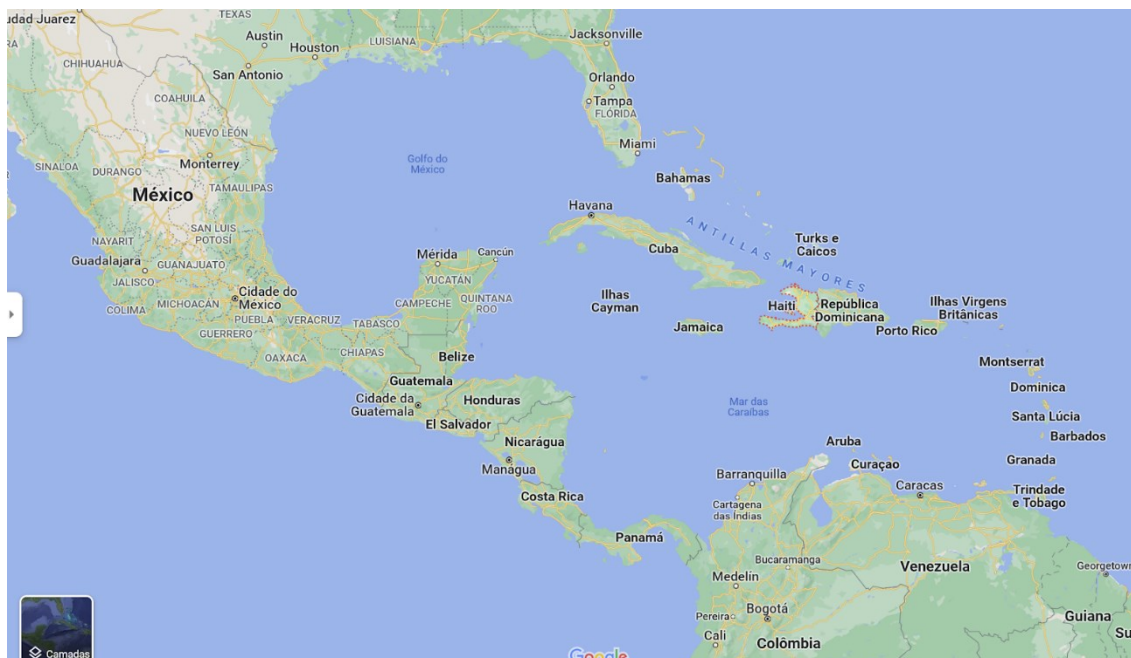
PARA O(A) PROFESSOR(A):

É possível que nesta sistematização que envolve os conhecimentos prévios dos estudantes surjam palavras carregadas de estigmas acerca do Haiti como pobreza, miséria, fome, violência. Equívocos comuns como a ideia de que o Haiti, por sua população negra, ser uma país africano, ou até mesmo um completo desconhecimento sobre o país em relação a sua língua, história, cultura e costumes. Todas essas ideias acerca do Haiti, até mesmo o desconhecimento, são importantes de serem registradas como uma forma de observar o que o conjunto de alunos conhecem e desconhecem sobre o país. Sugerimos que essa coleta de ideias sobre o Haiti seja registrada para uma retomada posterior. Em seguida, propomos a distribuição de mapas, para o exercício de localização geográfica do

Haiti, seus aspectos geográficos, seus países próximos, compreendendo as características da sua localização espacial na América Central e na América Latina.

DOCUMENTO 1 - MAPA

Observe o mapa abaixo com atenção e responda as questões:



fonte: <https://www.google.com/maps/place/Haiti/@19.7816437,-75.4671153,6z/data=!4m6!3m5!1s0x8eb6c6f37fcbbb11:0xb51438b24c54f6d3!8m2!3d18.971187!4d-72.285215!16zL20vMDNneWw>

QUESTÕES ORIENTADORAS:

- 1) Localize o Haiti no mapa acima circulando seu território.
- 2) Em que continente o Haiti está localizado?
- 3) Cite pelo menos 5 países próximos do Haiti. Quais as características geográficas da região destes países?
- 4) De quais outros países desse mapa você já ouviu falar?

DOCUMENTO 2 – NARRATIVA MIGRANTE

“Brasil não sabe nada de Haiti”

Eu acho que o Brasil deveria ter mais conhecimento sobre o Haiti porque quando você acolhe o outro você precisa desse conhecimento recíproco. Ao chegar aqui percebi que o Brasil não sabia nada, nada, do Haiti porque muitos professores, muitos pesquisadores achavam que o Haiti era na África. O Haiti está no Caribe, no centro, não? Então eu acho que precisa saber, sobretudo no Sul por ser uma cultura mais próxima da cultura europeia que acaba menosprezando um pouco a cultura haitiana. Porque a cultura haitiana deu e abriu caminhos para a própria independência

do Brasil. Não sei se isso foi ensinado na escola aqui, mas o Haiti é um dos países que abriu o caminho para [a independência de] toda América Latina na questão da revolução contra a escravidão.

(Jean-Pierre, haitiano migrante em Santa Catarina)

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DO DOCUMENTO

1. Por que o migrante haitiano afirma que o Brasil e os brasileiros “não sabem nada de Haiti”?
2. Por que ele acha que isso deve mudar?
3. Você concorda com a afirmação de que muitos brasileiros acabam menosprezando a cultura haitiana? Por que isso ocorre?
4. Qual relação ele traça entre a história haitiana e a história do Brasil?

AULA 2 - REVOLUÇÃO HAITIANA

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Nesta aula pretendemos trabalhar com três documentos: duas narrativas de migrantes haitianos em Santa Catarina e o trecho do documento “Declaração da Independência do Haiti de 1804” assinado por Jean-Jacques Dessalines. Podemos a partir das memórias nos aproximar de como os haitianos rememoram os eventos revolucionários ocorridos na ilha caribenha e a importância que dão para ele. Ao comparar os documentos podemos também trabalhar a visão dos haitianos sobre os colonizadores, nas diferentes temporalidades, compreender os ideais de liberdade e práticas de resistência contra a dominação. O(a) professora pode entregar tais documentos impressos, junto às questões ou projetá-los em Datashow e fazer uma leitura coletiva e detalhada dos documentos, entregando apenas as questões impressas.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

DOCUMENTOS 1 E 2- NARRATIVAS MIGRANTES

DOCUMENTO 1 – “O haitiano nasceu primeiro de janeiro de 1804”

“O haitiano nasceu no dia primeiro de janeiro de 1804, depois da independência. Antes era um grupo de pessoas que foram deportadas da África até a ilha onde moravam os indígenas. Depois teve o período da escravidão, da travessia transatlântica e teve as revoltas e a revolução haitiana criou o Haitiano. Para mim o Haiti é um marco de uma nova era que mostrou que tudo é possível e que essas ideologias racistas, segregacionistas não tem cabimento. O Haiti mostrou que a igualdade racial é possível e não tem nenhuma raça superior a outra raça através da pigmentação da pele, que poderia ser sim por valores e pela sua contribuição que seja científica, seja civilizatória e outras características. Pra mim isso é que é o Haitiano.”

(Rony, migrante haitiano em Santa Catarina)

DOCUMENTO 2 – “Tudo isso nos dá uma identidade.”

“A história haitiana é muito rica, estimulante, né? (...) além de pegar o livro nós estudamos uma coisa que se chama raiz de matriz africana. Sabemos de onde nossos ancestrais vieram e estudamos a relação entre Haiti e África, estudamos também a história do Brasil. Não ficamos simplesmente na história do Haiti não. Porque o Haiti é tão pequeno, precisa se abrir também. Mas por ser o único país que derrubou a França, nossa história tem valor e muitos alunos na escola sabem história. Sabem contar a história. O que nos ficou marcado é como, a palavra COMO, filosoficamente falando, o modo como nós tomamos a independência. O modo como nós usamos estratégias para derrubar a França, isso os professores colocavam muito em evidência. Depois os lugares históricos. Mas antes da revolução haitiana se fala muito da resiliência, por exemplo, a primeira pistola que eles tomaram para derrubar a França foi uma estratégia que usaram. O nosso idioma crioulo nasceu entre uma mistura entre língua africana, portuguesa, espanhol e inglês e francês, eles inventaram o crioulo para poder derrubar a França. Então tudo isso nos dá uma identidade.”

(Jean-Pierre, migrante haitiano em Santa Catarina)

DOCUMENTO 3 - TRECHO DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA “LIBERDADE OU MORTE”

“1º de janeiro de 1804
O General em Chefe ao Povo do Haiti,

Cidadãos,

Não é o bastante ter expulsado de seu país os bárbaros que por gerações o mancharam com sangue; não é o bastante ter reprimido as facções que, sucedendo-se umas às outras, ostentaram um fantasma de liberdade que a França desvelou a seus olhos. Torna-se necessário, por um último ato de autoridade nacional, assegurar para sempre o império de liberdade no país que nos deu à luz. É necessário privar um governo desumano, que até então conservou nossa mente em um estado de torpeza dos mais humilhantes, de toda e qualquer esperança de ser capaz de nos escravizar. Por fim, é necessário viver de forma independente, ou morrer. Independência ou morte! Deixem que estas sanas palavras sirvam para nos arregimentar; deixem que se tornem sinais de batalha e de nossa reunião.

[...]

J.J Dessalines

Quartel-General, Gonaïves”.

fonte: <http://antigo.anphlac.org/indep-haiti-documento>

Quem foi Jean-Jaques Dessalines

Foi um líder militar e político haitiano que foi uma figura chave na Revolução Haitiana, que culminou com a independência do Haiti em 1804. Nascido em 1758, ele foi uma pessoa escravizada que se tornou líder militar durante a luta pela independência. Ele foi um dos líderes da revolta que derrubou o governo colonial francês e proclamou a independência do

Haiti em 1804, tornando-se o primeiro governante do país independente. Dessalines é lembrado como um herói nacional no Haiti e foi assassinado em 1806 em um golpe liderado por seus próprios generais.

DOCUMENTO 4 - Trecho de artigo sobre a repercussão da Independência do Haiti no Brasil

Em 1824, na vila de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, onde havia uma grande colônia de portugueses, um grupo de anticolonialistas liderado pelo rábula Antônio Pereira dos Santos pregou nas portas das casas um cartaz com a seguinte inscrição: “Morrão os marotos e Caiados” (morrão portugueses e brancos). Além da colagem dos cartazes, foi organizado, na casa de Antônio, um jantar em que foram feitos elogios ao “rei do Haiti” e a “São Domingos, a grande São Domingos”, o que atemorizou as autoridades coloniais, como podemos perceber nesta carta enviada por uma autoridade colonial ao governador das armas de Sergipe:

“Senhor Governador das Armas. Alerta. Uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os “Mata-Caiados” se fizeram três saúdes: a primeira a extinção de tudo quanto é do reino, (...) a segunda a tudo quanto é branco do Brasil (...) a terceira a igualdade de sangue e de direitos(...) Um menino R..... Irmão de outro bom menino fez muitos elogios ao Rei de Haiti, e porque não o entendiam, falou mais claro: São Domingos, o grande São Domingos (...). Alerta. Alerta. Acudir enquanto é tempo. Laranjeiras, 26 de junho de 1824 (Philioordinio).

As falas contidas neste trecho do documento revelam as diferentes faces das repercussões da Revolução Haitiana, que por um lado era motivo de orgulho para a população mais carente, referindo-se a ela como “São Domingos, o Grande São Domingos”, mas por outro causava temor nas autoridades coloniais: “Alerta, Alerta. Acudir enquanto é tempo”. Essas imagens diferentes vão ser constantes nos imaginários construídos sobre a Revolução Haitiana durante a primeira metade do século XIX.

FONTE: NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840).

Dimensões, n. 21, 2008. Disponível em:

<<http://www.unicap.br/ocs/index.php/colokuidehistoria/colokuidehistoria2016/paper/vieWFile/191/13>>. Acessado em: 25 fev. 2023.

ATIVIDADE SOBRE REVOLUÇÃO HAITIANA - ENTRELACAMENTO DOS DOCUMENTOS

1. No DOCUMENTO 1, Rony diz que o haitiano nasceu devido a um fato histórico marcante em sua história. A que fato ele se refere em sua fala e como ele se desenvolve segundo o migrante?
2. Para Rony como esse fato histórico marcou a história e impactou o pensamento das pessoas de todo o mundo?
3. Segundo a narrativa presente no DOCUMENTO 2 e DOCUMENTO 3 qual a relação entre a França e o Haiti?

4. Encontre no DOCUMENTO 2 duas formas de resistência das pessoas escravizadas contra o domínio francês. Por que o uso destas formas de resistir pode ter ajudado a derrotar a França?
5. Que tipo de documento estamos analisando no DOCUMENTO 3 e a quem ele se dirige?
6. Quem são os “bárbaros” que por gerações mancharam o Haiti de sangue, a que o DOCUMENTO 3 se refere? Porque Dessalines se refere a eles desta maneira?
7. A quem se dirige o trecho destacado em negrito no DOCUMENTO 4?
8. O que o autor da notificação escrita em 1824 queria reportar ao destinatário? Qual sentimento ele expressa na notificação?
9. Qual relação podemos traçar entre o DOCUMENTO 4 e os acontecimentos da Revolução Haitiana?

AULA 3 – A REVOLUÇÃO HAITIANA

PARA O(A) PROFESSOR(A):

A cada dia, há uma presença crescente de produções haitianas sendo traduzidas e alcançando lugares ao redor do mundo. Para tornar o tema da Revolução Haitiana interessante e construtivo para os estudantes, em sala de aula, a obra recente do historiador Laurent Dubois em parceria com o ilustrador Rocky Cotard, "A Revolução que deu origem ao Haiti", é destacada. Propõe-se a distribuição de uma versão impressa da história em quadrinhos para os alunos, se for possível. Caso a estrutura da escola não permita pode-se projetar em um Datashow. A história em quadrinhos, disponível em formato PDF para livre distribuição, pode ser utilizada em sala de aula como uma ferramenta para discutir a Revolução Haitiana com diferentes grupos etários. Em resumo, trata-se de 10 páginas e 30 quadrinhos, nos quais podemos trabalhar o contexto da Revolução Haitiana, sua localização histórica e a percepção e recepção mundial diante dela, salientar o rompimento com o colonialismo francês, o racismo nas impressões e narrativas europeias, os ideais de liberdade e a grande capacidade organizacional e militar dos revolucionários. Além disso, os autores priorizam os aspectos culturais haitianos e evidenciam a participação das mulheres na revolta e a perspectiva dos revolucionários na narrativa da história. Eles mencionam também a Revolução Francesa e como ela chegou aos ouvidos dos revolucionários, mas ao contrário de outros livros didáticos, não apresenta a Revolução Haitiana como resultado da Revolução Francesa, mas apenas como um dos elementos que influenciou o movimento. Além disso, os autores mostram como a Revolução foi desacreditada pelos colonizadores brancos na época, como a ideia de que escravos negros não poderiam ter realizado tais feitos, e sua incredulidade diante da determinação dos revolucionários na luta pela liberdade e abolição da escravidão. De maneira coletiva, propõe-se ler e discutir sobre a história representada, trazemos, portanto, algumas questões norteadoras para tratar dos temas acima. É possível neste momento, contextualizar a resistência negra e os documentos analisados na aula anterior.

Para saber mais sobre o uso de HQs no Ensino de História:

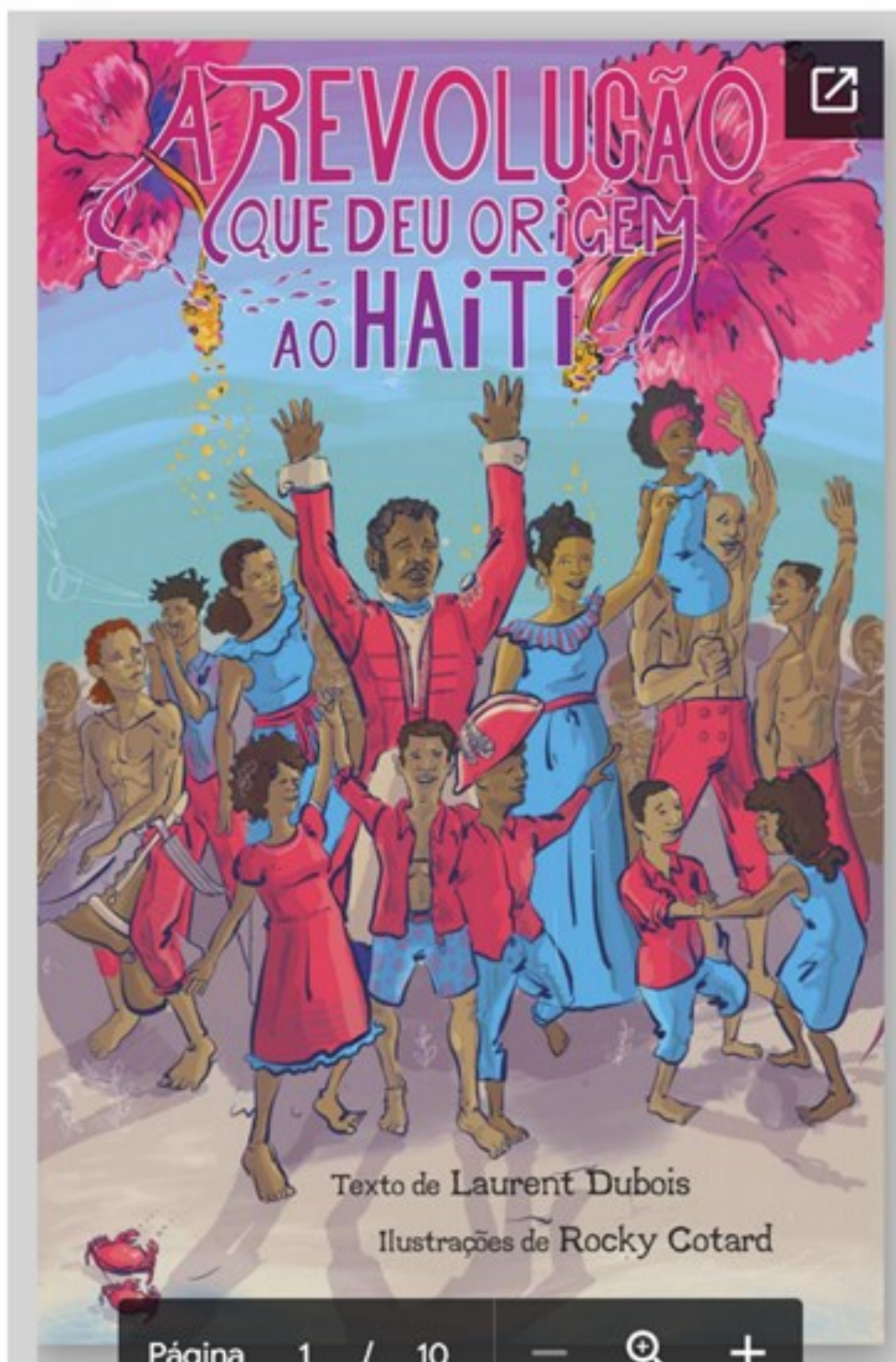
MOTA XAVIER DE LIMA, Douglas. História em quadrinhos e ensino de História. Revista história hoje, v. 6, n. 11, p. 147-171, 2017. Disponível em:<<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/332/228>>. Acesso em 25 fev. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino In: RAMA, Angela.; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível

em:<https://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO_EV043_MD1_SA6_ID_994_01072015103111.pdf>. Acesso em 25 fev. 2023.

VILELA, Tulio. Os quadrinhos na aula de História In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2010.

DOCUMENTO 1 – HISTÓRIA EM QUADRINHO



Fonte: https://issuu.com/forumatduke/docs/haitian_revolution_por

QUESTÕES ORIENTADORAS:

1. Como o ilustrador do HQ Rocky Cotard representa as pessoas na capa de sua obra?
2. Quais as cores das vestimentas das pessoas e qual a relação destas cores com a história do Haiti?
3. Como Rocky ilustra o Haiti na primeira página da história?
4. Quais as principais atividades das pessoas escravizadas no Haiti?
5. De que maneira a Revolução Francesa favoreceu o levante dos negros no Haiti?
6. Segundo a HQ as cerimônias de Vodou além da religiosidade também serviam para qual finalidade?
7. Qual a posição da França e do exército de Napoleão depois que o levante dos escravizados aboliu a escravidão?
8. De que forma a Revolução Haitiana foi tratada nos meios de comunicação e recebida pelas elites da época?
9. O que aconteceu com o levante após a chegada dos franceses à Ilha de São Domingos?
10. No último quadrinho vemos a representação de Toussaint L'Ouverture, ele foi o líder da Revolução Haitiana e é um dos principais heróis do Haiti. Como ele foi retratado pelo ilustrador?

No último quadrinho vemos a representação de Toussaint L'Ouverture, ele foi o líder da Revolução Haitiana e é um dos principais heróis do Haiti. Como ele foi retratado pelo ilustrador?

AULA 4 - HOMENS E MULHERES DA HISTÓRIA HAITIANA

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Após a leitura e a interpretação da história em quadrinhos da aula anterior, propõe-se uma abordagem em sala de aula de documentos que vão auxiliar no processo de aprendizagem sobre os principais personagens históricos da Revolução Haitiana como Toussaint L'Ouverture e Dessalines, enfatizando também o papel das mulheres em especial a comandante Sanité Belair e Catherine Flon, a mulher que costurou a bandeira do Haiti. Para tal, utilizaremos um texto de Toussaint L'Ouverture, duas notas comemorativas de 10 gourdes (moeda haitiana) que retratam as Catherine e Belair e uma narrativa de uma migrante haitiana. Ademais, apresentamos o DOCUMENTO 4, vídeo que permite abordar a participação das mulheres na revolução haitiana e questões norteadoras que buscam evidenciar a relevância de suas ações, os diferentes papéis ocupados pelas mulheres durante a revolução e as diversas formas de resistência feminina. Ressaltamos ainda a possibilidade de nessas aulas abordar e explorar o tema da participação feminina nas revoltas, as presenças e ausências de mulheres no protagonismo de revoltas populares. É possível ainda relacionar o tema com as mulheres brasileiras, suas histórias de resistência e as personagens históricas femininas relevantes da história brasileira.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

DOCUMENTO 1 - TEXTO

Trecho escrito por Toussaint L'Ouverture (1793)

“Irmãos e amigos. Eu sou Toussaint L'Ouverture; talvez meu nome seja conhecido de vós. Eu empreendi a vingança de minha raça. Eu quero que a liberdade e a igualdade reinem

em São Domingos. Eu trabalho para que isso aconteça. Uni-vos irmãos e combateis comigo pela mesma causa. Arranquemos pela raiz a árvore da escravidão. Vosso muito humilde e obediente servo.

Toussaint L'Ouverture, General do exército do rei, pelo bem do povo.”

Fonte: SOARES, Ana Loryn; DA SILVA, Elton Batista. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). Ameríndia-História, cultura e outros combates, v. 1, n.1, 2006. p. 3.

DOCUMENTO 2 - IMAGENS

a)



fonte: https://d1o6h00a1h5k7q.cloudfront.net/imagens/img_g/18813/8764772.jpg

b)



fonte: <https://s3.amazonaws.com/img.iluria.com/product/62C795/F2F915/450xN.jpg>

DOCUMENTO 3 – NARRATIVA MIGRANTE

“Mulheres históricas”

Na história do Haiti tem duas mulheres, tem uma que costurou a bandeira haitiana que depois da independência eles precisavam ter uma bandeira. (...) Os franceses fizeram o novo governo, depois da escravidão, pagar um monte de dinheiro, acho que na época 125 mil francos, não me lembro direito, para poder aceitar a independência. O governo teve que pagar para a França para eles aceitarem a independência e também tiveram que fazer sua bandeira, que foi feita por uma mulher que costurou a bandeira haitiana que foi Catherine Flon, ela costurou a bandeira. Também teve uma mulher que batalhou no exército haitiano que era Sanité Belair, a figura dela está nas notas de dez da nossa moeda tiveram outras mulheres também, mas eu não me lembro direito dos nomes delas, mas dessas duas mulheres eu estudei. Teve a Claire, a mulher do Dessalines, que era uma figura muito interessante também na história e eram essas três que eram bem mais faladas na história.

(Catherine, migrante haitiana em Santa Catarina)

ATIVIDADE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:

- 1) Baseado na leitura da história em quadrinhos “A Revolução que deu origem ao Haiti” e o DOCUMENTO 1 explique quem foi Toussaint L’Ouverture.
- 2) Qual o tipo de fonte estamos analisando nos DOCUMENTO 2(A e B)?
- 3) Analise e descreva o que está sendo retratado nas imagens. Por que estas pessoas foram retratadas nestas fontes? Quais as diferenças e semelhanças entre as imagens?
- 4) De acordo com o DOCUMENTO 3, de quais mulheres a migrante Catherine lembra ter estudado na escola? Qual a importância destas mulheres Catherine evidencia?
- 5) Após a leitura e análise do DOCUMENTO 3, volte as imagens do DOCUMENTO 2 e responda quem são as personagens retratadas, respectivamente.
- 6) Diante do que estudamos, apresente alguns motivos do porquê os haitianos escolheram representar essas personagens femininas em sua moeda.

DOCUMENTO 4 - VÍDEO “MULHERES NA REVOLUÇÃO HAITIANA”



Mulheres na Revolução Haitiana

QUESTÕES PARA ANÁLISE DO DOCUMENTO:

- 1) De acordo com o vídeo (DOCUMENTO 4), descreva qual era a função ocupada por Catherine Flon no período da Revolução Haitiana, por qual feito histórico ela ficou conhecida e a importância deste feito para o processo histórico da Revolução Haitiana?
- 2) Qual o significado das cores da bandeira do Haiti?
- 3) Qual a função de Sanité Belair no período da Revolução Haitiana e de que forma ela participou do conflito?
- 4) Qual foi o destino de Sanité Belair durante a Revolução?
- 5) Quais outras duas mulheres são descritas no vídeo? Quem elas eram e o que fizeram?
- 6) Qual a importância de abordarmos a participação e protagonismo de mulheres na história haitiana?
- 7) Você conhece mulheres brasileiras que tiveram a participação reconhecida em movimentos como na Revolução Haitiana? Quais?

Arte do topo da página de E. Bierre. Disponível em <https://networks.h-net.org/node/116721/discussions/2351427/exhibition-ties-bind-haiti-united-states-and-art-ulrick-jean>.



OFICINA 3 - BRASIL E HAITI: HISTÓRIAS E CONEXÕES (5 aulas - 225min)

Buscamos trazer nestas oficinas as memórias migrantes em diálogo com outros documentos que abordem os aspectos que relacionam o Brasil e o Haiti na perspectiva de construir semelhanças e diferenças sociais, históricas, políticas e de vivência entre os dois países.

Objetivos

- Refletir por meio da memória dos migrantes haitianos, em conjunto com outros tipos de fontes históricas, as semelhanças e diferenças entre a história haitiana e brasileira;
- Conhecer por meio do olhar migrante as semelhanças culturais entre o Brasil e o Haiti;
- Traçar conexões entre processos históricos de ambos os países, refletir sobre as resistências negras e a luta contra a escravidão;
- Conhecer as influências dos processos históricos haitianos na história do Brasil e o uso histórico do termo haitianismo;
- Reconhecer a negritude como identidade fundamental que conecta a população negra e haitiana.

A oficina se destina aos estudantes de turmas do 8º ano do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Recursos materiais

Datashow, computadores conectados à internet, lousa, material impresso.

Espaços: Sala de aula, laboratório de informática e sala de vídeo.

Recursos didáticos: Vídeos, imagens e textos impressos.

AULA 1 - BRASIL E HAITI: ANCESTRALIDADE, NEGRITUDE E RESISTÊNCIA

PARA O(A) PROFESSOR(A)

O monumento que vamos analisar nesta aula é chamado "NEG MAWON" e está localizado em frente ao Palácio Presidencial do Haiti, na capital Porto Príncipe. Seu nome significa "Negro Marron". Nele está retratado um homem escravizado que segura com uma das mãos uma concha e com a outra um facão. A concha representa um instrumento utilizado para produzir som e chamar/avisar os demais escravizados que haviam escapado, para juntar-se à rebelião. O facão representa um instrumento com duas simbologias, ao mesmo tempo que utilizado para cortar a cana, principal atividade econômica de São Domingos, também serviu como instrumento de luta contra os franceses. Além destes símbolos, vemos no pé do homem representado grilhões de uma corrente rompida, que representa a vitória final contra a escravidão, a liberdade. A estátua foi produzida pelo escultor haitiano Mangones, por volta dos anos 1960. Utilizando este monumento, é possível introduzir uma discussão acerca da resistência negra contra a escravidão e o tema da Revolução Haitiana que será abordado mais à frente. Além de refletir sobre a história haitiana, documentos como esses podem servir para conduzir discussões sobre

representações negras acerca do período da escravidão também no Brasil (como propomos na pesquisa consequente a análise desta imagem), evidenciando as relações da escravidão e a resistência negra como semelhança histórica entre os dois países. O trabalho com monumentos permite inclusive a discussão de um tema atual que vem sendo debatido na sociedade que trata da intervenção e da derrubada de estátuas e bustos e questionamentos aos monumentos em homenagem aos escravocratas, bandeirantes, sujeitos da elite econômica, dentre outros grupos hegemônicos, nos espaços públicos.

Há vários trabalhos que abordam o tema da utilização de monumentos históricos como ferramentas pedagógicas e metodologias para o ensino da história com o uso de patrimônios materiais e discussões sobre o papel da educação patrimonial no ensino da história. Listamos abaixo algumas indicações como leitura complementar:

CAFÉ HISTÓRIA. Especialistas comentam a derrubada de estátuas pelo mundo. 2020. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>>.

Acesso em: 24 fev. 2023.

CONVERSA DE HISTORIADORAS. Dossiê estátuas: um debate urgente sobre a memória coletiva.

2020. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/21/dossie-estatuas/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

ZARBATO, Jaqueline AM; DOS SANTOS, Caio Vinicius. Memória e patrimônio na aula de história: o uso do monumento histórico-cultural na aprendizagem histórica. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 17, n. 30, p. 64-79, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5882/588265551005.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

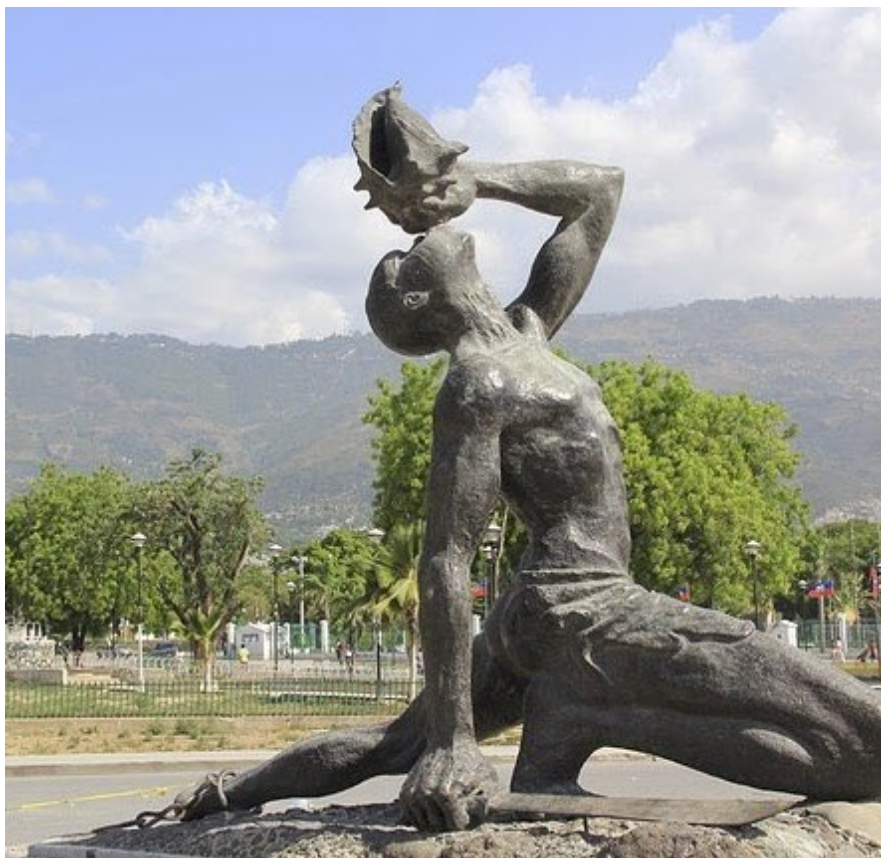
STELMACH, Yuri. Das ruas ao memorial: monumentos, silenciamentos e o ensino de História.

Temporalidades, v. 12, n. 1, p. 130-152, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19610>> Acesso em: 24 fev. 2023.

INTRODUÇÃO DO TEMA: RESISTÊNCIA NEGRA

DOCUMENTO 1 - IMAGEM "NEG MAWON"



fonte:

https://pbs.twimg.com/media/DbaD5U9XcAENH_w?format=jpg&name=small

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DA IMAGEM

- 1) Que tipo de documento estamos analisando?
- 2) Qual a localização do monumento analisado?
- 3) O que está sendo retratado na imagem? Descreva o monumento representado na imagem.
- 4) O que a pessoa representada na imagem está segurando na mão direita? Para que esse objeto era usado?
- 5) O que a pessoa representada na imagem está segurando na mão esquerda? Qual a utilidade deste objeto?

PROPOSTA DE ATIVIDADE E PESQUISA

DOCUMENTO 1 – "O povo negro é um só."

"Como eu disse o Brasil é um país que é predominantemente negro, a resistência negra brasileira que criou avanços na lei, na história do Brasil que vem da resistência dos negros. Então a cultura do samba, o carnaval, o maracatu, a capoeira são outros traços também que são semelhantes aos haitianos que tem o vodu, as religiões de matriz africana, que também sofreram sincretismo religioso, que foram os marcos trazem algumas semelhanças. É o que eu digo, o povo negro é um só em todos os continentes, a travessia transatlântica nos une, não nos une como uma questão só cultural, mas nos une também como povos vindo do mesmo continente, a travessia transatlântica recriou o novo africano na diáspora. Eu acredito que somos um povo na diáspora e que estamos em transformações e absorvemos outras culturas também. O Haiti é um país muito aberto em absorver outras culturas, como o Brasil, né? Isso que une o Brasil ao Haiti. O haitiano é bem receptivo e o brasileiro, apesar de tudo é bem receptivo por essas características, querendo ou não, sendo branco ou mestiço já conviveu e conhece um negro, tem um negro na família, você entende? "

(Rony, migrante haitiano em Santa Catarina)

1) Considerando a narrativa trazida por Rony, migrante do Haiti que vive em Santa Catarina, responda as questões abaixo:

- a) Quais as semelhanças entre o Brasil e o Haiti que o migrante destaca em sua fala?
- b) Para Rony qual elemento principal faz com que essas semelhanças existam?
- c) Qual processo histórico causou o que Rony chama de "travessia transatlântica"? Quais as semelhanças o migrante traz entre os brasileiros e os haitianos?

2) Existe, como vimos, uma aproximação histórica entre Brasil e Haiti visto que ambos os países foram fortemente marcados pelo processo de escravização e tráfico transatlântico de pessoas vindas do continente africano. Diante disto, existe a necessidade de evidenciar esse passado por meio de monumentos que representem este período histórico e a resistência destes sujeitos que lutaram contra a escravidão, a exemplo da estátua NEG MAWON (DOCUMENTO 1).

a) Pesquise por quadros, estátuas, murais, lugares de memória no Brasil que remeta à resistência das pessoas negras contra a escravidão. Faça um breve relato sobre a fonte que você escolheu destacando:

- Tipo de fonte;
- Descrição da fonte;
- Lugar onde se encontra;
- Autoria;
- Porque você escolheu esta fonte;
- Referência de onde você acessou a fonte;

b) Agora você pode trocar informações da sua pesquisa com seus colegas e conhecer os documentos pesquisados por eles. Aproveite para notar se dão documentos semelhantes, os lugares onde estes documentos estão e os motivos que levaram seus colegas a escolher este documento.

AULA 2 - HAITIANISMO E O TEMOR DAS ELITES

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Nesta aula, propomos o aprofundamento das relações históricas entre o Haiti e o Brasil a partir do termo haitianismo. Esta aula foi construída para ser conduzida por meio da análise de três documentos, dois trechos de jornais que circularam em Pernambuco durante o Primeiro Reinado que relatam o medo, por parte das elites, das influências e das consequências dos eventos ocorridos no Haiti na população e na conjuntura brasileira e um texto de um site que traz a definição de haitianismo e evidencia o termo como uma das influências da independência do Haiti na América Latina. Orientamos a entrega dos documentos e das questões para a análise dos alunos e a devolutiva desta atividade como forma de avaliação, onde podemos considerar a capacidade de identificação, interpretação e análise das fontes históricas.

HAITIANISMO

DOCUMENTOS 1 e 2

1.

Vejam pois estes senhores [...], que estamos cercados de escravos, e temam por sua própria segurança e vida, que eles não tomem ao pé da letra tanto Cativo, tanta igualdade e desaforo com que estão continuamente berrando de todos os cantos deste Império; lembrem-se da Ilha de S. Domingos, e não queiram fazer do Brasil um novo Haiti - Quod Deus Avertat [Deus nos livre]. Amém! (O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil, Pernambuco, n. 40, 25 jun. 1829, p.4)

2.

Os homens de casta no nosso território são em um número muitas vezes superior ao dos brancos: isto é; eles têm toda a força física; entregar-lhe-emos também a pequena moral, que nos cabe em sorte, já tão enfraquecida? Se os homens de cor tivessem a boa-fé de adotarem para conosco este desinteresse, que alguns insensatos inculcam, poderia ser, que o perigo não fosse iminente; mas todos conhecemos bem o caráter dessa gente, assim

como a tendência para elevar-se sobre nós e suplantar-nos. Ora, eles se expressam para igualar os brancos; mas apenas tiverem conseguido essa vantagem, a luta mudará de natureza; todos os seus esforços serão para nos dominarem, e pagar assim dependência com dependência. Lancemos um golpe de vista sobre a Guiné Americana (o Haiti) poucas pretensões ao princípio, protestos de adesão à causa do Estado, mas estes protestos se desvaneceram à proporção que a força negra se aumentava, e a desgraçada Colônia Francesa acabou por ser um Estado de negros. Poderíamos desejar outro tanto no Brasil? Ou teríamos a simplicidade de crer, que os negros ali fossem mais hábeis que os daqui, ou nós mais instruídos que os Franceses? (O Cruzeiro, n. 138, 29 out. 1829, p.1-2).

DOCUMENTO 3 - TEXTO: A influência da independência do Haiti na América Latina

A Revolução Haitiana gerou o fim do sistema colonial no Haiti a partir da dissolução do sistema de *plantation* e a abolição da escravidão. Atentos a isso, as elites agrárias de outros países americanos decidiram tomar a liderança em seus processos de independência para garantir a manutenção das estruturas econômicas e sociais. O objetivo das elites era evitar a repetição da Revolução Haitiana em outros locais.

Sobre o assunto, os historiadores Cláudia Wasserman e César Barcelos Guazzelli, em seu livro “História da América Latina: do descobrimento a 1900”, citam

“para o restante do continente restava um preocupante aviso: na primeira colônia independente da América Latina as consequências haviam sido a acentuada decadência econômica, supressão dos brancos proprietários de terras e um Estado organizado por escravos insurretos ou mulatos libertos.”

Portanto, senhores em todo o continente passaram a temer que o chamado **haitianismo** – termo que definiria a influência da Revolução Haitiana sobre a ação política de negros e mestiços – inspirasse a população negra de outras localidades a seguirem os passos de seus companheiros haitianos.

No Brasil, por exemplo, esse medo levou senhores a maior repressão aos escravos. Uma medida de controle tomada, por exemplo, foi a vigilância constante e a suspensão dos momentos de confraternização, como festejos e folgas, para prevenir o alastramento revolucionário. Diversas tentativas de levantes negros ocorreram durante a primeira metade do século XIX no Brasil, a Revolta do Malês na Bahia pode ser considerado o mais famoso deles.

Fonte: Revolução Haitiana: o que foi e qual sua importância para a história? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/revolucao-haitiana/>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ATIVIDADE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Que tipo de fontes são os Documentos 1 e 2? Em que período eles foram escritos?
2. Quem deveria temer por sua segurança, segundo o autor do Documento 1?
3. Baseado em qual evento histórico ele possui esse temor?
4. Quem são os homens de casta, aos quais se refere o autor do Documento 2?
5. O que o autor teme que ocorra no Brasil?
6. Como são descritos nos Documentos 2 e 3 os eventos ocorridos no Haiti?
7. De acordo com o Documento 3, explique o que foi o haitianismo?
8. Quais as consequências do haitianismo no Brasil?

AULA 3: BRASIL E HAITI: CONEXÕES E DIFERENÇAS

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Nesta aula propomos ao professor(a) um aprofundamento nas conexões históricas entre Brasil e Haiti, por meio das influências e similaridades entre processos históricos que evidenciam a resistência negra. Propomos inicialmente uma metodologia de leitura em conjunto das narrativas migrantes, para que se possa evidenciar, sublinhar e dialogar sobre essas memórias.

DOCUMENTO 1 - NARRATIVA MIGRANTE: “História do Haiti e do Brasil”

Eu acho que é muito importante os brasileiros conhecerem a história do Haiti, porque temos essa migração muito grande de haitianos no país. Agora a gente faz parte da sociedade brasileira e na minha opinião ajuda a ter uma integração completa da sociedade e da comunidade haitiana aqui no Brasil. Os brasileiros também têm que conhecer a nossa história. (...) Eu acho também que a história do Brasil e do Haiti são duas histórias muito parecidas também, porque no Haiti antes de ter a Revolução, tiveram muitas pequenas revoluções, da colônia, dos escravos e tal que infelizmente não deram certo e estudando a história do Brasil também eu vejo que tiveram várias revoluções também durante a escravidão do Brasil antes de ter essa Proclamação da República. Tiveram muitas revoluções, a Revolução de Pernambuco é a que mais me marcou porque eu me lembro de ter lido que era uma das revoluções baseadas e inspiradas pela revolução do Haiti. A de Pernambuco me marcou muito, porque foi muito sangrenta. Ler a história da Revolução Pernambucana me marcou muito, primeiro porque teve essa relação de inspiração na revolução do Haiti. O Haiti tinha acabado de conquistar sua independência e eles (em Pernambuco) decidiram então batalhar para poder conquistar sua independência. Eles pensaram “vamos fazer nosso melhor para poder acabar com a escravidão no Brasil também”, mas infelizmente a Proclamação da República e a abolição da escravidão no Brasil foi só muito tempo depois. Ainda é bem recente a abolição da escravidão no Brasil, mesmo assim é muito importante ver a proximidade que as duas histórias têm na questão das revoluções e na questão de conquistar coisas, conquistar a independência.

(Catherine, migrante haitiana em Santa Catarina)

DOCUMENTO 2 - NARRATIVA MIGRANTE: “Conhecer nossa história”

Se existe um número importante de migrantes haitianos que estão transitando em vários setores da sociedade brasileira, eu acho que é pertinente que a população saiba a história desse povo. Isso poderia facilitar a comunicação, para haver um intercâmbio cultural, e para ter uma certa fluidez nas relações com os povos. Como o Brasil tem uma pluralidade étnica e teve e tem muitas outras nações, acredito que o Haiti é uma dessas nações que estão aqui e que sua história também poderá contribuir para a luta antirracista e anticolonial, porque nisso o Haiti é um modelo, que mostrou que lutou contra o imperialismo e que venceu. Mas eu entendo o contexto, o Brasil é um país racista então não vai ensinar uma história que pode ajudar a libertar a mente de uma população negra, a maior população negra do mundo, que foi sequestrada e que está sendo subjugada até hoje. Eu acredito que isso não é do interesse da elite brasileira.

(Rony, migrante haitiano em Santa Catarina)

ATIVIDADE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:

- 1) Qual o argumento da migrante haitiana Catherine sobre os brasileiros conhecerem a história haitiana? E para Rony?
- 2) Você acredita que seja importante conhecer a história dos migrantes que vem para o Brasil? Por quais motivos?
- 3) Qual episódio da história do Brasil a migrante diz lembrar de estudar?
- 4) Por que este episódio ocorrido no Brasil marcou a memória da haitiana Catherine?
- 5) Qual a diferença que a migrante evidencia entre a história do Brasil e do Haiti?
- 6) Rony, o migrante haitiano afirma que não é de interesse das elites brasileiras o ensino da história do Haiti. Que motivos ele aponta? Você está de acordo com os seus argumentos?

AULA 4 - DO HAITI AO BRASIL: RESISTÊNCIAS NEGRAS

PARA (A) PROFESSOR(A):

Sugere-se neste momento que tratemos de compreender os conhecimentos prévios dos estudantes acerca das revoltas negras no Brasil. Podemos questioná-los se apenas os haitianos se insurgiram com a opressão que lhes era imposta e se eles conhecem alguma revolta de escravos, ou com forte teor racial, ocorrida na América Portuguesa ou no Brasil Império. É possível que após a primeira aula desta oficina eles já conheçam processos históricos de resistência negra e contra a escravidão ocorridos no Brasil, a exemplo da Revolta dos Malês, que abordaremos nesta próxima etapa.

FORTALECENDO A LEI 10.639

Os conteúdos obrigatórios de história e cultura afro-brasileira e africana são indispensáveis para a construção de um imaginário diverso, um repertório simbólico múltiplo e uma realidade democrática na qual todas as pessoas possam ser respeitadas. Essa é a importância fundamental de aplicar a Lei 10.639 nas salas de aula de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. À medida que completamos 20 anos desde a sua publicação, a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos níveis fundamental e médio. No entanto, persistem desafios, como a falta de fiscalização, uma estrutura educacional precária e o racismo, principalmente o religioso, que dificultam a efetivação da lei no país.

Publicada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica. Em 10 de março de 2008, a Lei 11.645 trouxe o complemento de incluir também a história e cultura dos povos indígenas. Ao completar 20 anos, a Lei 10.639 representa uma série de políticas públicas voltadas para a valorização da África, das lutas dos africanos e seus descendentes no Brasil, da cultura negra brasileira e da presença do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro no país por meio da educação.

Apesar de esses temas estarem presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda é insuficiente o que os livros didáticos oferecem. Por essa razão, buscamos propor por meio destas oficinas práticas que vão além desse material didático.

Embora as leis sejam importantes para a construção de um país que combata efetivamente o racismo, a educação, por si só, é insuficiente para transformar a sociedade. A luta contínua por uma educação antirracista deve ser reivindicada por todos.

DOCUMENTO 1 - Fragmento do livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, do historiador Sidney Chaloub.

Em 1805, um ano após a Proclamação da Independência do Haiti, foram encontrados no Rio alguns “cabras” e crioulos forros ostentando no peito o retrato de Dessalines, o ex-escravo e “Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos”; em 1831, chegou ao conhecimento da polícia que dois haitianos haviam desembarcado no Rio de Janeiro e

tinham sido vistos conversando com “muitos pretos”. [...] Não há, é verdade, nenhuma referência conhecida a uma insurreição de negros de grandes proporções na cidade do Rio no século XIX. Todavia, o temor de que isto ocorresse era sólido como uma rocha, e era realimentado de vez em quando por revoltas urbanas em outros lugares, por notícias de haitianos passeando nas ruas da Corte, ou pelos rumores de uma conspiração internacional para subverter as sociedades escravistas.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Editora Companhia das Letras, 2011.

DOCUMENTO 2 - VÍDEO: REVOLTA DOS MALÊS

[A Revolta dos Malês | O Mochileiro do Futuro](#)

ATIVIDADE AVALIATIVA

ETAPA 1 - ANÁLISE

- 1) No DOCUMENTO 1, qual a relação o autor traça entre os eventos ocorridos no Haiti e o cenário brasileiro?
- 2) A partir do vídeo qual relação é possível estabelecer entre o processo de independência do Haiti e a Revolta dos Malês, no Brasil?
- 3) O que a elite colonial haitiana tinha em comum com a elite brasileira?

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Com base nos conhecimentos adquiridos pelos alunos até este momento sobre a independência do Haiti e a Revolta dos Malês, sugerimos a atividade de elaboração comparativa entre os processos históricos ocorridos utilizando a tabela abaixo. Propomos aqui uma aproximação dos temas como exemplos de resistências negras, evidenciando o maior levante de pessoas escravizadas da história do Brasil, a Revolta dos Malês, marcado pelo forte caráter antiescravagista. A Revolução Haitiana e a Revolta dos Malês têm algumas semelhanças, que podemos evidenciar como:

1. Ambas as rebeliões foram lideradas por pessoas escravizadas e visavam acabar com a escravidão e a opressão dos escravizados.
2. Ambas as rebeliões usaram a força, para alcançar seus objetivos.
3. Ambas as revoltas tiveram um impacto significativo na sociedade e levaram a mudanças significativas na maneira como a escravidão era vista e praticada.

No entanto, também há diferenças importantes entre as duas revoltas, incluindo o contexto histórico e o resultado final, tendo apenas a Revolução Haitiana abolido a escravidão. Ademais, é importante destacar que a Revolta dos Malês tinha raízes profundas na religiosidade e na cultura africana não se tratando de uma cópia da Revolução Haitiana. Além disso, a Revolta dos Malês enfrentou desafios singulares, incluindo a repressão brutal do governo brasileiro e a falta de apoio de outras nações. Portanto, a influência da Revolução Haitiana na Revolta dos Malês é certamente importante, mas é uma parte complexa e multifacetada da história da luta contra a escravidão no Brasil e devemos, portanto, evitar simplificações.

A atividade que aqui propomos é uma pesquisa que pode ser feita como trabalho de casa, ou em uma aula em laboratório de informática, se possível, para sua realização. Os alunos podem consultar o vídeo sobre a Revolta dos Malês e a HQ sobre a Revolução Haitiana (OFICINA 2) para preencher o quadro.

ETAPA 2 - QUADRO COMPARATIVO - REVOLUÇÃO HAITIANA E REVOLTA DOS MALÊS

ACONTECIMENTO	REVOLUÇÃO HAITIANA	REVOLTA DOS MALÊS
LOCAL ONDE OCORREU A REVOLTA		
DATA OU PERÍODO		
ORIGEM SOCIAL DOS REVOLTOSOS		
LIDERANÇAS		
OBJETIVOS		
DESECHO		

AULA 5 - BRASIL E HAITI: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

ETAPA 1 - RARA HAITIANO E O CARNAVAL BRASILEIRO: HERANÇAS CULTURAIS DO POVO NEGRO EM DIÁSPORA

PARA O(A) PROFESSOR(A):

Propomos por meio desta atividade construir pontes e conexões históricas entre o Brasil e o Haiti a partir dos elementos culturais semelhantes trazidos pelos migrantes a exemplo da música, dos festejos e da alimentação. Na primeira etapa, propomos a exibição do vídeo do *youtube* e o estímulo para o debate entre as similaridades com elementos da cultura brasileira. É importante incitar os alunos a encontrarem elementos comuns no vídeo com o nosso carnaval, ritmos brasileiros, observando desde o público das festas, os instrumentos, analogias rítmicas e as vestimentas. Já na segunda etapa, podemos refletir sobre a similaridade na alimentação, relacionar essa característica ao clima tropical e a origem dos alimentos, que aproximam o Brasil e o Haiti em sua cultura fortemente marcada pela contribuição indígena e africana.

EXIBIÇÃO DE VÍDEO - RARA

VÍDEO RARA: [Rara Léogâne 2018: Modele d'Haiti live](#)

QUESTÕES ORIENTADORAS:

- 1) O que está sendo transmitido no vídeo? Você já tinha ouvido este ritmo ou algum semelhante? Descreva os instrumentos e o ritmo presente no vídeo.
- 2) É possível saber onde ocorre este festejo?
- 3) Você encontrou pontos em comum com elementos da cultura brasileira? Quais?
- 4) Descreva as pessoas presentes na gravação, repare nas que se apresentam e nas que assistem. Há diferenças entre elas? Quais?

PARA (A) PROFESSOR(A):

O **Rara** é um ritmo musical haitiano que se caracteriza pelo predomínio da percussão. O termo **Rara** também se refere às festividades que começam imediatamente depois do período do carnaval. Quer seja em Léogâne, Porto Príncipe ou Gonaives, uma multidão de pessoas celebra a quaresma, desde a Quarta-feira de Cinzas até o domingo de Páscoa, ao ritmo do Rara. Alguns antropólogos consideram que o Rara é um legado dos aborígenes taínos que habitavam a ilha antes da colonização. Anterior a chegada do cristianismo, os nativos faziam homenagens ao sol. Os primeiros habitantes do Haiti escolheram o período chamado equinócio que coincide com a Páscoa cristã, para celebrar a chegada do tempo da colheita. Quando os escravizados negros que fugiam chegavam nas montanhas para escapar de sua situação entravam em contato com os nativos. Estes ensinaram muitos costumes aos negros que praticavam o vodu, do encontro destas culturas nasceu o **Rara**. Fonte: Rara (Haiti). Disponível em: <<http://demasiadasnoches.blogspot.com/2018/05/rara-haiti.html>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DOCUMENTO 1 - NARRATIVA MIGRANTE

“Semelhanças”

Eu acho que a música daqui o samba do Brasil, é muito parecido com um ritmo lá no Haiti que é o *rara*. A gente dança na rua, e tem alguns instrumentos que tocamos na rua que acho que se parecem muito com o carnaval. A comida também, principalmente o tempero, tem países que não tem tempero, mas o tempero que usamos no Brasil e no Haiti é muito parecido. Então a música e o samba, comparado com o *rara* de lá, são muito parecidos, embora no Haiti a gente use muito mais pimenta, mais quente (apimentado) ainda. A gente come arroz, a gente tem nossa cozinha nacional, que tem um prato que é arroz e feijão, feijão vermelho e molho de frango, que é o principal que a gente come lá e a gente também come purê de feijão preto e que também se come aqui no Brasil e basicamente é isso. Arroz, feijão e frango.

(Joselin, migrante haitiano em Santa Catarina)

DOCUMENTO 2 - NARRATIVA MIGRANTE

“Proximidade”

A gente tem no Haiti uma certa proximidade com a cultura do Brasil. Eu acho que a gente se identifica com a cultura do Brasil a dança, festa, comida. Acho que a gente conhece bastante sobre o carnaval, eu acredito que a maioria dos haitianos torcem muito para a seleção brasileira no futebol. Me lembro em 2004 na Copa do Mundo quando eu tinha seis ou sete anos, no final a gente ficava duas horas da manhã torcendo pro Brasil ganhar, eu me lembro como se fosse ontem, era muito bom, era uma sensação muito boa, e depois tivesse jogo entre a seleção haitiana e a seleção brasileira no Haiti.

(Rose, migrante haitiana em Santa Catarina)

ATIVIDADE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:

- 1) Que semelhanças entre Haiti e Brasil podem ser identificadas nas narrativas de Joselin e Rose?
- 2) Na sua opinião quais elementos favorecem que essas semelhanças aconteçam?

3) Você acha que essas semelhanças são importantes para as pessoas que migram para o Brasil? Por quê?

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DAS OFICINAS - DA NUVEM DE PALAVRAS AO PAINEL SOBRE O HAITI

PARA (A) PROFESSOR(A):

Propomos inicialmente como conclusão desta oficina a elaboração de uma nova nuvem de palavras sobre o Haiti. Novamente podemos usar a ferramenta do Mentimeter para compor esse conjunto de palavras. O professor pode concluir as atividades perguntando o que os estudantes agora sabem sobre o Haiti. Esta nova composição pode ser comparada com a primeira nuvem construída no início da OFICINA 1, como forma de perceber e avaliar o processo de ensino-aprendizagem coletivo. Sugerimos após esse primeiro momento a criação de uma amostra por meio de painel físico com as palavras, imagens, textos e demais trabalhos desenvolvidos ao longo das oficinas sobre o Haiti e socializá-lo com a comunidade escolar. Pode-se dividir a turma em 3 grupos para desenvolver esses painéis, considerando os três eixos das oficinas trabalhadas até então. (Haiti Migrante; Conhecer o Haiti e Conexões Brasil e Haiti). Há também a alternativa de construir estes painéis de forma digital ou a produção de outros materiais para socialização online como slides, perfis nas redes sociais, vídeos etc.

QUERIDO(A) PROFESSOR (A),

Nos últimos dez anos, podemos notar um aumento significativo de estudos relacionados ao Haiti e ao Caribe no Brasil, desde pesquisas acadêmicas, debates teóricos, produções literárias etc. Esse aumento de interesse pelo Haiti e sua história resulta da chegada da população haitiana no Brasil desde 2010, e da presença destes sujeitos migrantes que trazem consigo não apenas a sua presença física, mas também a cultura, a identidade e os saberes de seu país. Tanto os brasileiros quanto os haitianos têm contribuído para o aumento da produção de estudos e informações sobre o Haiti, o que nos permite ter um acesso mais direto à narrativa dos próprios haitianos acerca de sua história.

Este trabalho pretende contribuir para este movimento dentro do campo do Ensino de História. Esta sequência de oficinas que possuem como tema a História do Haiti tem como objetivo a construção de novas narrativas acerca do Haiti, por meio das memórias dos migrantes Haitianos em Santa Catarina, além de tornar explícita as questões históricas existentes entre nosso país e sujeitos migrantes negros. Estas memórias, negras e diaspóricas são ricas fontes para um ensino de história pautado pelos princípios antirracistas e alicerçados pelas legislações que legitimam e sustentam o Ensino Para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Foram cinco entrevistas com migrantes residentes no Estado de Santa Catarina nos quais de forma paciente promovemos a escuta de suas trajetórias e experiências.

Este material não se pretende ser prescritivo, mas sobretudo uma proposta que pode ser adaptada, que objetiva trazer reflexões, fontes históricas e materiais para ensinar sobre Haiti. Entendemos ser possível que por meio destas oficinas, costuradas e tecidas por estas memórias, possamos contribuir para a desconstrução de estereótipos, indo além das descrições simplistas hegemônicas neocoloniais, imperialistas e racistas que frequentemente encontramos nos relatos literários e históricos acerca do Haiti.

Partimos também do objetivo de promover aulas de História que permitam aos estudantes serem protagonistas de seu próprio aprendizado, construindo conhecimento histórico e se tornando sujeitos históricos conscientes, capazes de pensar e repensar suas ações no mundo, desenvolver empatia pelo outro.

Disponibilizar as oficinas neste site tem como objetivo que um número maior de professores(as) possa ter acesso de forma mais facilitada, além de poder reunir outros tipos de fontes e até mesmo parte da bibliografia sobre história do Haiti utilizada neste trabalho.

Convido-o(a) a contribuir com esta proposta, a refletir e utilizá-la para ensinar Haiti, valorizando as vozes, as memórias e trajetórias dos sujeitos haitianos.

Arte do topo da página "Tropical Bird" de Adam Leontus. Disponível em <https://today.ku.edu/2018/08/17/haitian-art-exhibit-part-campus-caribbean-focus>

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

“Florianópolis, ___ de junho de 2022, entrevista número ___, com _____, a cargo da pesquisadora Paula Vieira Parreiras Gomes, no contexto da pesquisa “A História do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História” do programa de pós-graduação PROFHISTÓRIA – UFSC”

EIXO 1

- Você poderia começar se apresentando e falar um pouco mais sobre você? Pode destacar tanto elementos pessoais, como profissionais, o que você gostaria que a gente soubesse.
(coisas importantes: é casado(a)? tem filhos? Possui um relacionamento com haitiano ou Brasileiro?)
- De que lugar você vem do Haiti?
- Como você decidiu sair do Haiti? Quais os motivos levaram você a sair do seu país?
- Como se deu sua saída do Haiti?
- Por que você decidiu vir para o Brasil?
- Você conhece o significado do termo diáspora?
- Para você, quem são os haitianos? O que os define?
- Você passou por outras cidades do Brasil? Quais as suas impressões sobre estas cidades? Tem alguma que tenha gostado mais? Teve experiências marcantes em alguma delas?
- As cidades brasileiras pelas quais você passou te trazem lembranças do Haiti?
- Quais são as semelhanças e as diferenças que você mais nota?
- Fale um pouco sobre sua experiência aqui no Brasil, das coisas que você gosta e das que não gosta.

EIXO 2

- Qual sua escolaridade?
- Como foi a fase em que você era estudante no Haiti? Você poderia me falar um pouco mais sobre essa fase da sua vida?
- Como é ser um estudante no Haiti?
- Como são as escolas?
- Como é estudar história no Haiti? Como eram seus professores de história?
- Quais histórias sobre o Haiti você lembra?
- Durante sua permanência na escola, você se lembra de estudar algo sobre o Brasil?
- Na sua opinião é importante que os brasileiros conheçam a história do Haiti? Por quais motivos?
- (SE POSSUIREM FILHOS NAS ESCOLAS NO BRASIL)
- Como você percebe o dia a dia dos seus filhos nas escolas em Santa Catarina?
- Eles relatam alguma experiência negativa ou positiva dessa vivência na

escola?

-Como está sendo (ou foi) a adaptação deles a escola? Quais as dificuldades que encontraram?

EIXO 3

-Você poderia falar um pouco sobre como é ser um migrante no Brasil?

-No Brasil você já sofreu algum tipo de discriminação?

-No Brasil, você já sofreu discriminação pela cor da sua pele?

(Caso entrevistada seja mulher)

-Existe alguma diferença sem ser mulher no Haiti ou no Brasil? Você já sofreu alguma discriminação por ser mulher?

-O que você gostaria que mudasse na relação dos brasileiros com os haitianos?

- O que você pensa sobre a discriminação racial contra a população negra no Brasil? Seja ela brasileira ou estrangeira.

-No Haiti também ocorre situações de discriminação? De que tipo?

-Em relação ao racismo, quais as semelhanças ou diferenças entre o Brasil e o Haiti?

-O fato de você ser haitiano influencia suas relações cotidianas no Brasil (no seu trabalho, na escola, no seu bairro)?

-Você conhece e/ou se relaciona com estrangeiros de outras nacionalidades? Caso sim, pode falar um pouco mais como se dá essa relação?